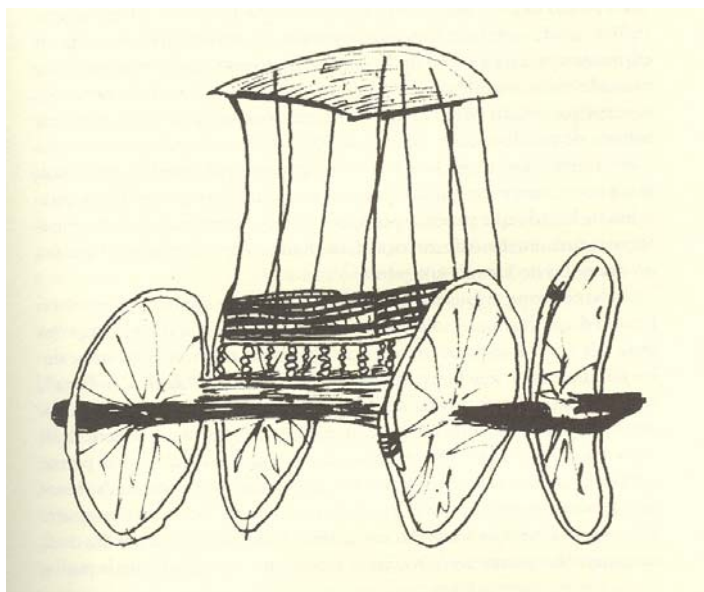


[Início da página 11]

12.

1227 - TRATADO DE NOMADOLOGIA: A MÁQUINA DE GUERRA



Carruagem nômade inteiramente em madeira, Altai, séc. V-IVa. C.

Axioma I: A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado.

Proposição I: Essa exterioridade é confirmada, inicialmente, pela mitologia, a epopéia, o drama e os jogos.

[Início da página 12] Georges Dumézil, em análises decisivas da mitologia indo-européia, mostrou que a soberania política, ou dominação, possuía duas cabeças: a do rei-mago, a do sacerdote-jurista. Rex e flamen, raj e Brahma, Rômulo e Numa, Varuna e Mitra, o déspota e o legislador, o ceifeiro e o organizador. E, sem dúvida, esses dois pólos opõem-se termo a termo, como o escuro e o claro, o violento e o calmo, o rápido e o grave, o terrível e o regrado, o "liame" e o "pacto", etc.¹ Mas sua oposição é apenas relativa; funcionam em dupla, em alternância, como se exprimissem uma divisão do Uno ou compusessem, eles mesmos, uma unidade soberana. "Ao mesmo tempo antitéticos e complementares, necessários um ao outro e, por conseguinte, sem hostilidade, sem mitologia de conflito: cada especificação num dos planos convoca automaticamente uma especificação homóloga no outro, e ambos, por si sós, esgotam o campo da função." São os elementos principais de um aparelho de Estado que procede por Um-Dois, distribui as distinções binárias e forma um meio de interioridade. É uma dupla articulação que faz do aparelho de Estado um *estrato*.

Note-se que a guerra não está incluída nesse aparelho. *Ou bem* o Estado dispõe de uma violência que não passa pela guerra: ele emprega policiais e carcereiros de preferência a guerreiros, não tem armas e delas não necessita, age por captura mágica imediata, "agarra" e "liga", impedindo qualquer combate. *Ou então* o Estado adquire um exército, mas que pressupõe

¹ Georges Dumézil, *Mitra- Varuna*, Gallimard (sobre o *nexum* e o *mutuum*, o liame e o contrato, d. pp. 118-124).

uma integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar². Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior a sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte. *Indra, o deus guerreiro, opõe-se tanto a Varuna como a Mitra*³. Não se reduz a um dos dois, tampouco forma um terceiro. Seria antes como a multiplicidade pura e **[Início da página 13]** sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. *Desata o liame assim como trai o pacto. Faz valer um furor contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho. Testemunha de uma outra justiça, às vezes de uma crueldade incompreensível, mas por vezes também de uma piedade desconhecida (visto que desata os liames...⁴). Dá provas, sobretudo, de outras relações com as mulheres, com os animais, pois vive cada coisa em relações de *devir*, em vez de operar repartições binárias entre "estados": todo um devir-animal do guerreiro, todo um devir-mulher, que ultrapassa tanto as dualidades de termos como as correspondências de relações. Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado.*

Seria preciso tomar um exemplo limitado, comparar a máquina de guerra ao aparelho de Estado segundo a teoria dos jogos. Sejam o Xadrez e o Go, do ponto de vista das peças, das relações entre as peças e do espaço concernido. O xadrez é um jogo de Estado, *ou* de corte; o imperador da China o praticava. As peças do xadrez são codificadas, têm uma natureza interior *ou* propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. Elas são qualificadas, o cavaleiro é sempre um cavaleiro, o infante um infante, o fuzileiro um fuzileiro. Cada uma é como um sujeito de enunciado, dotado de um poder relativo; e esses poderes relativos combinam-se num sujeito de enunciação, o próprio jogador de xadrez *ou* a forma de interioridade do jogo. Os peões do go, ao contrário, são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva *ou* de terceira pessoa: "Ele" avança, pode ser um homem, uma mulher, uma pulga *ou* um elefante. Os peões do go são os elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém apenas de situação. Por isso as relações são muito diferentes nos dois casos. No seu meio de interioridade, as peças de xadrez entretêm relações biunívocas entre si e com as do adversário: suas funções são estruturais. Um peão do go, ao contrário, tem apenas um meio de exterioridade, ou relações extrínsecas com nebulosas, constelações, segundo as quais desempenha funções de inserção *ou* de situação, como margear, **[Início da página 14]** cercar, arrebentar. Sozinho, um peão do go pode aniquilar sincronicamente toda uma constelação, enquanto uma peça de xadrez não pode (ou só pode fazê-lo diacronicamente). O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do go, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia. Enfim, não é em absoluto o mesmo espaço: no caso do xadrez, trata-se de distribuir-se um espaço fechado, portanto, de ir de um ponto a outro, ocupar o máximo de casas com um mínimo de peças. No go, trata-se de distribuir-se num espaço aberto, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento já não vai de um ponto a outro, mas torna-se perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada. Espaço "liso" do go, contra espaço "estriado" do xadrez. *Nomos* do go contra Estado do xadrez, *nomos* contra *polis*. É que o xadrez codifica e descodifica o espaço, enquanto o go procede de modo inteiramente diferente, territorializa-o e o desterritorializa (fazer do fora um território no espaço,

² O Estado, conforme seu primeiro pólo (Varuna, Urano, Rômulo), opera por liame mágico, tomada ou captura imediata: não combate, e não tem máquina de guerra, "ele liga, e isso é tudo". Conforme seu outro pólo (Mitra, Zeus, Numa), apropria -se de um exército, mas submetendo-o a regras institucionais e jurídicas que o convertem tão-somente numa peça do aparelho de Estado; por exemplo, Marte-Tiwaz não é um deus guerreiro, mas um deus "jurista da guerra". Cf. Dumézil, *Mitra-Varuna*, pp. 113 ss., 148 ss., 202 ss.

³ Dumézil, *Heur et malheur du guerrier*, PUF.

⁴ Sobre o papel do guerreiro como aquele que "desliga" e se opõe tanto ao liame mágico como ao contrato jurídico, d. *Mitra-Varuna*, pp. 124-132. E *passim* em Dumézil, a análise do *furor*.

consolidar esse território mediante a construção de um segundo território adjacente, desterritorializar o inimigo através da ruptura interna de seu território, desterritorializar-se a si mesmo renunciando, indo a outra parte...). Uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo.

“Eles chegam como o destino, sem causa, sem razão, sem respeito, sem pretexto...” “Impossível compreender como eles penetraram até a capital, no entanto aí estão eles, e cada manhã parece aumentar seu número...” - Luc de Heusch pôs em evidência um mito banto que nos remete ao mesmo esquema: Nkongolo, imperador autóctone, organizador de grandes obras, homem público e de polícia, entrega suas meio-irmãs ao caçador Mbidi, que primeiro o ajuda, depois vai embora; o filho de Mbidi, o homem do segredo, junta-se a seu pai, mas para retomar de fora, com esta coisa inimaginável, um exército, e matar Nkongolo, com o risco de refazer um novo Estado...⁵ “Entre” **[Início da página 15]** o Estado despótico-mágico e o Estado jurídico que compreende uma instituição militar, haveria essa fulguração da máquina de guerra, vinda de fora.

Do ponto de vista do Estado, a originalidade do homem de guerra, sua excentricidade, aparece necessariamente sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação, pecado... Dumézil analisa os três “pecados” do guerreiro na tradição indo-européia: contra o rei, contra o sacerdote, contra as leis derivadas do Estado (seja uma transgressão sexual que compromete a repartição entre homens e mulheres, seja até uma traição às leis da guerra tal como instituídas pelo Estado⁶). O guerreiro está na situação de trair tudo, inclusive a função militar, ou de nada compreender. Ocorre a historiadores, burgueses ou soviéticos, seguir essa tradição negativa, e explicar que Gêngis Khan nada compreende: ele “não compreende” o fenômeno estatal, “não compreende” o fenômeno urbano. Fácil de dizer. É que a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado revela-se por toda parte, mas continua sendo difícil de pensar. Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar. O que complica tudo é que essa potência extrínseca da máquina de guerra tende, em certas circunstâncias, a confundir-se com uma ou outra das cabeças do aparelho de Estado. Ora se confunde com a violência mágica de Estado, ora com a instituição militar de Estado. Por exemplo, a máquina de guerra inventa a velocidade e o segredo; no entanto, há uma certa velocidade e um certo segredo que pertencem ao Estado, relativamente, secundariamente. Há, portanto, um grande risco de identificar a relação estrutural entre os dois pólos da soberania política e a relação dinâmica do conjunto desses dois pólos com a potência de guerra. Dumézil cita a linhagem dos reis de Roma: a relação Rômulo-Numa, que se reproduz ao longo de uma série, com variantes e alternância entre os dois tipos de soberanos igualmente legítimos; mas também a relação com um “mau rei”, Tulo Hostílio, **[Início da página 16]** Tarquínio o Soberbo, a irrupção do guerreiro como personagem inquietante, ilegítimo⁷. Poderíamos também invocar os reis de Shakespeare: nem sequer a violência, os assassinatos e as perversões impedem a linhagem de Estado de formar “bons” reis; mas insinua-se um personagem inquietante, Ricardo III, que anuncia desde o início sua intenção de reinventar uma máquina de guerra e de impor-lhe a linha (disforme, patife e traidor, ele invoca um “objetivo secreto”, sem relação alguma com a conquista do poder

⁵ Luc de Heusch (*Le roi jure ou l'origine de l'Etat*) insiste no caráter público dos gestos de Nkongolo, por oposição ao segredo dos gestos de Mbidi e de seu filho: o primeiro, notada mente, come em público, enquanto os demais se ocultam durante as refeições. Veremos a relação essencial do segredo com uma máquina de guerra, tanto do ponto de vista do princípio como das conseqüências: espionagem, estratégia, diplomacia. Os comentadores salientaram com freqüência essa relação.

⁶ Dumézil, *Mythe et épopée*, Gallimard, **11**, pp. 17-19: análise dos três pecados, que reencontramos no caso do deus indiano Indra, do herói escandinavo Starcatherus, do herói grego Héracles. Cf. também *Heur et malheur du guerrier*.

⁷ Dumézil, *Mitra-Varuna*, p. 135. Dumézil analisa os riscos e as razões da confusão que podem provir de variantes econômicas, d. pp. 153, 159.

de Estado, e uma relação *outra* com as mulheres). Em suma, a cada vez que se confunde a irrupção do poder de guerra com a linhagem de dominação de Estado, tudo se em baralha, e a máquina de guerra passa a ser concebida unicamente sob a forma do negativo, já que não se deixou nada de fora do próprio Estado. Porém, restituída a seu meio de exterioridade, a máquina de guerra se revela de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem. Dir-se-ia que ela se instala entre as duas cabeças do Estado, entre as duas articulações, e que é necessária para passar de uma a outra. Mas justamente, “entre” as duas, ela afirma no instante, mesmo efêmero, mesmo fulgurante, sua irredutibilidade. O *Estado por si só não tem máquina de guerra*; esta será apropriada por ele exclusivamente sob forma de instituição militar, e nunca deixará de lhe criar problemas. Donde a desconfiança dos Estados face à sua instituição militar, dado que esta procede de uma máquina de guerra extrínseca. Clausewitz tem o pressentimento dessa situação geral, quando trata o fluxo de guerra absoluta como uma Idéia, da qual os Estados se apropriam parcialmente segundo as necessidades de sua política, e em relação à qual são melhores ou piores “condutores”.

Acuado entre os dois pólos da soberania política, o homem de guerra parece ultrapassado, condenado, sem futuro, reduzido ao próprio furor que ele volta contra si mesmo. Os descendentes de Hércules, Aquiles, depois Ajax, têm ainda força suficiente para afirmar sua independência frente a Agamenon, o homem do velho Estado, mas nada podem contra Ulisses, o nascente homem do Estado moderno, o primeiro homem do Estado moderno. E é Ulisses quem herda as armas de Aquiles, para modificar-lhes o uso, submetê-las ao direito de Estado, não Ajax, condenado pela deusa a quem desafiou, contra quem **[Início da página 17]** pecou⁸. Ninguém melhor que Kleist mostrou essa situação do homem de guerra, ao mesmo tempo excêntrico e condenado. Com efeito, em *Pentesiléia*, Aquiles já está separado de sua potência: a máquina de guerra passou para o campo das Amazonas, povo-mulher sem Estado, cuja justiça, religião, amores, estão organizados de um modo unicamente guerreiro. Descendentes dos citas, as Amazonas surgem como o raio, “entre” os dois Estados, o grego e o troiano. Elas varrem tudo em sua passagem. Aquiles encontra-se diante de seu duplo, Pentesiléia, e, na sua luta ambígua, ele não pode impedir-se de esposar a máquina de guerra ou amar Pentesiléia, portanto de trair ao mesmo tempo Agamenon e Ulisses. No entanto, ele pertence já suficientemente ao Estado grego, de modo que Pentesiléia, por sua vez, não pode entrar com ele na relação passional da guerra sem trair, ela mesma, a lei coletiva de seu povo, esta lei de Malta que proíbe “escolher” o inimigo, e de entrar num face a face ou em distinções binárias.

Kleist, em toda sua obra, canta uma máquina de guerra, e a opõe ao aparelho de Estado num combate perdido de antemão. Arminius anuncia, sem dúvida, uma máquina de guerra germânica que rompe com a ordem imperial das alianças e dos exércitos, e se ergue para sempre contra o Estado romano. Mas o príncipe de Homburgo já vive tão-somente num sonho, e é condenado por ter obtido a vitória desobedecendo à lei de Estado. Quanto a Kohlhaas, doravante sua máquina de guerra só pode ser de bandidagem. Será que o destino de uma tal máquina, quando o Estado triunfa, é cair na alternativa: ou ser apenas o órgão militar e disciplinado do aparelho de Estado, *ou então voltar-se contra si mesma*, e tornar-se uma máquina de suicídio a dois, para um homem e uma mulher solitários? Goethe e Hegel, pensadores de Estado, vêem em Kleist um monstro, e Kleist perdeu de antemão. Por que, no entanto, a mais estranha modernidade está de seu lado? É que os elementos de sua obra são o segredo, a velocidade e o afecto⁹. Em Kleist o segredo já não é um conteúdo tomado numa forma de interioridade; ao contrário, torna-se forma, e identifica-se à forma de exterioridade sempre fora de si mesma. Do mesmo modo, **[Início da página 18]** os sentimentos são arrancados à interioridade de um “sujeito” para serem violentamente projetados num meio de pura exterioridade que lhes comunica uma velocidade inverossímil, uma força de catapulta: amor ou ódio já não são em

⁸ Sobre Ajax e a tragédia de Sófocles, do a análise de Jean Starobinski, *Trais fureurs*, Gallimard Starobinski coloca explicitamente o problema da guerra e do Estado.

⁹ Temas analisados por Mathieu Carriere num estudo inédito sobre Kleist.

absoluto sentimentos, mas afectos. E esses afectos são outros tantos devir-mulher, devir-animal do guerreiro (o urso, as cadelas). Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra. Velocidade de desterritorialização do afecto. Mesmo os sonhos (o do príncipe de Homburgo, o de Pentésiléia) são exteriorizados mediante um sistema de revezamentos e ramificações, de encadeamentos extrínsecos que pertencem à máquina de guerra. Anéis partidos. Esse elemento de exterioridade, que domina tudo, que Kleist inventa em literatura, que ele é o primeiro a inventar, vai dar ao tempo um novo ritmo, uma sucessão sem fim de catatonias ou desfalecimentos, e de fulgurações ou precipitações. A catatonia é "esse afecto é forte demais para mim", e a fulguração, "a força desse afecto me arrebatou", o Eu não passando de um personagem cujos gestos e emoções estão dessubjetivados, com o que se arrisca a própria vida. Tal é a fórmula pessoal de Kleist: uma sucessão de corridas loucas e de catatonias petrificadas, onde já não subsiste qualquer interioridade subjetiva. Há muito de Oriente em Kleist: o lutador japonês, imóvel interminavelmente, que de súbito faz um gesto rápido demais para ser percebido. O jogador de go. Na arte moderna, muitas coisas vêm de Kleist. Com relação a ele, Goethe e Hegel são homens velhos. Será possível que no momento em que já não existe, vencida pelo Estado, a máquina de guerra testemunhe ao máximo sua irrefutabilidade, enxameie em máquinas de pensar, de amar, de morrer, de criar, que dispõem de forças vivas ou revolucionárias suscetíveis de recolocar em questão o Estado triunfante? É no mesmo movimento que a máquina de guerra já está ultrapassada, condenada, apropriada, e que ela toma novas formas, se metamorfoseia, afirmando sua irredutibilidade, sua exterioridade: desenrolar esse meio de exterioridade pura que o homem de Estado ocidental, ou o pensador ocidental, não param de reduzir?

Problema I: Existe algum meio de conjurar a formação de um aparelho de Estado (ou de seus equivalentes num grupo)?

Proposição II: A exterioridade da máquina de guerra é igualmente confirmada pela etnologia (homenagem à memória de Pierre Clastres).

[Início da página 19] As sociedades primitivas segmentárias foram definidas com frequência como sociedades sem Estado, isto é, em que não aparecem órgãos de poder distintos. Mas disto concluía-se que essas sociedades não atingiram o grau de desenvolvimento econômico, ou o nível de diferenciação política que tornariam a um só tempo possível e inevitável a formação de um aparelho de Estado: os primitivos, desde logo, "não entendem" um aparelho tão complexo. O primeiro interesse das teses de Clastres está em romper com esse postulado evolucionista. Clastres não só duvida que o Estado seja o produto de um desenvolvimento econômico determinável, mas indaga se as sociedades primitivas não teriam a preocupação potencial de conjurar e prevenir esse monstro que supostamente não compreendem. Conjurar a formação de um aparelho de Estado, tornar impossível uma tal formação, tal seria o objeto de um *certo* número de mecanismos sociais primitivos, ainda que deles não se tenha uma consciência clara. Sem dúvida, as sociedades primitivas possuem *chefes*. Mas o Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar. Portanto, são necessárias instituições especiais para que um chefe possa tornar-se homem de Estado, porém requer-se não menos mecanismos coletivos difusos para impedir que isso ocorra. Os mecanismos conjuratórios ou preventivos fazem parte da chefia, e a impedem que se cristalize num aparelho distinto do próprio *corpo* social. Clastres descreve essa situação do chefe cuja única arma instituída é seu prestígio, cujo único meio é a persuasão, cuja única regra é o pressentimento dos desejos do grupo: o chefe assemelha-se mais a um líder ou a uma vedete do que a um homem de poder, e corre sempre o risco de *ser* renegado, abandonado pelos seus. E mais: Clastres considera que, nas sociedades primitivas, *a guerra* é o mecanismo mais seguro contra a formação do Estado: é que a guerra mantém a dispersão e a segmentaridade dos grupos, e o guerreiro é ele mesmo tomado num processo de acumulação de

suas façanhas que o conduz a uma solidão e a uma *morte* prestigiosas, *porém* sem poder¹⁰ Clastres pode então invocar o Direito natural, **[Início da página 20]** revertendo sua proposição principal: assim como Hobbes viu nitidamente que o *Estado existia contra a guerra, a guerra existe contra o Estado*, e o torna impossível. Disto não se conclui que a guerra seja um estado de natureza, mas, ao contrário, que ela é o modo de um estado social que conjura e impede a formação do Estado. A guerra primitiva não produz o Estado, tampouco dele deriva. E assim como ela não se explica pelo Estado, tampouco se explica pela troca: longe de derivar da troca, mesmo para sancionar seu fracasso, a guerra é aquilo que limita as trocas, que as mantém no marco das "alianças", que as impede de tornar-se um fator de Estado ou fazer com que os grupos se fusionem.

O interesse dessa tese está, primeiramente, em chamar a atenção para alguns mecanismos coletivos de inibição. Tais mecanismos podem ser sutis, e funcionar como micro-mecanismos. Isso é nítido em certos fenômenos de bandos ou de maltas. Por exemplo, a propósito dos bandos de moleques de Bogotá, Jacques Meunier cita três meios que impedem o líder de adquirir um poder estável: os membros do bando se reúnem e conduzem sua atividade de roubo em comum, com butim coletivo, porém logo se dispersam, não permanecem juntos para dormir e comer; por outro lado, e sobretudo, cada membro do bando está emparelhado com um, dois ou três outros membros, de modo que, em caso de desacordo com o chefe, não partirá só, mas arrastará consigo seus aliados cuja partida conjugada ameaça desmanchar o bando inteiro; por último, há um limite de idade difuso que faz com que, por volta dos quinze anos, deva-se abandonar o bando obrigatoriamente, desgrudar-se dele¹¹. Para compreender esses mecanismos, é preciso renunciar à visão evolucionista que faz do bando ou da malta uma forma social rudimentar e menos bem organizada. Mesmo nos bandos animais, a chefia é um mecanismo complexo que não promove o mais forte, porém antes inibe a instauração de poderes estáveis, **[Início da página 21]** em favor de um tecido de relações imanentes¹². Do mesmo modo, seria possível opor, entre os homens mais evoluídos, a forma de "mundanidade" à de "sociabilidade": os grupos mundanos estão próximos dos bandos e procedem por difusão de prestígio, mais do que por referência a centros de poder, como sucede nos grupos sociais (Proust mostrou bem essa falta de correspondência entre os valores mundanos e os valores sociais). Eugène Sue, mundano e dândi, a quem os legitimistas censuravam por freqüentar a família de Orléans, dizia: "Eu não me reúno à família, reúno-me à malta". As maltas, os bandos são grupos do tipo rizoma, por oposição ao tipo arborescente que se concentra em órgãos de poder. É por isso que os bandos em geral, mesmo de bandidagem, ou de mundanidade, são metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente, o qual, ao contrário, estrutura as sociedades centralizadas. Não cabe dizer, pois, que a disciplina é o próprio da máquina de guerra: a disciplina torna-se a característica obrigatória dos exércitos quando o Estado se apodera deles; mas a máquina de guerra responde a outras regras, das quais não dizemos, por certo, que são melhores, porém que animam uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento da hierarquia, uma chantagem perpétua de abandono e traição, um sentido da honra muito suscetível, e que contraria, ainda uma vez, a formação do Estado.

¹⁰ Pierre Clastres, *La société contre l'Etat*, Ed. de Minuit; "Archéologie de la violence" e "Malheur du guerrier sauvage", in *Libre I e 11*, Payot. Neste último texto, Clastres faz o retrato do destino do guerreiro na sociedade primitiva, e analisa o mecanismo que impede a concentração de poder (do mesmo modo, Mauss havia mostrado que o *potlatch* é um mecanismo que impede a concentração de riqueza).

¹¹ Jacques Meunier, *Les gamins de Bogota*, Latte:s, p. 159 ("chantage à la dispersion"), p. 177: em caso de necessidade, "são os outros moleques, mediante um jogo complicado de humilhações e silêncios, que o convencem de que deve abandonar o bando". Meunier sublinha a que ponto o destino do ex-moleque está comprometido: não só por razões de saúde, mas porque integra-se mal à "quadriha", que para ele é uma sociedade hierarquizada e centralizada demais, demasiado centrada nos órgãos de poder (p. 178). Sobre os bandos de crianças, d. também o romance de Jorge Amado, *Capitães de areia* (*Capitaines des sables*, Gallimard).

¹² Cf. I.S. Bernstein, "La dominance social chez les primates", *La Recherche* n° 91, jul. 1978.

O que faz, no entanto, com que essa tese não nos convença completamente? Seguimos Clastres quando ele mostra que o Estado não se explica por um desenvolvimento das forças produtivas, nem por uma diferenciação das forças políticas. É ele, ao contrário, que torna possível o empreendimento das grandes obras, a constituição dos excedentes e a organização das funções públicas correspondentes. É ele que torna possível a distinção entre governantes e governados. Não há como explicar o Estado por aquilo que o supõe, mesmo recorrendo à dialética. Parece evidente que o Estado surge de uma só vez, sob uma forma imperial, e não remete a fatores progressivos. Seu surgimento num determinado lugar é como um golpe de gênio, o nascimento de Atena. Também estamos de acordo com Clastres quando mostra que uma máquina de guerra está dirigida contra o Estado, seja contra Estados potenciais cuja formação ela conjura de antemão, seja, mais [\[Início da página 22\]](#) ainda, contra os Estados atuais a cuja destruição se propõe. Com efeito, a máquina de guerra é sem dúvida efetuada nos agenciamentos "bárbaros" dos nômades guerreiros, muito mais do que nos agenciamentos "selvagens" das sociedades primitivas. Em todo caso, está descartado que a guerra produza um Estado, ou que o Estado seja o resultado de uma guerra cujos vencedores imporiam desse modo uma nova lei aos vencidos, uma vez que a organização da máquina de guerra é dirigida contra a forma-Estado, atual ou virtual. Não se obtém uma explicação melhor para o Estado invocando-se um resultado da guerra, em lugar de uma progressão das forças econômicas ou políticas. Desde logo, Pierre Clastres aprofunda o corte: entre sociedades contra-o-Estado, ditas primitivas, e sociedades-com-Estado, ditas monstruosas, que não chegamos a apreender de modo algum como puderam se formar. Clastres é fascinado pelo problema de uma "servidão voluntária", à maneira de La Boétie: como foi que pessoas quiseram ou desejaram uma servidão, que certamente não lhes vinha de um desfecho de guerra involuntário e infeliz? Contudo, eles dispunham de mecanismos contra o Estado: então, por que e como o Estado? Por que o Estado triunfou? Pierre Clastres, à força de aprofundar esse problema, parecia privar-se dos meios para resolvê-lo¹³ Tendia a fazer das sociedades primitivas uma hipóstase, uma entidade auto-suficiente (insistia muito nesse ponto). Convertia a exterioridade formal em independência real. Dessa forma, continuava sendo evolucionista, e pressupunha um estado de natureza. Ocorre que esse estado de natureza era, segundo ele, uma realidade plenamente social, ao invés de ser um puro conceito, e essa evolução era de mutação brusca, não de desenvolvimento, pois, de um lado, o Estado surgia de um só golpe, todo pronto; de outro [\[Início da página 23\]](#) lado, as sociedades contra-o-Estado dispunham de mecanismos muito precisos para conjurá-lo, para impedir que surgisse. Acreditamos que essas duas proposições são boas, mas que falta o encadeamento entre elas. Existe um velho esquema: "dos clãs aos impérios", ou "dos bandos aos reinos". Porém, nada garante que haja uma evolução nesse sentido, visto que os bandos e os clãs não são menos organizados que os reinos-impérios. Ora, não se romperá com essa hipótese de evolução aprofundando o corte entre ambos os termos, isto é, dando uma auto-suficiência aos bandos e um surgimento tanto mais milagroso ou monstruoso ao Estado.

É preciso dizer que o Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado. Quanto mais os arqueólogos fazem descobertas, mais descobrem impérios. A hipótese do *Urstaat* parece verificada, "o Estado enquanto tal remonta já aos tempos mais remotos da humanidade". Mal conseguimos imaginar sociedades primitivas que não tenham tido contato com Estados imperiais, na periferia ou em zonas mal controladas. Porém, o mais importante é a hipótese inversa: que o Estado ele mesmo sempre esteve em relação com um fora, e não é pensável independentemente dessa relação. A lei do Estado não é a do Tudo ou Nada (sociedades com

¹³ Clastres, *La société contre l'Etat*, p. 170: "A aparição do Estado operou a grande partilha tipológica entre Selvagens e Civilizados, inscreveu o corte inapagável para além do qual tudo mudou, pois o tempo torna-se História". Para dar conta dessa aparição, Clastres invocava em primeiro lugar um fator demográfico (mas "sem pensar em substituir um determinismo econômico por um determinismo demográfico..."); e também a precipitação eventual da máquina guerreira (?); ou então, de uma maneira mais inesperada, o papel indireto de um certo *profetismo* que, primeiramente dirigido contra os "chefes", teria produzido um poder temível por outras razões. Mas, evidentemente, não podemos prejudicar das soluções mais elaboradas que Clastres teria dado a esse problema. Sobre o papel eventual do profetismo, reporte-se ao livro de Hélène Clastres, *La terre sans mal, le prophétisme tupi-guarani*, Ed. du Seuil.

Estado *ou* sociedades contra o Estado), mas a do interior e do exterior. O Estado é a soberania. No entanto, a soberania só reina sobre aquilo que ela é capaz de interiorizar, de apropriar-se localmente. Não apenas não há Estado universal, mas o fora dos Estados não se deixa reduzir à "política externa", isto é, a um conjunto de relações entre Estados. O fora aparece simultaneamente em duas direções: grandes máquinas mundiais, ramificadas sobre todo o *ecúmeno* num momento dado, e que gozam de uma ampla autonomia com relação aos Estados (por exemplo, organizações comerciais do tipo "grandes companhias", ou então complexos industriais, ou mesmo formações religiosas como o cristianismo, o islamismo, certos movimentos de profetismo ou de messianismo, etc.); mas também mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado. O mundo moderno nos oferece hoje imagens particularmente desenvolvidas dessas duas direções, a das máquinas mundiais ecumênicas, mas também a de um neoprimitivismo, uma nova sociedade tribal tal como a descreve McLuhan. Essas direções não estão menos presentes em todo campo social, e sempre. Acontece até de se confundirem parcialmente; por exemplo, uma organização comercial [Início da página 24] é também um bando de pilhagem ou de pirataria numa parte de seu percurso e em muitas de suas atividades; ou então é por bandos que uma formação religiosa começa a operar. O que é evidente é que os bandos, não menos que as organizações mundiais, implicam uma forma irredutível ao Estado, e que essa forma de exterioridade se apresenta necessariamente como a de uma máquina de guerra, polimorfa e difusa. É um *nomos*, muito diferente da "lei". A forma-Estado, como forma de interioridade, tem uma tendência a reproduzir-se, idêntica a si através de suas variações, facilmente reconhecível nos limites de seus pólos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta). Mas a forma de exterioridade da máquina de guerra faz com que esta só exista nas suas próprias metamorfoses; ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente. Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, *num campo perpétuo de interação*, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados.

Proposição III: A exterioridade da máquina de guerra é confirmada ainda pela epistemologia, que deixa pressentir a existência e a perpetuação de uma "ciência menor" ou "nômade".

Há um gênero de ciência, ou um tratamento da ciência, que parece muito difícil de classificar, e cuja história é até difícil seguir. Não são "técnicas", segundo a acepção costumeira. Porém, tampouco são "ciências", no sentido régio ou legal estabelecido pela História. Segundo um livro recente de Michel Serres, pode-se detectar seu rastro ao mesmo tempo na física atômica, de Demócrito a Lucrecio, e na geometria de Arquimedes¹⁴. As características de uma tal ciência excêntrica [Início da página 25] seriam as seguintes: 1) Teria inicialmente um modelo hidráulico, ao invés de ser uma teoria dos sólidos, que considera os fluidos como um caso particular; com efeito, o atomismo antigo é indissociável dos fluxos, o fluxo é a realidade mesma ou a consistência. 2) É um modelo de devir e de heterogeneidade que se opõe ao estável, ao eterno, ao idêntico, ao constante. É um "paradoxo", fazer do próprio devir um modelo, e não mais o caráter segundo de uma cópia; Platão, no *Timeu*, evocava essa possibilidade, mas para excluí-la e conjurá-la, em nome da ciência régia. Ora, no atomismo, ao contrário, a famosa declinação do átomo proporciona um tal modelo de heterogeneidade, e de passagem ou de devir pelo heterogêneo. O *clinamen*, como ângulo mínimo, só tem sentido entre uma reta e uma

¹⁴ Michel Serres, *La naissance de la physique dans le texte de Lucrece. Fieuves et turbuences*, Ed. de Minuit. Serres é o primeiro a destacar os três pontos que se seguem; o quarto nos parece encadear-se com eles.

curva, a curva e sua tangente, e constitui a curvatura principal do movimento do átomo. O clinâmen é o ângulo mínimo pelo qual o átomo se afasta da reta. É uma passagem ao limite, uma exaustão, um modelo "exaustivo" paradoxal. O mesmo ocorre com a geometria de Arquimedes, onde a reta definida como "o caminho mais curto entre dois pontos" é apenas um meio para definir a longitude de uma curva, num cálculo pré-diferencial. 3) Já não se vai da reta a suas paralelas, num escoamento lamelar ou laminar, mas da declinação curvilínea à formação das espirais e turbilhões sobre um plano inclinado: a maior inclinação para o menor ângulo. Da *turba* ao *turbo*: ou seja, dos bandos ou maltas de átomos às grandes organizações turbilhonares. O modelo é turbilhonar, num espaço aberto onde as coisas-fluxo se distribuem, em vez de distribuir um espaço fechado para coisas lineares e sólidas. É a diferença entre um espaço *liso* (vetorial, projetivo ou topológico) e um espaço *estriado* (métrico): num caso, "ocupa-se o espaço sem medi-lo", no outro, "mede-se o espaço a fim de ocupá-lo"¹⁵. 4) Por último, o modelo é problemático, e não mais teorematizado: as figuras só são consideradas em função das *afecções* que lhes acontecem, secções, ablações, adjunções, projeções. Não se vai de um gênero a suas espécies por diferenças específicas, nem de uma essência estável às propriedades que dela decorrem por dedução, mas de um problema aos acidentes que o condicionam e o resolvem. Há aí toda sorte de deformações, transmutações, **[Início da página 26]** passagens ao limite, operações onde cada figura designa um "acontecimento" muito mais que uma essência: o quadrado já não existe independente de uma quadratura, o cubo de uma cubatura, a reta de uma retificação. Enquanto o teorema é da ordem das razões, o problema é afectivo e inseparável das metamorfoses, gerações e criações na própria ciência. Contrariamente ao que diz Gabriel MareeI, o problema não é um "obstáculo", é a ultrapassagem do obstáculo, uma projeção, isto é, uma máquina de guerra. É todo esse movimento que a ciência régia se esforça por limitar, quando reduz ao máximo a parte do "elemento-problema", e o subordina ao "elemento-teorema"¹⁶.

Essa ciência arquimediana, ou essa concepção da ciência, está essencialmente ligada à máquina de guerra: os *problemata* são a própria máquina de guerra, e são indissociáveis dos planos inclinados, das passagens ao limite, dos turbilhões e projeções. Poderia dizer-se que a máquina de guerra se projeta num saber abstrato, formalmente diferente daquele que duplica o aparelho de Estado. Diríamos que toda uma ciência nômade se desenvolve excentricamente, sendo muito diferente das ciências régias ou imperiais. Bem mais, essa ciência nômade não pára de ser "barrada", inibida ou proibida pelas exigências e condições da ciência de Estado. Arquimedes, vencido pelo Estado romano, torna-se um símbolo¹⁷. É que as duas ciências diferem pelo modo de formalização, e a ciência de Estado não pára de impor sua forma de soberania às invenções da ciência nômade; só retém da ciência nômade aquilo de que pode apropriar-se, e do resto faz um conjunto de receitas estritamente limitadas, sem estatuto verdadeiramente científico, **[Início da página 27]** ou simplesmente o reprime e o proíbe. É como se o "cientista" da ciência nômade fosse apanhado entre dois fogos, o da máquina de guerra, que o alimenta e o inspira, e o do Estado, que lhe impõe uma ordem das razões. O personagem do *engenheiro* (e especialmente do engenheiro militar), com toda sua ambivalência, ilustra essa situação. Por isso, o mais importante talvez sejam os fenômenos fronteirizos onde a ciência nômade exerce

¹⁵ Pierre Boulez distingue assim dois espaços-tempos da música: no espaço estriado, a medida pode ser irregular tanto quanto regular, ela é sempre determinável, ao passo que, no espaço liso, o corte, ou a separação, "poderá efetuar-se onde se quiser". Cf. *Penser la musique aujourd'hui*, Gonthier, pp. 95-107.

¹⁶ A geometria grega está atravessada pela oposição entre esses dois pólos, teorematizado e problemático, e pelo triunfo relativo do primeiro: Proclus, em seus *Commentaires sur le premier livre des Eléments d'Euclide* (reed. Desclée de Brouwer), analisa a diferença entre os pólos, e a ilustra com a oposição Espeusipo-Menecmo. A matemática sempre estará atravessada por essa tensão; assim, por exemplo, o elemento axiomático se chocará com uma corrente problemática, "intuicionista" ou "construtivista", que propugna um cálculo dos problemas muito diferente da axiomática e de toda teorematização: d. Bouligand, *Le déclin des absolus mathématicologiques*, Ed. d'Enseignement supérieur.

¹⁷ Virilio, *L'insécurité du territoire*, p. 120: "Sabe-se de que modo, com Arquimedes, terminou a era da jovem geometria como livre pesquisa criadora, (...) A espada de um soldado romano cortou-lhe o fio, diz a tradição, Matando a criação geométrica, o Estado romano iria construir o imperialismo geométrico do Ocidente"

uma pressão sobre a ciência de Estado, e onde, inversamente, a ciência de Estado se apropria e transforma os dados da ciência nômade. Isso é verdade da arte dos campos e da "castrametação", que sempre mobiliza as projeções e os planos inclinados: o Estado não se apropria dessa dimensão da máquina de guerra sem submetê-la a regras civis e métricas que vão limitá-la de modo estrito, controlar, localizar a ciência nômade, e proibi-la de desenvolver suas conseqüências através do campo social (Vauban, a esse respeito, é como a retomada de Arquimedes, e sofre uma derrota análoga). Isso é verdade em relação à geometria descritiva e projetiva, que a ciência régia pretende transformar numa simples dependência prática da geometria analítica dita superior (donde a situação ambígua de Monge ou de Poncelet enquanto "cientistas"¹⁸). É verdade também a respeito do cálculo diferencial: por muito tempo, este só teve um estatuto paracientífico; tratam-no de "hipótese gótica" e a ciência régia só lhe reconhece um valor de convenção cômoda ou de ficção bem fundada; os grandes matemáticos de Estado se esforçam em dar-lhe um estatuto mais firme, porém precisamente sob a condição de eliminar dele todas as noções dinâmicas e nômade como as de devir, heterogeneidade, infinitesimal, passagem ao limite, variação contínua, etc., e de impor-lhe regras civis, estáticas e ordinais (situação ambígua de Carnot a esse respeito). É verdade, enfim, a respeito do modelo hidráulico: pois, certamente, o próprio Estado tem necessidade de uma ciência hidráulica (não é preciso voltar às teses de Wittfogel concernentes à importância das grandes obras hidráulicas num império). Mas é sob uma forma muito diferente, já que o Estado precisa subordinar a força hidráulica a condutos, canos, diques que impeçam a turbulência, que **[Início da página 28]** imponham ao movimento ir de um ponto a outro, que imponham que o próprio espaço seja estriado e mensurado, que o fluido dependa do sólido, e que o fluxo proceda por fatias laminares paralelas. Em contrapartida, o modelo hidráulico da ciência nômade e da máquina de guerra consiste em se expandir por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afecte simultaneamente todos os seus pontos, ao invés de ser tomado por ele como no movimento local, que vai de tal ponto a tal outro¹⁹. Demócrito, Meneemo, Arquimedes, Vauban, Desargues, Bernoulli, Monge, Carnot, Poncelet, Perronet, etc.: para cada um desses casos, é preciso uma monografia que dê conta da situação especial desses cientistas. que a ciência de Estado só utiliza restringindo-os, disciplinando-os, reprimindo suas concepções sociais ou políticas.

O mar como espaço liso é claramente um problema específico da máquina de guerra. É no mar, como mostra Virilio, que se coloca o problema do *fleet in being*, isto é, a tarefa de ocupar um espaço aberto com um movimento turbilhonar cujo efeito pode surgir em qualquer ponto. A esse respeito, os estudos recentes sobre o ritmo, sobre a origem dessa noção, não nos parecem inteiramente convincentes, pois dizem-nos que o ritmo nada tem a ver com o movimento das ondas, mas designa a "forma" em geral, e mais especialmente a forma de um movimento "mensurado, cadenciado"²⁰. Contudo, ritmo e medida jamais se confundem. E se o atomista Demócrito é precisamente um dos autores que empregam ritmo no sentido de forma, não se deve esquecer que é em condições muito precisas de flutuação, e que as formas de átomos constituem primeiramente grandes conjuntos não **[Início da página 29]** métricos, espaços lisos tais como o ar, o mar ou mesmo a terra (*magnaes res*). Há nitidamente um ritmo

¹⁸ Com Monge, e sobretudo com Poncelet, os limites da representação sensível ou mesmo espacial (espaço estriado) são efetivamente ultrapassados, porém menos em direção a uma potência simbólica de abstração que a uma imaginação transespacial, ou trans-intuição (continuidade). Reporte-se ao comentário de Brunschvicg sobre Poncelet, *Les étapes de la philosophie mathématique*, PUF.

¹⁹ Michel Serres (pp. 105 ss.) analisa a esse respeito a oposição d'AlambertBernoulli. Trata-se mais geralmente de uma diferença entre dois modelos de espaço: "A bacia mediterrânea tem falta de água, e tem o poder quem drena as águas. Daí esse mundo físico onde o dreno é essencial, e o clinâmen parece a liberdade, visto que é justamente essa turbulência que nega o escoamento forçado. Incompreensível para a teoria científica, incompreensível para o senhor das águas. (...) Donde a grande figura de Arquimedes: senhor dos corpos flutuantes e das máquinas militares".

²⁰ Cf. Benveniste, *Problemes de linguistique générale*, "La notion de rythme dans son expression linguistique", pp. 327-375. Esse texto, com frequência considerado decisivo, nos parece ambíguo, porque invoca Demócrito e o atomismo sem levar em conta o problema hidráulico, e porque faz do ritmo uma "especialização secundária" da forma corporal.

mensurado, cadenciado, que remete ao escoamento do rio entre suas margens ou à forma de um espaço estriado; mas há também um ritmo sem medida, que remete à fluxão de um fluxo, isto é, à maneira pela qual um fluido ocupa um espaço liso.

Essa oposição, ou melhor, essa tensão-limite das duas ciências, ciência nômade de máquina de guerra e ciência régia de Estado, encontra-se em diferentes momentos, em diferentes níveis. Os trabalhos de Anne Querrien permitem detectar dois desses momentos, um com a construção das catedrais góticas no século XII, outro com a construção das pontes nos séculos XVIII e XIX²¹. Com efeito, o gótico é inseparável de uma vontade de construir igrejas mais longas e mais altas que as românicas. Cada vez mais longe, cada vez mais alto... Mas essa diferença não é simplesmente quantitativa, ela indica uma mudança qualitativa: a relação estática forma-matéria tende a se esfumar em favor de uma relação dinâmica material-forças. É o talhe que fará da pedra um material capaz de captar e compor as forças de empuxo, e de construir abóbadas cada vez mais altas e mais longas. A abóbada já não é uma forma, porém uma linha de variação contínua das pedras. É como se o gótico conquistasse um espaço liso, enquanto o românico permanecia parcialmente num espaço estriado (onde a abóbada dependia da justaposição de pilares paralelos). Ora, o talhe das pedras é inseparável, por um lado, de um plano de projeção diretamente sobre o solo, que funciona como limite plano, e por outro, de uma série de aproximações sucessivas (esquadrejamento), ou da variação das pedras volumosas. É claro que, para fundar o empreendimento, pensou-se na ciência teoremática: as cifras e as equações seriam a forma inteligível capaz de organizar superfícies e volumes. Porém, segundo a lenda, Bernardo de Claraval renuncia a isso rapidamente, por ser "difícil" demais, e invoca a especificidade de uma geometria operatória arquimediana, projetiva e descritiva, definida como ciência menor, mategrafia mais que matelogia. Seu companheiro de confraria, o monge-maçom Garin de Troyes, invoca uma lógica operatória do movimento que permite ao "iniciado" traçar, depois cortar os volumes em profundidade no espaço, e fazer com que "o traço produza a cifra"²². **[Início da página 30]** Não se representa, engendra-se e percorre-se. Essa ciência não se caracteriza tanto pela ausência de equações quanto pelo papel muito diferente que estas adquirem eventualmente: em vez de serem absolutamente boas formas que organizam a matéria, elas são "geradas", como que "impulsionadas" pelo material, num cálculo qualitativo otimizado. Toda essa geometria arquimediana terá sua mais alta expressão, mas encontrando também sua interrupção provisória, com o surpreendente matemático Desargues, no século XVII. Como a maioria de seus pares, Desargues escreve pouco; contudo, tem uma grande influência real, e deixa esboços, rascunhos, projetos sempre centrados em torno dos problemas-acontecimentos: "lição das trevas", "esboço do corte das pedras", "esboço para enfrentar os encontros entre um cone e um plano"... Ora, Desargues é condenado pelo parlamento de Paris, combatido pelo secretário do rei; suas práticas de perspectiva são proibidas²³. A ciência régia ou de Estado só suporta e se apropria do talhe das pedras por *planos* (o contrário do esquadrejamento), em condições que restauram o primado do modelo fixo da forma, da cifra e da medida. A ciência régia só suporta e se apropria da perspectiva estática, submetida a um buraco negro central que lhe retira toda capacidade heurística e deambulatória. Mas a aventura ou o acontecimento de Desargues é o mesmo que já se havia produzido coletivamente para os "companheiros" góticos. Pois não somente a Igreja, sob sua forma imperial, havia sentido necessidade de controlar severamente o movimento dessa ciência nômade: ela confiava aos templários o cuidado de fixar-lhe os lugares e os objetos, de administrar os canteiros, de disciplinar a construção; porém, também o Estado laico, sob sua forma régia, volta-se contra os próprios templários, condena as confrarias por toda sorte de motivos, dos quais um ao menos concerne à interdição dessa geometria operatória ou menor.

²¹ Anne Querrien, *Devenir (onctionnaire ou le travail de l'Etat)*, Cerfi. Utilizamos este livro, bem como estudos inéditos de Anne Querrien.

²² Raoul Vergez, *Les illuminés de l'art royal*, Julliard.

²³ Desargues, *Oeuvres*, Ed. Leiber (com o texto de Michel Chasles, que estabelece uma continuidade entre Desargues, Monge e Poncelet como "fundadores de uma geometria moderna").

Anne Querrien teria razão em encontrar ainda um eco da mesma história no nível das pontes, no século XVIII? Sem dúvida, as condições são muito diferentes, visto que a divisão do trabalho é então obtida segundo as normas de Estado. Resta o fato de que, no conjunto das atividades da administração pública responsável pelas *Pontes e Vias*, as estradas são atribuição de uma administração bem centralizada, **[Início da página 31]** enquanto as pontes ainda são matéria para experimentação ativa, dinâmica e coletiva. Trudaine organiza em sua casa curiosas "assembléias gerais" livres. Perronet se inspira num modelo flexível vindo do Oriente: que a ponte não bloqueie nem obstrua o rio. À gravidade da ponte, ao espaço estriado dos apoios espessos e regulares, ele *opõe* o desbaste e a descontinuidade dos apoios, o rebaixe da abóbada, a leveza e a variação contínua do conjunto. Mas a tentativa choca-se rapidamente contra oposições de princípio; e segundo um procedimento freqüente, ao nomear Perronet diretor da escola, o Estado mais inibe a experimentação do que a coroa. Toda a história da *Escola das Pontes e Vias* mostra como esse "corpo", antigo e plebeu, será subordinado aos órgãos responsáveis pelas Minas, pelas Obras Públicas, pela Politécnica, ao mesmo tempo em que suas atividades serão cada vez mais normalizadas²⁴. Chega-se, portanto, à questão: o que é um *corpo* coletivo? Sem dúvida, os grandes corpos de um Estado são organismos diferenciados e hierarquizados que, de um lado, dispõem do monopólio de um poder ou de uma função; de outro, repartem localmente seus representantes. Têm uma relação especial com as famílias, porque fazem comunicar nos dois extremos o modelo familiar e o modelo estatal, e eles mesmos vivem como "grandes famílias" de funcionários, de amanuenses, de intendentess ou de recebedores. Todavia, parece que em muitos desses corpos, alguma outra coisa está em ação, que não se reduz a esse esquema. Não se trata somente da defesa obstinada de seus privilégios. Seria preciso falar também de uma aptidão, mesmo caricatural, mesmo muito deformada, de constituir-se como máquina de guerra, opondo ao Estado outros modelos, um outro dinamismo, uma ambição nômade. Por exemplo, há um problema muito antigo do *lobby*, grupo de contornos flexíveis, com uma situação muito ambígua em relação ao Estado que pretende "influenciar" e a uma máquina de guerra que quer promover, sejam quais forem seus objetivos.²⁵

[Início da página 32] Um *corpo* não se reduz a um *organismo*, assim como o espírito de corpo tampouco se reduz à alma de um organismo. O espírito não é melhor, mas ele é volátil, enquanto a alma é gravífica, centro de gravidade. Seria preciso invocar uma origem militar do corpo e do espírito de corpo? Não é o "militar" que conta, mas antes uma origem nômade longínqua. Ibn Khaldoun definia a máquina de guerra nômade por: as famílias ou linhagens, *mais* o espírito de corpo. A máquina de guerra entretém com as famílias uma relação muito diferente daquela do Estado. Nela, em vez de ser célula de base, a família é um vetar de bando, de modo que uma genealogia passa de uma família a outra, segundo a capacidade de tal família, em tal momento, em realizar o máximo de "solidariedade agnática". A celebridade pública da família não determina o lugar que ocupa num organismo de Estado; ao contrário, é a potência ou virtude secreta de solidariedade, e a movência correspondente das genealogias, que determinam a celebridade num corpo de guerra²⁶ Há aí algo que não se reduz nem ao monopólio

²⁴ Anne Querrien, pp. 26-27: "O Estado se constrói sobre o fracasso da experimentação? (...) O Estado não está em obras, suas obras devem ser curtas. Um equipamento é feito para funcionar, não para ser construído socialmente: desse ponto de vista, o Estado só chama para construir aqueles que são pagos para executar ou dar ordens, e que são obrigados a seguir o modelo de uma experimentação pré-estabelecida".

²⁵ Sobre a questão de um "lobby Colbert", cf. Dessert e Journet, *Annales*, novo 1975.

²⁶ Cf. Ibn Khaldoun, *La Muqaddima*, Hachette. Um dos temas essenciais dessa obra-prima é o problema sociológico do "espírito de corpo", e sua ambigüidade. Ibn Khaldoun opõe a beduinidade (como modo de vida, não como etnia), e a sedentariedade ou cidadinidade. Entre todos os aspectos dessa oposição, em primeiro lugar está a relação inversa do público e do secreto: não só existe um segredo da máquina de guerra beduína, por oposição à publicidade do cidadão de Estado, mas no primeiro caso a "celebridade" decorre da solidariedade secreta, ao passo que, no outro caso, o segredo se subordina às exigências de celebridade. Em segundo lugar, a beduinidade joga ao mesmo tempo com uma grande pureza e uma grande mobilidade de linhagens e sua genealogia, ao passo que a cidadinidade faz linhagens muito

de um poder orgânico nem a uma representação local, mas que remete à potência de um corpo turbilhonar num espaço nômade. Certamente é difícil considerar os grandes corpos de um Estado moderno como tribos árabes. O que queremos dizer, na verdade, é que os corpos coletivos sempre têm franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquina de guerra, sob formas por vezes muito inesperadas, em agenciamentos determinados tais como construir pontes, construir catedrais, **[Início da página 33]** ou então emitir juízos, ou compor música, instaurar uma ciência, uma técnica... Um corpo de capitães faz valer suas exigências através da organização dos oficiais e do organismo dos oficiais superiores. Sempre sobrevivem períodos em que o Estado enquanto organismo se vê em apuros com seus próprios corpos, e em que esses, mesmo reivindicando privilégios, são forçados, contra sua vontade, a abrir-se para algo que os transborda, um curto instante revolucionário, um impulso experimentador. Situação confusa onde cada vez é preciso analisar tendências e pólos, naturezas de movimentos. De repente, é como se o corpo dos notários avançasse de árabe ou de índio, e depois se retomasse, se reorganizasse: uma ópera cômica, da qual não se sabe o que vai resultar (acontece até de gritarem: "A polícia conosco!").

Husserl fala de uma prato-geometria que se dirigiria a essências morfológicas *vagas*, isto é, vagabundas ou nômades. Essas essências se distinguiriam das coisas sensíveis, mas igualmente das essências ideais, régias, imperiais. A ciência que dela trataria, a proto-geometria, seria ela mesma vaga, no sentido de vagabunda: nem inexata como as coisas sensíveis, nem exata como as essências ideais, porém *anexata e contudo rigorosa* ("inexata por essência e não por acaso"). O círculo é uma essência fixa ideal, orgânica, mas o redondo é uma essência vaga e fluente que se distingue ao mesmo tempo do círculo e das coisas arredondadas (um vaso, uma roda, o sol...). Uma figura teorematizada é uma essência fixa, mas suas transformações, deformações, ablações ou aumentos, todas suas variações, formam figuras problemáticas vagas e contudo rigorosas, em forma de "lentilha", de "umbrela" ou de "saleiro". Dir-se-ia que as essências vagas extraem das coisas uma determinação que é mais que a coisidade, é a da *corporeidade*, e que talvez até implique um espírito de corpo²⁷, Mas por que Husserl vê aí uma prato-geometria, uma espécie de intermediário, e não uma ciência pura? Por que ele faz as essências puras dependerem de uma passagem ao limite, quando toda passagem ao limite pertence como tal ao vago? **[Início da página 34]** Estamos diante de duas concepções da ciência, formalmente diferentes; e, ontologicamente, diante de um só e mesmo campo de interação onde uma ciência régia não pára de apropriar-se dos conteúdos de uma ciência nômade ou vaga, e onde uma ciência nômade não pára de fazer fugir os conteúdos da ciência régia. No limite, só conta a fronteira constantemente móvel. Em Husserl (e também em Kant, ainda que em sentido inverso, o redondo como "esquema" do círculo), constata-se uma apreciação muito justa da irredutibilidade da ciência nômade, mas ao mesmo tempo uma preocupação de homem de Estado, ou que toma partido pelo Estado, de manter um primado legislativo e constituinte da ciência régia. Cada vez que se permanece nesse primado, faz-se da ciência nômade uma instância pré-científica, ou para-científica, ou sub-científica. E sobretudo, já não se pode compreender as relações ciência-técnica, ciência-prática, visto que a ciência nômade não é uma simples técnica ou prática, mas um campo científico no qual o problema dessas relações se coloca e se resolve de modo inteiramente diferente do ponto de vista da ciência régia. O Estado não pára de produzir e reproduzir círculos ideais, mas é preciso uma máquina de guerra para

impuras, e ao mesmo tempo rígidas e fixas: a solidariedade muda de sentido, de um pólo ao outro. Em terceiro lugar, e sobretudo, as linhagens beduínas mobilizam um "espírito de corpo" e se integram nele como nova dimensão: é o *Açabiyya*, ou então o *Ichtirak*, de onde derivará o nome árabe do socialismo (Ibn Khaldoun insiste na ausência de "poder" do chefe de tribo, que não dispõe de constrangimento estatal). A cidadinidade, ao contrário, faz do espírito de corpo uma dimensão do poder, e vai adaptá-lo à "autocracia".

²⁷ Os textos principais de Husserl são *Idées I*, § 74, Gallimard, e *L'origine de la géométrie*, PUF (com o comentário muito importante de Derrida, pp. 125-138). Sendo o problema o de uma ciência vaga e contudo rigorosa, ver a fórmula de Michel Serres, comentando a figura dita Salinon: "Ela é rigorosa, anexata. E não precisa, exata ou inexata. Apenas uma métrica é exata" (*Naissance de la physique*, p. 29). O livro de Bachelard, *Essai sur la connaissance approchée* (Vrin), continua sendo o melhor estudo dos passos e procedimentos que constituem todo um rigor do anexato, e de seu papel criativo na ciência.

fazer um redondo. Portanto, seria preciso determinar as características próprias da ciência nômade, a fim de compreender a um só tempo a repressão que ela sofre e a interação na qual se "mantém".

A ciência nômade não tem com o trabalho a mesma relação que a ciência régia. Não que a divisão de trabalho aí seja menor, mas ela é outra. Conhece-se os problemas que os Estados sempre tiveram com as "confrarias", os corpos nômades ou itinerantes do tipo pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc. Fixar, sedentarizar a força de trabalho, regradar o movimento do fluxo de trabalho, determinar-lhe canais e condutos, criar corporações no sentido de organismos, e, para o restante, recorrer a uma mão-de-obra forçada, recrutada nos próprios lugares (corvéia) ou entre os indigentes (ateliês de caridade), - essa foi sempre uma das principais funções do Estado, que se propunha ao mesmo tempo vencer *uma vagabundagem de bando*, e *um nomadismo de corpo*. Se retornamos ao exemplo gótico, é para lembrar o quanto os companheiros viajavam, construindo catedrais aqui e ali, enxameando os canteiros, dispondo de uma potência ativa e passiva (mobilidade e greve) que certamente não convinha aos Estados. O revide do Estado é gerir os canteiros, introduzir em todas as divisões do trabalho a distinção suprema do intelectual e o manual, do teórico e o prático, copiada da diferença "governantes-governados". Tanto nas ciências **[Início da página 35]** nômades como nas ciências régias, encontraremos a existência de um "plano", mas que de modo algum é o mesmo. Ao plano traçado diretamente sobre o solo do companheiro gótico opõe-se o plano métrico traçado sobre papel do arquiteto fora do canteiro. Ao plano de consistência ou de composição opõe-se um outro plano, que é de organização e de formação. Ao talhe das pedras *por* esquadrejamento opõe-se o talhe *por* painéis, que implica a ereção de um modelo a reproduzir. Não diremos apenas que já não há necessidade de um trabalho qualificado: há necessidade de um trabalho não qualificado, de uma desqualificação do trabalho. O Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar. O que não impede que o Estado encontre dificuldades com esse corpo de intelectuais que ele mesmo engendrou, e que no entanto esgrime novas pretensões nomádicas e políticas. Em todo caso, se o Estado é conduzido perpetuamente a reprimir as ciências menores e nômades, se ele se opõe às essências vagas, à geometria operatória do traço, não é em virtude de um conteúdo inexato ou imperfeito dessas ciências, nem de seu caráter mágico ou iniciático, mas porque elas implicam uma divisão do trabalho que se opõe à das normas de Estado. A diferença não é extrínseca: a maneira pela qual uma ciência, ou uma concepção da ciência, participa na organização do campo social, e em particular induz uma divisão do trabalho, faz parte dessa mesma ciência. A ciência régia é inseparável de um modelo "hilemórfico", que implica ao mesmo tempo uma forma organizadora para a matéria, e uma matéria preparada para a forma; com frequência mostrou-se como esse esquema derivava menos da técnica ou da vida que de uma sociedade dividida em governantes-governados, depois em intelectuais-manuais. O que o caracteriza é que toda a matéria é colocada do lado do conteúdo, enquanto toda forma passa para o lado da expressão. Parece que a ciência nômade é imediatamente mais sensível à conexão do conteúdo e da expressão por si mesmos, cada um desses dois termos tendo forma e matéria. É assim que para a ciência nômade a matéria nunca é uma matéria preparada, portanto homogeneizada, mas é essencialmente portadora de singularidades (que constituem uma forma de conteúdo). E a expressão tampouco é formal, mas inseparável de traços pertinentes (que constituem uma matéria de expressão). É um esquema inteiramente outro, nós o veremos. Já podemos **[Início da página 36]** fazer uma idéia dessa situação se pensarmos no caráter mais geral da arte nômade, onde a conexão dinâmica do suporte e do ornamento substitui a dialética matéria-forma. Assim, do ponto de vista dessa ciência que se apresenta tanto como arte quanto como técnica, a divisão do trabalho existe plenamente, mas não adota a dualidade forma-matéria (mesmo com correspondências biunívocas). Ela antes *segue* as conexões entre singularidades de

matéria e traços de expressão, e se estabelece no nível dessas conexões, naturais ou forçadas²⁸. É uma outra organização do trabalho, e do campo social através do trabalho.

Seria preciso opor dois modelos científicos, à maneira de Platão no *Timeu*²⁹. Um se denominaria *Cômpar*, e o outro *Díspar*. O *cômpar* é o modelo legal ou legalista adotado pela ciência régia. A busca de leis consiste em pôr constantes em evidência, mesmo que essas constantes sejam apenas relações entre variáveis (equações). O esquema hilemórfico está baseado numa forma invariável das variáveis, numa matéria variável do invariante. Porém o *díspar*, como elemento da ciência nômade, remete mais ao par material-forças do que ao da matéria-forma. Já não se trata exatamente de extrair constantes a partir de variáveis, porém de colocar as próprias variáveis em estado de variação contínua. Se há ainda equações, são adequações, inequações, equações diferenciais irreduzíveis à forma algébrica, e inseparáveis por sua vez de uma intuição sensível da variação. Captam ou determinam singularidades da matéria em vez de constituir uma forma geral. Operam individualizações por acontecimentos ou hecceidades, e não por "objeto" **[Início da página 37]** como composto de matéria e de forma; as essências vagas não são senão hecceidades. Com respeito a todos esses aspectos, há uma oposição entre o *lagos* e o *nomos*, entre a lei e o *nomos*, que permite dizer que a lei tem ainda "um ranço demasiado moral". Todavia, não é que o modelo legal ignore as forças, o jogo das forças. Isto se vê bem no espaço homogêneo que corresponde ao *cômpar*. O espaço homogêneo não é em absoluto um espaço liso, ao contrário, é a forma *do* espaço estriado. O espaço dos *pilares*. Ele é estriado pela queda dos corpos, as verticais de gravidade, a distribuição da matéria em fatias paralelas, o escoamento lamelar ou laminar do que é fluxo. Essas verticais paralelas formaram uma dimensão independente, capaz de se transmitir a toda parte, de formalizar todas as demais dimensões, de estriar todo o espaço em todas as direções, e dessa forma torná-lo homogêneo. A distância vertical entre dois pontos fornece o modo de comparação para a distância horizontal entre dois outros pontos. A atração universal será, nesse sentido, a lei de toda lei, na medida em que regula a correspondência biunívoca entre dois corpos; e cada vez que a ciência descobrir um novo campo, tentará formalizá-lo segundo o modelo *do* campo gravitacional. Mesmo a química só se torna uma ciência graças a toda uma elaboração teórica da noção de peso. O espaço euclidiano depende do célebre postulado das paralelas, mas as paralelas são primeiro gravitacionais, e correspondem às forças que a gravidade exerce sobre todos os elementos de um corpo suposto preencher esse espaço. É o ponto de aplicação da resultante de todas essas forças paralelas que permanece invariante quando se muda sua direção comum ou se faz girar o corpo (*centro de gravidade*). Em suma, parece que a força gravitacional está na base de um espaço laminar, homogêneo e centrado; ela condiciona precisamente as multiplicidades ditas métricas, arborescentes, cujas grandezas são independentes das situações e se exprimem com a ajuda de unidades ou de pontos (movimentos de um ponto a outro). Não é por preocupação metafísica, mas efetivamente científica, que no século XIX os cientistas perguntam-se, freqüentemente, se todas as forças não se reduziriam à da gravidade, ou antes à forma de atração que lhe proporciona um valor universal (uma relação constante para todas as variáveis), um alcance biunívoco (cada vez dois corpos e não mais...). É a forma de interioridade de toda ciência.

Inteiramente outro é o *nomos* ou o *díspar*. Não que as outras forças desmintam a gravidade ou

²⁸ Gilbert Simondon levou muito longe a análise e a crítica do esquema hilemórfico, e de seus pressupostos sociais ("a forma corresponde a que o homem que comanda pensou em si mesmo e que deve exprimir de maneira positiva quando dá suas ordens: a forma é, por conseguinte, da ordem do exprimível"). A esse esquema forma-matéria, Simondon opõe um esquema dinâmico, matéria provida de singularidades-forças ou condições energéticas de um sistema. O resultado é uma concepção inteiramente distinta das relações ciência-técnica. Cf. *L'individu et sa genese physico-biologique*, PUF, pp. 42-56.

²⁹ No *Timeu* (28-29), Platão entrevê por um curto instante que o Devir não seria apenas o caráter inevitável das cópias ou das reproduções, mas um modelo que rivalizaria com o Idêntico e o Uniforme. Se ele evoca essa hipótese, é apenas para excluí-la; e é verdade que se o devir é um modelo, não somente a dualidade do modelo e da cópia, do modelo e da reprodução deve desaparecer, mas até mesmo as noções de modelo e de reprodução tendem a perder qualquer sentido.

contradigam a atração. Mas, se é **[Início da página 38]** verdade que não vão contra ela, nem por isso dela decorrem ou dependem, porém dão testemunho de acontecimentos sempre suplementares ou de "afectos variáveis". Cada vez que um *campo* se abriu à ciência, nas condições que dele fazem uma noção muito mais importante que a de forma ou de objeto, esse campo afirmava-se inicialmente como irreduzível ao da atração e ao modelo das forças gravitacionais, ainda que não as contradissesse. Ele afirmava um "a-mais" ou um suplemento, e ele mesmo instalava-se nesse suplemento, nesse desvio. A química só faz um progresso decisivo quando acrescenta à força gravitacional ligações de um outro tipo, por exemplo elétricas, que transformam o caráter das equações químicas³⁰. Mas convém notar que as mais simples considerações de velocidade já fazem intervir a diferença entre a queda vertical e o movimento curvilíneo, ou, mais geralmente, entre a reta e a curva, sob as formas diferenciais do clinâmen ou do menor desvio, o mínimo aumento. O espaço liso é justamente o do menor desvio: por isso, só possui homogeneidade entre pontos infinitamente próximos, e a conexão das vizinhanças se faz independentemente de qualquer via determinada. É um espaço de contato, de pequenas ações de contato, tátil ou manual, mais do que visual, como era o caso do espaço estriado de Euclides. O espaço liso é um campo sem condutos nem canais. Um campo, um espaço liso heterogêneo, esposa um tipo muito particular de multiplicidades: as multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem "medi-lo", e que só se pode explorar "avançando progressivamente". Não respondem à condição visual de poderem ser observadas desde um ponto do espaço exterior a elas: por exemplo, o sistema dos sons, ou mesmo das cores, por oposição ao espaço euclidiano.

Quando se opõe a velocidade e a lentidão, o rápido e o grave, *Celeritas e Gravititas*, não é preciso ver aí uma oposição quantitativa, mas tampouco uma estrutura mitológica (ainda que Dumézil tenha **[Início da página 39]** mostrado toda a importância mitológica dessa oposição, precisamente em função do aparelho de Estado, em função da "gravidade" natural do aparelho de Estado). A oposição é ao mesmo tempo qualitativa e científica, na medida em que a velocidade só é o caráter abstrato de um movimento em geral, mas encarna-se num móbil que se desvia, por pouco que seja, de sua linha de queda ou de gravidade. *Lento e rápido não são graus quantitativos do movimento, mas dois tipos de movimentos qualificados, seja qual for a velocidade do primeiro, e o atraso do segundo*. De um corpo que largamos e que cai, por mais rápida que seja esta queda, não diremos, em sentido estrito, que tem uma velocidade, mas antes uma lentidão infinitamente decrescente segundo a lei dos graves. Grave seria o movimento laminar que estria o espaço, e que vai de um ponto a outro; mas rapidez, celeridade, seria dito unicamente do movimento que se desvia minimamente, e toma desde logo um andamento turbilhonar que ocupa um espaço liso, traçando esse mesmo espaço liso. Nesse espaço, a matéria-fluxo já não é recortável em fatias paralelas, e o movimento não se deixa mais cercar em relações biunívocas entre pontos. Nesse sentido, a oposição qualitativa gravidade-celeridade, pesado-leve, lento-rápido, desempenha não o papel de uma determinação científica quantificável, mas de uma condição coextensiva à ciência, e que regula a um só tempo a separação e a mistura dos dois modelos, sua eventual penetração, a dominação de um ou do outro, sua alternativa. E é realmente em termos de alternativa, sejam quais forem as misturas e as composições, que Michel Serres propõe a melhor fórmula: "A física se reduz a duas ciências, uma teoria geral das vias e caminhos, uma teoria global do fluxo"³¹.

Seria preciso opor dois tipos de ciências, ou de procedimentos científicos: um que consiste em "reproduzir", o outro que consiste em "seguir". Um seria de reprodução, de iteração e

³⁰ De fato, a situação é evidentemente mais complexa, e a gravidade não é a única característica do modelo dominante: o calor se acrescenta à gravidade (já na química, a combustão se junta ao peso). Mas, mesmo aí, era todo um problema saber em que medida o "campo térmico" se desviava do espaço gravitacional, ou ao contrário, integrava-se a ele. Um exemplo típico é dado por Monge: ele começa por referir o calor, a luz, a eletricidade às "afecções variáveis dos corpos", dos quais se ocupa "a física particular", ao passo que a física geral trata da extensão, da gravidade, do deslocamento. É só mais tarde que Monge unifica o conjunto dos campos na física geral (Anne Querrien).

³¹ Michel Serres, p. 65.

reiteração; o outro, de itinação, seria o conjunto das ciências itinerantes, ambulantes. Reduz-se com demasiada facilidade a itinação a uma condição da técnica, ou da aplicação e da verificação da ciência. Mas isto não é assim: *seguir não é o mesmo que reproduzir*, e nunca se segue a fim de reproduzir. O ideal de reprodução, dedução ou indução faz parte da ciência régia em todas as épocas, em todos os lugares, e trata as diferenças de tempo e lugar como outras tantas variáveis das quais a [Início da página 40] lei extrai precisamente a forma constante: basta um espaço gravitacional e estriado para que os mesmos fenômenos se produzam, se as mesmas condições são dadas, ou se a mesma relação constante se estabelece entre as condições diversas e os fenômenos variáveis. Reproduzir implica a permanência de um ponto de *vista* fixo, exterior ao reproduzido: ver fluir, estando na margem. Mas seguir é coisa diferente do ideal de reprodução. Não melhor, porém outra coisa. Somos de fato forçados a seguir quando estamos à procura das “singularidades” de uma matéria ou, de preferência, de um material, e não tentando descobrir uma forma; quando escapamos à força gravitacional para entrar num campo de celeridade; quando paramos de contemplar o escoamento de um fluxo laminar com direção determinada, e somos arrastados por um fluxo turbilhonar; quando nos engajamos na variação contínua das variáveis, em vez de extrair dela constantes, etc. E não é em absoluto o mesmo sentido da Terra: segundo o modelo legal, não paramos de nos reterritorializar num ponto de vista, num domínio, segundo um conjunto de relações constantes; mas, segundo o modelo ambulante, é o processo de desterritorialização que constitui e estende o próprio território. “Vá à tua primeira planta, e ali observa atentamente como escoar a água que jorra a partir desse ponto. A chuva teve de transportar os grãos para longe. Segue as valas que a água escavou, assim conhecerás a direção do escoamento. Busca então a planta que, nessa direção, se encontra mais afastada da tua. Todas as que crescem entre essas duas são tuas. Mais tarde (...), poderás ampliar teu território...”³². Há ciências ambulantes, itinerantes, que consistem em seguir um fluxo num campo de vetores no qual singularidades se distribuem como outros tantos “acidentes” (problemas). Por exemplo: por que a metalurgia primitiva é necessariamente uma ciência ambulante, que proporciona aos ferreiros um estatuto quase nômade? Pode-se objetar que, nesses exemplos, trata-se, apesar de tudo, de ir de um ponto a um outro (mesmo se são pontos singulares), por intermédio de canais, e que o fluxo continua sendo divisível em fatias. Mas isso só é verdade na medida em que os procedimentos e os processos ambulantes estão necessariamente referidos a um espaço estriado, sempre formalizados pela ciência régia que os priva do seu modelo, submete-os a seu próprio modelo, e só os deixa subsistir a título de “técnica” ou de “ciência aplicada”. Em regra geral, um espaço [Início da página 41] liso, um campo de vetores, uma multiplicidade não métrica, serão sempre traduzíveis, e necessariamente traduzidos num “*cômpar*”: operação fundamental pela qual instala-se e repõe-se em cada ponto do espaço estriado um espaço euclidiano tangente, dotado de um número suficiente de dimensões, e graças ao qual se reintroduz o paralelismo de dois vetores, considerando a multiplicidade como imersa nesse espaço homogêneo e estriado de reprodução, em vez de continuar seguindo-a numa “exploração progressiva”³³. É o triunfo do *lagos* ou da lei sobre o *nomos*. Mas, justamente, a complexidade da operação dá testemunho das resistências que ela deve vencer. Cada vez que se *refere* o procedimento e o *processo* ambulantes a seu próprio modelo, os pontos reencontram sua posição de singularidades que exclui qualquer relação biunívoca, o fluxo reencontra seu andamento curvilíneo e turbilhonar que exclui todo paralelismo de vetores, o espaço liso reconquista as propriedades de contato que já não lhe permitem *ser* homogêneo e estriado. Há sempre uma corrente graças à qual as ciências ambulantes ou itinerantes não se deixam interiorizar completamente nas ciências régias reprodutoras. E há um tipo de cientista ambulante que os cientistas de Estado não *param* de combater, ou de integrar, ou de aliar-se a ele sob a condição de lhe proporem um lugar menor no sistema legal da ciência

³² Castañeda, *L'herbe du diable et la petite fumée*, p. 160.

³³ Albert Lautman mostrou muito claramente como os espaços de Riemann, por exemplo, aceitavam uma conjunção euclidiana de tal maneira que se pudesse constantemente definir o paralelismo de dois vetores vizinhos; por conseguinte, em vez de explorar uma multiplicidade progredindo sobre essa multiplicidade, considera-se a multiplicidade “como imersa num espaço euclidiano com um número suficiente de dimensões”. Cf. *Les schémas de structure*, Hermann, pp. 23-24, 43-47.

e da técnica.

Não é que as ciências ambulantes estejam mais impregnadas por procedimentos irracionais, mistério, magia. Elas só se tornam tais quando caem em desuso. E, por outro lado, as ciências régias também se cercam de muito sacerdócio e magia. O que aparece na rivalidade entre os dois modelos é, antes, o fato de que, nas ciências ambulantes ou nômades, a ciência não está destinada a tomar um poder e nem sequer um desenvolvimento autônomos. Elas *carecem* de meios para tal, porque subordinam todas as suas operações às condições sensíveis da intuição e da construção, *seguir* o fluxo de matéria, *traçar e conectar* o espaço liso. Tudo está tomado numa zona objetiva de flutuação que se confunde com a própria realidade. Seja qual for sua **[Início da página 42]** fineza, seu rigor, o “conhecimento aproximativo” continua submetido a avaliações sensíveis e sensitivas que o impelem a suscitar mais problemas do que os que pode resolver: o problemático permanece seu único modo. Ao contrário, o que é próprio da ciência régia, do seu poder teoremático ou axiomático, é subtrair todas as operações das condições da intuição para convertê-las em verdadeiros conceitos intrínsecos ou “categorias”. Por isso, nessa ciência, a desterritorialização implica uma reterritorialização no aparelho dos conceitos. Sem esse aparelho categórico, apodítico, as operações diferenciais seriam sujeitadas a seguir a evolução de um fenômeno; bem mais, ao realizar as experimentações ao ar livre, as construções diretamente sobre o solo, jamais se disporia de coordenadas capazes de as erigir em modelos estáveis. Algumas dessas exigências são traduzidas em termos de “segurança”: as duas catedrais de Orléans e de Beauvais desmoronam no fim do século XII, e é difícil operar os cálculos de controle nas construções da ciência ambulante. Porém, ainda que a segurança seja parte fundamental das normas teóricas de Estado, bem como do ideal político, trata-se também de outra coisa. Em virtude de todos os seus procedimentos, as ciências ambulantes ultrapassam muito rapidamente as possibilidades do cálculo: elas se instalam nesse a-mais que transborda o espaço de reprodução, logo se chocam com dificuldades insuperáveis desse ponto de vista, que elas resolvem eventualmente graças a uma operação enérgica. As soluções devem vir de um conjunto de atividades que as constituem como não autônomas. Só a ciência régia, ao contrário, dispõe de um poder métrico que define o aparelho dos conceitos ou a autonomia da ciência (inclusive da ciência experimental). Onde a necessidade de atrelar os espaços ambulantes a um espaço homogêneo, sem o qual as leis da física dependeriam de pontos particulares do espaço. Mas trata-se menos de uma tradução que de uma constituição: precisamente essa constituição a que as ciências ambulantes não se propunham, e nem têm os meios de propor-se. No campo de interação das duas ciências, as ciências ambulantes contentam-se em *inventar problemas*, cuja solução remeteria a todo um conjunto de atividades coletivas e não científicas, mas cuja *solução científica* depende, ao contrário, da ciência régia, e da maneira pela qual esta ciência de início transformou o problema, incluindo-o em seu aparelho teoremático e em sua organização do trabalho. Um pouco como a intuição e a inteligência segundo Bergson, onde só a inteligência possui os meios científicos para resolver **[Início da página 43]** formalmente os problemas que a intuição coloca, mas que esta se contentaria em confiar às atividades qualitativas de uma humanidade que *seguisse* a matéria...³⁴

Problema II: Existe algum meio de subtrair o pensamento ao modelo de Estado?

Proposição IV: A exterioridade da máquina de guerra é confirmada finalmente pela noologia.

Acontece criticarem conteúdos de pensamento julgados conformistas demais. Mas a questão é primeiramente a da própria forma. O pensamento já seria por si mesmo conforme a um modelo emprestado do aparelho de Estado, e que lhe fixaria objetivos e caminhos, condutos, canais,

³⁴ Segundo Bergson, as relações intuição-inteligência são muito complexas, estão em perpétua interação. Convém reportar-se igualmente ao tema de Bouligand: os dois elementos matemáticos “problema” e “síntese global” só desenvolvem sua dualidade ao entrar também num campo de interação, onde a síntese global fixa em cada ocasião as “categorias” sem as quais o problema não teria solução geral. Cf. *Le déclin des absolus mathématique-logiques*.

órgãos, todo um *organon*. Haveria portanto uma imagem do pensamento que recobriria todo o pensamento, que constituiria o objeto especial de uma “noologia”, e que seria como a forma-Estado desenvolvida no pensamento. Esta imagem possui duas cabeças que remetem precisamente aos dois pólos da soberania: um *imperium* do pensar-verdadeiro, operando por captura mágica, apreensão ou liame, constituindo a eficácia de uma fundação (*muthos*); uma república dos espíritos livres, procedendo por pacto ou contrato, constituindo uma organização legislativa e jurídica, trazendo a sanção de um fundamento (*logos*). Na imagem clássica do pensamento, essas duas cabeças interferem constantemente: uma “república dos espíritos cujo príncipe seria a idéia de um Ser supremo”. E se as duas cabeças interferem, não é só porque há muitos intermediários ou transições entre ambas, e porque uma prepara a outra, e esta se serve da primeira e a conserva, mas também porque, antitéticas e complementares, elas são mutuamente necessárias. Contudo, não se deve descartar que, para passar [Início da página 40] de uma à outra, seja preciso um acontecimento de natureza inteiramente diferente, “entre” as duas, e que se oculta fora da imagem, que ocorre fora dela³⁵. Porém, se nos atemos à imagem, constatamos que não se trata de uma simples metáfora, cada vez que nos falamos de um *imperium* do verdadeiro e de uma república dos espíritos. É a condição de constituição do pensamento como princípio ou forma de interioridade, como estrato.

Vê-se nitidamente o que o pensamento ganha com isso: uma gravidade que ele jamais teria por si só, um centro que faz com que todas as coisas, inclusive o Estado, pareçam existir graças à sua eficácia ou sanção própria. Porém, o Estado não lucra menos. Com efeito, a forma-Estado ganha algo de essencial ao desenvolver-se assim no pensamento: todo um consenso. Só o pensamento pode inventar a ficção de um Estado universal por direito, de elevar o Estado ao universal de direito. É como se o soberano se tornasse único no mundo, abarcasse todo o ecúmeno, e tratasse apenas com sujeitos, atuais ou potenciais. Já não se trata das poderosas organizações extrínsecas, nem dos bandos estranhos: o Estado torna-se o único princípio que faz a partilha entre sujeitos rebeldes, remetidos ao estado de natureza, e sujeitos dóceis, remetendo por si mesmos à forma do Estado. Se para o pensamento é interessante apoiar-se no Estado, não é menos interessante para o Estado dilatar-se no pensamento, e dele receber a sanção de forma única, universal. A particularidade dos Estados é só um fato; do mesmo modo, sua perversidade eventual, ou sua imperfeição, pois, de direito, o Estado moderno vai definir-se como “a organização racional e razoável de uma comunidade”: a única particularidade da comunidade é interior ou moral (*espírito de um povo*), ao mesmo tempo em que sua organização a faz contribuir para a harmonia de um universal (*espírito absoluto*). O Estado proporciona ao pensamento uma forma de interioridade, mas o pensamento proporciona a essa interioridade uma forma de universalidade: “a finalidade da organização [Início da página 45] mundial é a satisfação dos indivíduos racionais no interior de Estados particulares livres”. E uma curiosa troca que se produz entre o Estado e a razão, mas essa troca é igualmente uma proposição analítica, visto que a razão realizada se confunde com o Estado de direito, assim como o Estado de fato é o devir da razão³⁶. Na filosofia dita moderna e no Estado dito moderno ou racional, tudo gira em torno do legislador e do sujeito. É preciso que o Estado realize a distinção entre o legislador e o sujeito em condições formais tais que o pensamento, de seu lado, possa pensar sua identidade. Obedece sempre, pois quanto mais obedeceres, mais serás

³⁵ Marcel Détiéne (*Les maitres de vérité dans la Grèce archaïque*, Maspero) distinguiu bem esses dois pólos do pensamento, que correspondem aos dois aspectos da soberania segundo Dumézil: a palavra mágico-religiosa do déspota ou do “velho do mar”, a palavra-diálogo da cidade. Não são apenas os personagens principais do pensamento grego (o Poeta, o Sábio, o Físico, o Filósofo, o Sofista...) que se situam com relação a esses pólos; mas Détiéne faz intervir entre os dois o grupo específico dos Guerreiros, que garante a passagem ou a evolução.

³⁶ Há um hegelianismo de direita que continua vivo na filosofia política oficial, e que solda o destino do pensamento e do Estado. Kojeve (*Tyrannie et sagesse*, Gallimard) e Eric Weil (*Hegel et l'Etat; Philosophie politique*, Vrin) são seus representantes recentes. De Hegel a Max Weber desenvolveu-se toda uma reflexão sobre as relações do Estado moderno com a Razão, a um só tempo como racional-técnico e como razoável-humano. Se se objeta que essa racionalidade, já presente no Estado imperial arcaico, é o *optimum* dos próprios governantes, os hegelianos respondem que o racional-razoável não pode existir sem um mínimo de participação de todos. Mas a questão é antes de saber se a própria forma do racional-razoável não é extraída do Estado, de maneira a dar-lhe necessariamente “razão”.

senhor, visto que só obedecerás à razão pura, isto é, a ti mesmo... Desde que a filosofia se atribuiu ao papel de fundamento, não parou de bendizer os poderes estabelecidos, e decalcar sua doutrina das faculdades dos órgãos de poder do Estado. O senso comum, a unidade de todas as faculdades como centro do Cogito, é o consenso de Estado levado ao absoluto. Essa foi notadamente a grande operação da "crítica" kantiana, retomada e desenvolvida pelo hegelianismo. Kant não parou de criticar os maus usos para melhor bendizer a função. Não deve surpreender que o filósofo tenha se tornado professor público ou funcionário de Estado. Tudo está acertado a partir do momento em que a forma-Estado inspira uma imagem do pensamento. E vice-versa. Sem dúvida, segundo as variações desta forma, a própria imagem toma contornos diferentes: nem sempre desenhou ou designou o filósofo, e nem sempre o desenhará. Pode-se ir de uma função mágica a uma função racional. O poeta pôde exercer, em relação ao Estado imperial arcaico, a função de domesticador de imagem³⁷. Nos Estados modernos, o sociólogo pôde substituir o filósofo (por exemplo, quando Durkheim e seus discípulos **[Início da página 46]** quiseram dar à república um modelo laico do pensamento). Hoje mesmo, a psicanálise, num retorno à magia, tem pretensão à função de *Cogitatio universalis* como pensamento da Lei. E sem dúvida há outros rivais e pretendentes. A noologia, que não se confunde com a ideologia, é precisamente o estudo das imagens do pensamento e de sua historicidade. De certa maneira, poderia dizer-se que isto não tem muita importância, e que a gravidade do pensamento sempre foi risível. Porém, ela só pede isso: que não seja levada a sério, visto que, dessa maneira, seu atrelamento pode tanto melhor pensar por nós, e continuar engendrando novos funcionários; e quanto menos as pessoas levarem a sério o pensamento, tanto mais pensarão conforme o que quer um Estado. Com efeito, qual homem de Estado não sonhou com essa tão pequena coisa impossível, ser um pensador?

Ora, a noologia entra em choque com contra-pensamentos, cujos atos são violentos, cujas aparições são descontínuas, cuja existência através da história é móvel. São os atos de um "pensador privado", por oposição ao professor público: Kierkegaard, Nietzsche, ou mesmo Chestov... Onde quer que habitem, é a estepe ou o deserto. Eles destroem as imagens. Talvez o *Schopenhauer educador* de Nietzsche seja a maior crítica que se tenha feito contra a imagem do pensamento, e sua relação com o Estado. Todavia, "pensador privado" não é uma expressão satisfatória, visto que valoriza uma interioridade, quando se trata de um *pensamento do fora*³⁸. Colocar o pensamento em relação imediata com o fora, com as forças do fora, em suma, fazer do pensamento uma máquina de guerra, é um empreendimento estranho cujos procedimentos precisos pode-se estudar em Nietzsche (o aforismo, por exemplo, é muito diferente da máxima, pois uma máxima, na república das letras, é como um ato orgânico de Estado ou um juízo soberano, mas um aforismo sempre espera seu sentido de uma nova força exterior, de uma última força que deve conquistá-lo ou subjugá-lo, utilizá-lo). Há também uma outra razão pela qual "pensador privado" não é uma boa expressão: pois, se é verdade que esse contra-pensamento dá testemunho de uma solidão absoluta, é uma solidão extremamente povoada, como o próprio deserto, uma solidão que já se enlaça a um povo por vir, que invoca e espera esse povo, que só existe graças a ele, mesmo se ele ainda falta... "Falta-nos essa última **[Início da página 47]** força, por carecermos de um povo que nos porte. Buscamos essa sustentação popular..." Todo pensamento é já uma tribo, o contrário de um Estado. E uma tal forma de exterioridade para o pensamento não é em absoluto simétrica à forma de interioridade. A rigor, a simetria só poderia existir entre pólos e focos diferentes de interioridade. Mas a forma de exterioridade do pensamento - a força sempre exterior a si ou a última força, a enésima potência - não é de modo algum uma *outra imagem* que se oporia à imagem inspirada no aparelho de Estado. Ao contrário, é a força que destrói a imagem e suas cópias, o modelo e suas reproduções, toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo do Verdadeiro,

³⁷ Sobre o papel do poeta antigo como "funcionário da soberania", d. Dumézil, *Servius et la Fortune*, pp. 64 ss., e Détiene, pp. 17 ss.

³⁸ Cf. a análise de Foucault a propósito de Maurice Blanchot e de uma forma de exterioridade do pensamento: "La pensée du dehors", in *Critique*, jun. 1966.

do Justo ou do Direito (o verdadeiro cartesiano, o justo kantiano, o direito hegeliano, etc.). Um "método" é o espaço estria do da *cogitatio universalis*, e traça um caminho que deve ser seguido de um ponto a outro. Mas a forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem poder medi-lo, e para o qual não há método possível, reprodução concebível, mas somente revezamentos, *intermezzi*, relances. O pensamento é como o Vampiro, não tem imagem, nem para constituir modelo, nem para fazer cópia. No espaço liso do Zen, a flecha já não vai de um ponto a outro, mas será recolhida num ponto qualquer, para ser relançada a um ponto qualquer, e tende a permutar com o atirador e o alvo. O problema da máquina de guerra é o dos revezamentos, mesmo com meios parcos, e não o problema arquitetônico do modelo ou do monumento. Um povo ambulante de revezadores, em lugar de uma cidade modelo. "A natureza envia o filósofo à humanidade como uma flecha; ela não mira, mas confia que a flecha ficará cravada em algum lugar. Ao fazê-lo, ela se engana uma infinidade de vezes e se desaponta. (...) Os artistas e os filósofos são um argumento contra a finalidade da natureza em seus meios, ainda que eles constituam uma excelente prova da sabedoria de seus fins. Eles jamais atingem mais do que uma minoria, quando deveriam atingir todo mundo, e a maneira pela qual essa minoria é atingida não responde à força que colocam os filósofos e os artistas em atirar sua artilharia"...³⁹

Pensamos sobretudo em dois textos patéticos, no sentido em que o pensamento é verdadeiramente um *pathos* (um *antilogos* e um *antimuthos*). Trata-se do texto de Artaud em suas cartas a Jacques Rivière, explicando que o pensamento se exerce a partir de um *desmoronamento* [Início da página 48] *central*, que só pode viver de sua própria impossibilidade de criar forma, apenas pondo em relevo os traços de expressão num material, desenvolvendo-se periféricamente, num puro meio de exterioridade, em função de singularidades não universalizáveis, de circunstâncias não interiorizáveis. E também o texto de Kleist, "A propósito da elaboração progressiva dos pensamentos ao falar-se": Kleist aí denuncia a interioridade central do conceito como meio de controle, controle da fala, da língua, mas também controle dos afectos, das circunstâncias e até do acaso. Ele opõe a isso um pensamento como litígio e processo, um bizarro diálogo anti-platônico, um anti-diálogo entre o irmão e a irmã, onde um fala antes de saber, e o outro já revezou, antes de ter compreendido: é o pensamento do *Gemüt*, diz Kleist, que procede como um general deveria fazê-lo numa máquina de guerra, ou como um corpo que se carrega de eletricidade, de intensidade pura. "Eu misturo sons inarticulados, alongo os termos de transição, utilizo igualmente aposições justo onde não seriam necessárias." Ganhar tempo, e depois talvez renunciar, ou esperar. Necessidade de não ter o controle da língua, de ser um estrangeiro em sua própria língua, a fim de puxar a fala para si e "pôr no mundo algo incompreensível". Seria essa forma de exterioridade, a relação entre o irmão e a irmã, o devir-mulher do pensador, o devir-pensamento da mulher: o *Gemüt*, que já não se deixa controlar, que forma uma máquina de guerra? Um pensamento às voltas com forças exteriores em vez de ser recolhido numa forma interior, operando por revezamento em vez de formar uma imagem, um pensamento-acontecimento, hecceidade, em vez de um pensamento-sujeito, um pensamento-problema no lugar de um pensamento-essência ou teorema, um pensamento que faz apelo a um povo em vez de se tomar por um ministério. Será um acaso se, a cada vez que um "pensador" lança assim uma flecha, sempre há um homem de Estado, uma sombra ou uma imagem de homem de Estado que lhe dá conselho e admoestação, e quer fixar um "objetivo"? Jacques Rivière não hesita em responder a Artaud: trabalhe, trabalhe, isso se resolverá, o senhor chegará a encontrar um método, e a exprimir bem o que pensa de direito (*Cogitatio universalis*). Rivière não é um chefe de Estado, mas não é o último da revista NRF que se considera o príncipe secreto numa república das letras, ou a eminência parda num Estado de direito. Lenz e Kleist afrontavam Goethe, gênio grandioso, verdadeiro homem de Estado entre todos os homens de letras. Mas o pior ainda não é isso: o pior está na maneira como os próprios textos [Início da página 49] de Kleist, de Artaud, acabam eles mesmos transformados em monumento, e inspiram um modelo a ser recopiado, muito mais

³⁹ Nietzsche, *Schopenhauer éducateur*, § 7.

insidioso que o outro, para todas as gagueiras artificiais e os inúmeros decalques que pretendem equivaler-se a eles.

A imagem clássica do pensamento, a estriagem do espaço mental que ela opera, aspira à universalidade. Com efeito, ela opera com dois "universais", o Todo como fundamento último do ser ou horizonte que o engloba, o Sujeito como princípio que converte o ser em ser para-nós⁴⁰. *Imperium* e república. Entre um e outro, todos os gêneros do real e do verdadeiro encontram seu lugar num espaço mental estriado, do duplo ponto de vista do Ser e do Sujeito, sob a direção de um "método universal". Desde logo, é fácil caracterizar o pensamento nômade que recusa uma tal imagem e procede de outra maneira. É que ele não recorre a um sujeito pensante universal, mas, ao contrário, invoca uma raça singular; e não se funda numa totalidade englobante, mas, ao contrário, desenrola-se num meio sem horizonte, como espaço liso, estepe, deserto ou mar. Estabelece-se aqui outro tipo de adaptação entre a raça definida como "tribo" e o espaço liso definido como "meio". Uma tribo no deserto, em vez de um sujeito universal sob o horizonte do Ser englobante. Kenneth White insistiu recentemente nessa complementaridade dissimétrica entre uma tribo-raça (os celtas, os que se sentem celtas) e um espaço-meio (o Oriente, o Oriente, o deserto de Gobi...): White mostra como esse estranho composto, as núpcias do celta com o Oriente, inspira um pensamento propriamente nômade, que arrasta a literatura inglesa e constituirá a literatura americana⁴¹. Desde logo, vê-se bem os perigos, as ambigüidades profundas que coexistem com esse empreendimento, como se cada esforço e cada criação se confrontasse com uma infâmia possível, pois, como fazer para que o tema de uma raça não se transforme em racismo, em fascismo dominante e englobante ou, mais simplesmente, em aristocratismo, ou então em seita e folclore, em micro-fascismos? E como fazer para que o pólo Oriente não seja um fantasma que reative, de maneira distinta, todos os fascismos, todos os folclores [Início da página 50] também, yoga, zen e karatê? Certamente não basta viajar para escapar ao fantasma; e decerto não é invocando o passado, real ou mítico, que se escapa ao racismo. Mas, ainda aí, os critérios de distinção são fáceis, sejam quais forem as misturas de fato que obscurecem em tal ou qual nível, em tal ou qual momento. A tribo-raça só existe no nível de uma raça oprimida, e em nome de uma opressão que ela sofre: só existe raça inferior, minoritária, não existe raça dominante, uma raça não se define por sua pureza, mas, ao contrário, pela impureza que um sistema de dominação lhe confere. Bastardo e mestiço são os verdadeiros nomes da raça. Rimbaud disse tudo sobre esse ponto: só pode autorizar-se da raça aquele que diz: "Sempre fui de raça inferior, (...) sou de raça inferior por toda a eternidade, (...) eis-me na praia armoricana, (...) sou um animal, um negro, (...) sou de raça longínqua, meus pais eram escandinavos". E assim como a raça não é algo a ser reencontrado, o Oriente não é algo a ser imitado: ele só existe graças à construção de um espaço liso, assim como a raça só existe graças à constituição de uma tribo que a povoa e a percorre. Todo o pensamento é um devir, um duplo devir, em vez de ser o atributo de um Sujeito e a representação de um Todo.

Axioma II: A máquina de guerra é a invenção dos nômades (por ser exterior ao aparelho de Estado e distinta da instituição militar). A esse título, a máquina de guerra nômade tem três aspectos: um aspecto espacial-geográfico, um aspecto aritmético ou algébrico, um aspecto afectivo.

Proposição V: A existência nômade efetua necessariamente as condições da máquina de guerra no espaço.

O nômade tem um território, segue trajetos costumeiros, vai de um ponto a outro, não ignora os

⁴⁰ Um curioso texto de Jaspers, intitulado *Descartes* (Alcan), desenvolve esse ponto de vista e aceita suas conseqüências.

⁴¹ Kenneth White, *Le nomadisme intellectuel*. O segundo tomo dessa obra inédita intitula-se precisamente *Poetry and Tribe*.

pontos (ponto de água, de habitação, de assembléia, etc.) Mas a questão é diferenciar o que é princípio do que é somente consequência na vida nômade. Em primeiro lugar, ainda que os pontos determinem trajetos, estão estritamente subordinados aos trajetos que eles determinam, ao contrário do que sucede no caso do sedentário. O ponto de água só existe para ser abandonado, e todo ponto é uma alternância e só existe como alternância. Um trajeto está sempre entre dois pontos, mas o entre-dois **[Início da página 51]** tomou toda a consistência, e goza de uma autonomia bem como de uma direção próprias. A vida do nômade é *intermezzo*. Até os elementos de seu hábitat estão concebidos em função do trajeto que não pára de mobilizá-los⁴². O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado. Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum; não deixam, contudo, de ter causas e condições muito diferentes (por exemplo, os que se juntam a Maomé em Medina têm a possibilidade de escolher entre um juramento nômade ou beduíno, e um juramento de hégira ou de emigração⁴³).

Em segundo lugar, por mais que o trajeto nômade siga pistas ou caminhos costumeiros, não tem a função do caminho sedentário, que consiste em *distribuir aos homens um espaço fechado*, atribuindo a cada um sua parte, e regulando a comunicação entre as partes. O trajeto nômade faz o contrário, *distribui os homens (ou os animais) num espaço aberto*, indefinido, não comunicante. O *nomos* acabou designando a lei, mas porque inicialmente era distribuição, modo de distribuição. Ora, é uma distribuição muito especial, sem partilha, num espaço sem fronteiras, não cercado. O *nomos* é a consistência de um conjunto fluido: é nesse sentido que ele se opõe à lei, ou à *polis*, como o interior, um flanco de montanha ou a extensão vaga em torno de uma cidade ("ou bem *nomos*, ou bem *pólis*"⁴⁴). Há, portanto, em **[Início da página 52]** terceiro lugar, uma grande diferença de espaço: o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por "traços" que se apagam e se deslocam com o trajeto. Mesmo as lamínulas do deserto deslizam umas sobre as outras produzindo um som inimitável. O nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial. Por isso é falso definir o nômade pelo movimento. Toynbee tem profundamente razão quando sugere que o nômade é antes *aquele que não se move*. Enquanto o migrante abandona um meio tornado amorfo ou ingrato, o nômade é aquele que não parte, não quer partir, que se agarra a esse espaço liso onde a floresta recua, onde a estepe ou o deserto crescem, e inventa o nomadismo como resposta a esse desafio⁴⁵. Certamente, o nômade se move, mas sentado, ele sempre só está

⁴² Anny Milovanoff, "La seconde peau du nomade", in *Nouvelles littéraires*, 27 de julho 1978: "Os nômades Larbaâ, na orla do Saara argelino, utilizam o termo *trigâ*, que significa em geral a estrada, o caminho, para designar as tiras tecidas que servem para reforçar as ataduras das tendas às estacas de sustentação. (...) No pensamento nômade, o hábitat não está vinculado a um território, mas antes a um itinerário. Ao recusar apropriar-se do espaço que atravessa, o nômade constrói para si um ambiente em lã ou em pelo de cabra, que não marca o lugar provisório que ele ocupa. (...) Assim, a lã, matéria maleável, dá sua unidade à vida nômade. (...) O nômade limita-se à representação de seus trajetos, não à figuração do espaço que percorre. Ele deixa o espaço ao espaço (...) Polimorfia da lã".

⁴³ Cf. W. M. Watt, *Mahomet à Médine*, Payot, pp. 107,293.

⁴⁴ E. Laroche, *Histoire de la racine "Nem" en grec ancien*, Klincksieck. A raiz "Nem" indica a distribuição e não a partilha, mesmo quando ambas estão ligadas. Mas, justamente, no sentido pastoral a distribuição dos animais se faz num espaço não limitado, e não implica uma partilha das terras: "O ofício de pastor, na época homérica, nada tem a ver com uma partilha de terras; quando a questão agrária, na época soloniana, passa ao primeiro plano, exprime-se num vocabulário inteiramente distinto". *Apascentar (nemô)* não remete a partilhar, mas a dispor aqui e ali, distribuir os animais. Somente a partir de Sólon, *Nomos* vai designar o princípio das leis e do direito (*Thesmoi* e *Dike*), para depois ser identificado às próprias leis. Numa época anterior, há antes uma alternativa entre a cidade, ou *polis*, regida pelas leis, e os arredores como lugar do *nomos*. Uma alternativa semelhante encontra-se em Ibn Khaldoun: entre a *Hadara* como cidadinidade, e a *Badiya* como *nomos* (o que não é cidade, mas campo pré-urbano, platá, estepe, montanha ou deserto).

⁴⁵ Toynbee, *L'Histoire*, Gallimard, pp. 185-210: "Eles se lançaram na estepe, não para atravessar seus limites, mas para ali fixar-se e ali sentir-se realmente em casa".

sentado quando se move (o beduíno a galope, de joelhos sobre a sela, sentado sobre a planta de seus pés virados, "proeza de equilíbrio"). O nômade sabe esperar, e tem uma paciência infinita. Imobilidade e velocidade, catatonia e precipitação, "processo estacionário", a pausa como processo, esses traços de Kleist são eminentemente os do nômade. Por isso é preciso distinguir a *velocidade* e o *movimento*: o movimento pode ser muito rápido, nem por isso é velocidade; a velocidade pode ser muito lenta, ou mesmo imóvel, ela é, contudo, velocidade. O movimento é extensivo, a velocidade, intensiva. O movimento designa o caráter relativo de um corpo considerado como "uno", e que vai de um ponto a outro; a *velocidade, ao contrário, constitui o caráter absoluto de um corpo cujas partes irredutíveis (átomos) ocupam ou preenchem um espaço liso, à [Início da página 53] maneira de um turbilhão*, podendo surgir num ponto qualquer. (Portanto, não é surpreendente que se tenha invocado viagens espirituais, feitas sem movimento relativo, porém em intensidades, sem sair do lugar: elas fazem parte do nomadismo.) Em suma, diremos, por convenção, que só o nômade tem um movimento absoluto, isto é, uma velocidade; o movimento turbilhonar ou giratório pertence essencialmente à sua máquina de guerra.

É nesse sentido que o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz *depois*, como no migrante, nem em *outra coisa*, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam. Hubac tem razão de dizer que o nomadismo se explica menos por uma variação universal dos climas (que remeteria antes a migrações), que por uma "divagação dos climas locais"⁴⁶. O nômade aparece ali, na terra, sempre que se forma um espaço liso que corrói e tende a crescer em todas as direções. O nômade habita esses lugares, permanece nesses lugares, e ele próprio os faz crescer, no sentido em que se constata que o nômade cria o deserto tanto quanto é criado por ele. Ele é o vetar de desterritorialização. Acrescenta o deserto ao deserto, a estepe à estepe, por uma série de operações locais cuja orientação e direção não param de variar⁴⁷. O deserto de areia não comporta apenas oásis, [Início da página 54] que são como pontos fixos, mas vegetações rizomáticas, temporárias e móveis em função de chuvas locais, e que determinam mudanças de orientação dos percursos⁴⁸. É nos mesmos termos que se descreve o deserto de areia e o de gelo: neles, nenhuma linha separa a terra e o céu; não há distância intermediária, perspectiva, nem contorno, a visibilidade é restrita; e, no entanto, há uma topologia extraordinariamente fina, que não repousa sobre pontos ou objetos, mas sobre hecceidades, sobre conjuntos de correlações (ventos, ondulações da neve ou da areia, canto da areia ou estalidos do gelo, qualidades tácteis de ambos); é um espaço tátil, ou antes "háptico", e um espaço sonoro, muito mais do que visual...⁴⁹ A variabilidade, a polivocidade das direções é um traço essencial

⁴⁶ Cf. Pierre Hubac, *Les nomades*, la Renaissance du livre, pp. 26-29 (ainda que Hubac tenha tendência em confundir nômades emigrantes).

⁴⁷ A propósito dos nômades do mar, ou de arquipélago, J. Emperaire escreve: "Eles não apreendem um itinerário em seu conjunto, mas de uma maneira fragmentada, justapondo na ordem as diferentes etapas sucessivas, de lugar de acampamento a lugar de acampamento escalonados ao longo da viagem. Para cada uma dessas etapas, avaliam a duração do percurso e as sucessivas mudanças de orientação que o marcam" (*Les nomades de la mer*, Gallimard, p. 225).

⁴⁸ Thesiger, *Le désert des déserts*, Plon, pp. 155, 171, 225.

⁴⁹ Cf. as duas admiráveis descrições, do deserto de areia por Wilfred Thesiger, e do deserto de gelo por Edmund Carpenter (*Eskimo*, Toronto): os ventos e as qualidades tácteis e sonoras, o caráter secundário dos dados visuais, especialmente a indiferença dos nômades à astronomia como ciência régia, mas toda uma ciência menor das variáveis qualitativas e dos traços.

dos espaços lisos, do tipo rizoma, e que modifica sua cartografia. O nômade, o espaço nômade, é localizado, não delimitado. O que é ao mesmo tempo limitado e limitante é o espaço estriado, o *global relativo*: ele é limitado nas suas partes, às quais são atribuídas direções constantes, que estão orientadas umas em relação às outras, divisíveis por fronteiras, e componíveis conjuntamente; e o que é limitante (*limes* ou muralha, e não mais fronteira) é esse conjunto em relação aos espaços lisos que ele "contém", cujo crescimento freia ou impede, e que ele restringe ou deixa de fora. Mesmo quando sofre seu efeito, o nômade não pertence a esse global relativo onde se passa de um ponto a outro, de uma região a outra. Ele está antes num *absoluto local*, um absoluto que tem sua manifestação no local, e seu engendramento na série de operações locais com orientações diversas: o deserto, a estepe, o gelo, o mar.

Fazer com que o absoluto apareça num lugar - não é esta uma característica das mais gerais da religião (sob a condição de, em seguida, debater a natureza da aparição e a legitimidade ou não das imagens que a reproduzem)? Mas o lugar sagrado da religião é, fundamentalmente, um centro que repele o *nomos* obscuro. O absoluto da religião é essencialmente horizonte que engloba, e, se ele mesmo aparece num lugar, é para fixar ao global o centro sólido e estável. Notou-se com frequência a função englobante dos espaços lisos, deserto, **[Início da página 50]** estepe ou oceano, no monoteísmo. Em suma, a religião converte o absoluto. A religião, nesse sentido, é uma peça do aparelho de Estado (e isto, sob as duas formas, do "liame" e do "pacto ou aliança"), mesmo se ela tem o poder próprio de elevar esse modelo ao universal ou de constituir um *Imperium* absoluto. Ora, para o nômade, a questão se coloca de modo inteiramente outro: o lugar, com efeito, não está delimitado; o absoluto não aparece, portanto, num lugar, mas se confunde com o lugar não limitado; o acoplamento dos dois, do lugar e do absoluto, não consiste numa globalização ou numa universalização centradas, orientadas, mas numa sucessão infinita de operações locais. Se continuamos com esta oposição de pontos de vista, constataremos que os nômades não são um bom terreno para a religião; no homem de guerra, sempre há uma ofensa contra o sacerdote ou contra o deus. Os nômades têm um "monoteísmo" vago, literalmente vagabundo, e contentam-se com isto, com fogos ambulantes. Os nômades têm um senso do absoluto, mas singularmente ateu. As religiões universalistas que trataram com nômades - Moisés, Maomé, mesmo o cristianismo com a heresia nestoriana - sempre tiveram problemas a esse respeito, e entravam em choque com o que elas chamavam de uma obstinada impiedade. Com efeito, essas religiões eram inseparáveis de uma orientação firme e constante, de um Estado imperial de direito, mesmo e sobretudo na ausência de um Estado de fato; elas promoviam um ideal de sedentarização, e se dirigiam aos componentes migrantes mais do que aos componentes nômades. Mesmo o Islã nascente privilegia o tema da hégira ou da migração, mais do que o nomadismo; e, se conseguiu arrastar os nômades árabes ou berberes, foi antes graças a certos cismas (tal como o kharidjismo)⁵⁰.

Contudo, uma simples oposição de pontos de vista, religião-nomadismo, não é exaustiva. Com efeito, no mais profundo de sua tendência em projetar sobre todo ecúmeno um Estado universal ou espiritual, a religião monoteísta não é sem ambivalência nem franjas, e transborda os limites, mesmo ideais, de um Estado, até imperial, para entrar numa zona mais imprecisa, um fora dos Estados, onde tem a possibilidade de uma mutação, de uma adaptação muito particular. E a religião como elemento de uma máquina de guerra, e a idéia da guerra santa como motor dessa máquina. Contra o personagem estatal do rei e o personagem religioso do sacerdote, o *profeta* traça o movimento **[Início da página 55]** pelo qual uma religião torna-se máquina de guerra ou passa para o lado de uma tal máquina. Foi dito com frequência que o Islã e o profeta Maomé tinham operado essa conversão da religião, e constituído um verdadeiro espírito de corpo: segundo a fórmula de Georges Bataille, "o Islã nascente, sociedade reduzida ao empreendimento militar". É o que o Ocidente invoca para justificar sua antipatia pelo Islã. No entanto, as Cruzadas comportaram uma aventura desse tipo, propriamente cristã. Ora, em vão os profetas condenam a vida nômade; em vão a guerra religiosa privilegia o movimento da

⁵⁰ E.F. Gautier, *Le passé de l'Afrique du Nord*, Parar, pp. 267-316.

migração e o ideal do assentamento; em vão a religião compensa sua desterritorialização específica com uma reterritorialização espiritual e até física, que, juntamente com a guerra santa, adquire o aspecto bem dirigido de uma conquista dos lugares santos como centro do mundo. Apesar disso tudo, quando a religião se constitui em máquina de guerra, mobiliza e libera uma formidável carga de nomadismo ou de desterritorialização absoluta, duplica o migrante com um nômade que o acompanha, ou com um nômade potencial que ele está em vias de tornar-se; enfim, volta contra a forma-Estado seu sonho de um Estado absoluto⁵¹. E essa reviravolta pertence à "essência" da religião tanto quanto esse sonho. A história das Cruzadas está atravessada pela mais espantosa série de variação de direções: a firme orientação dos lugares santos como centro a ser atingido parece freqüentemente apenas um pretexto. Mas seria equivocado invocar o jogo das cobiças ou dos fatores econômicos, comerciais ou políticos, como se houvessem desviado a cruzada de seu puro caminho. É precisamente a idéia de cruzada que *implica em si mesma essa variabilidade das direções*, quebradas, cambiantes, e que possui intrinsecamente todos esses fatores ou todas essas variáveis, quando faz da religião uma máquina de guerra, e, ao mesmo tempo, utiliza e suscita o nomadismo correspondente⁵². Tanto **[Início da página 57]** é verdade que a necessidade da distinção a mais rigorosa entre sedentários, migrantes, nômades, não impede as misturas de fato; ao contrário, torna-as por sua vez tanto mais necessárias. E não se pode considerar o processo geral de sedentarização que venceu os nômades sem ter em vista também os acessos de nomadização local que arrancaram os sedentários, e duplicaram os migrantes (especialmente em favor da religião).

O espaço liso ou nômade situa-se entre dois espaços estriados: o da floresta, com suas verticais de gravidade; o da agricultura, com seu quadriculado e suas paralelas generalizadas, sua arborescência tornada independente, sua arte de extrair a árvore e a madeira da floresta. Mas "entre" significa igualmente que o espaço liso é controlado por esses dois lados que o limitam, que se opõem a seu desenvolvimento e lhe determinam, tanto quanto possível, uma função de comunicação, ou, ao contrário, que ele se volta contra eles, corroendo a floresta por um lado, propagando-se sobre as terras cultivadas, por outro, afirmando uma força não comunicante ou *de desvio*, como uma "cunha" que se introduz. Os nômades voltam-se primeiramente contra os florestanos e os montanheses, depois precipitam-se sobre os agricultores. Há aí como que o inverso ou o fora da forma-Estado - mas em que sentido? Essa forma, como espaço global e relativo, implica um certo número de componentes: floresta-desmoita; agricultura-quadriculado; pecuária subordinada ao trabalho agrícola e à alimentação sedentária; conjunto de comunicações cidade-campo (*polis-nomos*) à base do comércio. Quando os historiadores se interrogam sobre as razões da vitória do Ocidente sobre o Oriente, invocam principalmente as seguintes **[Início da página 58]** características desfavoráveis ao Oriente em geral: desmatamento da floresta de preferência à desmoita, donde decorrem grandes dificuldades para extrair ou mesmo conseguir a madeira; cultura do tipo "arrozal e horto" de preferência à arborescência e campo; pecuária que em grande parte escapa ao controle dos sedentários, de modo que a estes falta força animal e alimento em carne; escassa comunicação entre a cidade e

⁵¹ Desse ponto de vista, a análise que faz Clastres do profetismo índio pode ser generalizada: "De um lado, os chefes, do outro, e contra eles, os profetas. E a máquina profética funcionaria perfeitamente bem, visto que os *Karai* eram capazes de arrastar atrás de si espantosas massas de índios. (...) O ato insurrecional dos profetas contra os chefes conferiam aos primeiros, por uma estranha reviravolta das coisas, infinitamente mais poder do que detinham os segundos" (*La société contre l'Etat*, p. 185).

⁵² Um dos temas mais interessantes do livro clássico de Paul Alphandéry, *La chrétienté et [l'idée de croisade]* (Albin Michel), é mostrar como as mudanças de percurso, as paragens, os desvios fazem plenamente parte da Cruzada: "... este exército de cruzados que ressuscitamos como um exército moderno, de um Luís XIV ou de um Napoleão, marchando com uma absoluta passividade, segundo o desejo de um chefe, de um gabinete de diplomacia. Um tal exército sabe aonde vai e, quando se engana, o faz com conhecimento de causa. Uma história mais atenta às diferenças aceita uma outra imagem, mais real, do exército cruzado. O exército cruzado é um exército livre e por vezes anarquicamente vivo. (...) Este exército é movido do interior, por uma complexa coerência, que faz com que nada do que se produz seja por acaso. É indubitável que a conquista de Constantinopla teve sua razão, sua necessidade, seu caráter religioso, como os demais atos de cruzada" (t. II, p. 76). Alphandéry mostra especialmente que a idéia de uma luta contra o Infiel, *num ponto qualquer*, aparece cedo, ao lado da idéia de uma libertação da Terra Santa (t. I, p. 219).

o campo, resultando num comércio muito menos flexível⁵³. Disso não se concluirá, certamente, que a forma-Estado não existe no Oriente. Ao contrário, é preciso uma instância mais dura para manter e reunir os diversos componentes, trabalhados por vetores de fuga. Os Estados sempre têm a mesma composição; se há uma verdade na filosofia política de Hegel, é que "todo Estado contém em si os momentos essenciais de sua existência". Os Estados não são compostos apenas de homens, mas de florestas, campos ou hortos, animais e mercadorias. Há unidade de *composição* em todos os Estados, mas os Estados não têm nem o mesmo *desenvolvimento* nem a mesma *organização*. No Oriente, os componentes estão muito mais fragmentados, disjuntos, o que supõe uma grande Forma imutável para garantir que se mantenham juntos: as "formações despóticas", asiáticas ou africanas, serão sacudidas por revoltas incessantes, secessões, mudanças dinásticas, mas que não afetam a imutabilidade da forma. No Ocidente, ao contrário, a intrincação dos componentes torna possível transformações da forma-Estado mediante revoluções. É verdade que a idéia de revolução é ela mesma ambígua; é ocidental, dado que remete a uma transformação do Estado; mas é oriental, dado que projeta uma destruição, uma abolição do Estado⁵⁴. É que os grandes impérios do Oriente, **[Início da página 59]** da África e da América entram em choque com amplos espaços lisos que os penetram e mantêm distâncias entre seus componentes (o *nomos* não se torna campo, o campo não comunica com a cidade, a grande pecuária é ocupação dos nômades, etc.): há confrontação direta do Estado do Oriente com uma máquina de guerra nômade. Esta máquina de guerra poderá adotar a via da integração, e proceder somente por revolta e mudança dinástica; enquanto nômade, contudo, é ela que inventa o sonho e a realidade abolicionistas. Os Estados do Ocidente estão muito mais protegidos no seu espaço estriado, têm desde logo muito mais latitude para manter seus componentes, e afrontam os nômades só indiretamente, por intermédio das migrações que estes desencadeiam ou cuja aparência tomam⁵⁵.

Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço sobre o qual reina, ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado. Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um "exterior", sobre o conjunto dos fluxos que atravessam o ecúmeno. Com efeito, sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais, etc. Mas são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que regulem **[Início da página 60]** as circulações, que relativizem o movimento, que mensurem nos seus detalhes os movimentos relativos dos sujeitos e dos

⁵³ Essa confrontação Oriente-Ocidente desde a Idade Média (ligada à questão: por que o capitalismo no Ocidente, e não em outra parte?) inspirou belas análises aos historiadores modernos. Cf. especialmente Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme*, Armand Colin, pp. 108-121; Pierre Chaunu, *L'expansion européenne du XIII^e au xve siècle*, PUF, pp. 334-339 ("Por que a Europa? por que não a China?"); Maurice Lombard, *Espaces et réseaux du haut Moyen Age*, Mouton, capo VII (e p. 219: "O que no Leste chama-se desmatamento, no Oeste denomina-se desmoita; a primeira causa profunda do deslocamento dos centros dominantes do Oriente para o Ocidente é, pois, uma razão geográfica: a floresta-clareira revelou ter um potencial maior que o deserto-oásis".)

⁵⁴ As observações de Marx sobre as formações despóticas na Ásia são confirmadas pelas análises africanas de Gluckman (*Custom and Conflict in Africa*, Oxford): ao mesmo tempo, imutabilidade formal e rebelião constante. A idéia de uma "transformação" do Estado parece claramente ocidental. Não obstante, a outra idéia, de uma "destruição" do Estado, remete muito mais ao Oriente, e às condições de uma máquina de guerra nômade. Por mais que se apresente as duas idéias como fases sucessivas da revolução, são diferentes demais e conciliam-se mal; elas resumem a oposição das correntes socialistas e anarquistas no século XIX. O próprio proletariado ocidental é considerado de dois pontos de vista: enquanto deve conquistar o poder e transformar o aparelho de Estado, representa o ponto de vista de uma *força de trabalho*, mas, enquanto quer ou quereria uma destruição do Estado, representa o ponto de vista de uma *força de nomadização*. Mesmo Marx define o proletariado não apenas como alienado (trabalho), mas como desterritorializado. O proletário, sob esse último aspecto, aparece como o herdeiro do nômade no mundo ocidental. Não só muitos anarquistas invocam temas nomádicos vindos do Oriente, mas sobretudo a burguesia do século XIX identifica de bom grado proletários e nômades, e assimilam Paris a uma cidade assediada pelos nômades (d. Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, LGF, pp. 602-604).

⁵⁵ Cf. Lucien Musset, *Les invasions, le second assaut*, PUF: por exemplo, a análise das três "fases" dos dinamarqueses, pp. 135-137.

objetos. Donde a importância da tese de Paul Virilio, quando mostra que "o poder político do Estado é *polis*, *polícia*, isto é, *vistoria*", e que "as portas da cidade, seus pedágios e suas alfândegas são barreiras, filtros para a fluidez das massas, para a potência de penetração das *maltas migratórias*", pessoas, animais e bens⁵⁶. Gravidade, *gravitas*, é a essência do Estado. Não significa de modo algum que o Estado ignore a velocidade; mas ele tem necessidade de que o movimento, mesmo o mais rápido, deixe de ser o estado absoluto de um móbil que ocupa um espaço liso, para tornar-se o caráter relativo de um "movido" que vai de um ponto a um outro num espaço estriado. Nesse sentido, o Estado não pára de decompor, recompor e transformar o movimento, ou regular a velocidade. O Estado como inspetor de estradas, conversador ou permutador viário: papel do engenheiro a esse respeito. A velocidade ou o movimento absolutos não são sem lei, mas essas leis são as do *nomos*, do espaço liso que o desenrola, da máquina de guerra que o povoa. Se os nômades criaram a máquina de guerra, foi porque inventaram a velocidade absoluta, como "sinônimo" de velocidade. E cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nômádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso (Virilio recorda a importância do tema sedicioso ou revolucionário "ocupar a rua"). É nesse sentido que a réplica do Estado consiste em estriar o espaço, contra tudo o que ameça transbordá-lo. O Estado não se apropriou da própria máquina de guerra sem dar-lhe a forma do movimento relativo: por exemplo, com o modelo *fortaleza* como regulador de movimento, e que foi precisamente o obstáculo dos nômades, o escolho e a paragem onde vinha quebrar-se [Início da página 61] o movimento turbilhonar absoluto. Inversamente, quando um Estado não chega a estriar seu espaço interior ou vizinho, os fluxos que o atravessam adquirem necessariamente o aspecto de uma máquina de guerra dirigida contra ele, desenrolada num espaço liso hostil ou rebelde (mesmo se outros Estados podem introduzir aí suas estrias). Essa foi a aventura da China que, por volta do fim do século XIV, e apesar de seu alto nível técnico em navios e navegação, é apartada de seu espaço marítimo imenso, vê então os fluxos comerciais voltarem-se contra ela e fazerem aliança com a pirataria, e só pode reagir com uma política de imobilidade, de restrição em massa do comércio, que reforça a relação deste com uma máquina de guerra⁵⁷.

A situação é ainda muito mais complicada do que dizemos. O mar é talvez o principal espaço liso, o modelo hidráulico por excelência. Mas o mar é também, de todos os espaços lisos, aquele que mais cedo se tentou estriar, transformar em dependente da terra, com caminhos fixos, direções constantes, movimentos relativos, toda uma contra-hidráulica dos canais ou condutos. Uma das razões da hegemonia do Ocidente foi a capacidade que tiveram seus aparelhos de Estado para estriar o mar, conjugando as técnicas do Norte e as do Mediterrâneo, e anexando o Atlântico. Mas eis que esse empreendimento desemboca no resultado o mais inesperado: a multiplicação dos movimentos relativos, a intensificação das velocidades relativas no espaço estriado, acaba reconstituindo um espaço liso ou um movimento absoluto. Como o sublinha Virilio, o mar será o lugar do *fleet in being*, onde já não se vai de um ponto a um outro, mas se domina todo o espaço a partir de um ponto qualquer: em vez de estriar o espaço, ele é ocupado com um vetor de desterritorialização em movimento perpétuo. E, do mar, essa estratégia moderna passará ao ar como novo espaço liso, mas também a toda a Terra considerada como um deserto ou como um mar. Conversor e capturador, o Estado não só relativiza o movimento, mas torna a produzir movimento absoluto. Não só vai do liso ao estriado, mas reconstitui um espaço liso, torna a produzir liso ao final do estriado. É verdade que esse novo nomadismo

⁵⁶ Paul Virilio, *Vitesse et politique*, Ed. Galilée, pp. 21-22 e *passim*. Não só a "cidade" é impensável independentemente dos fluxos exteriores com os quais ela está em contato, e cuja circulação ela regula, mas também conjuntos arquitetônicos precisos, por exemplo, a fortaleza, são verdadeiros transformadores, graças a seus espaços interiores que permitem uma análise, um prolongamento ou uma restituição do movimento. Virilio conclui disso que o problema é menos o do internamento que o da *vistoria* ou do movimento controlado. Foucault já fazia uma análise nesse sentido do *hospital marítimo* como operador e filtro: cf. *Surveiller et punir*, pp. 145-147.

⁵⁷ Sobre a navegação chinesa, e árabe, as razões de seu fracasso, e a importância dessa questão no "dossiê" Ocidente-Oriente, d. Braudel, pp. 305-314, e Chaunu, pp. 288-308.

acompanha uma máquina de guerra mundial cuja organização extravasa os aparelhos de Estado, e chega aos complexos energéticos, militares-industriais, **[Início da página 62]** multinacionais. Isto para lembrar que o espaço liso e a forma de exterioridade não têm uma vocação revolucionária irresistível, mas, ao contrário, mudam singularmente de sentido segundo as interações nas quais são tomados e as condições concretas de seu exercício ou de seu estabelecimento (por exemplo, a maneira pela qual a guerra total e a guerra popular, ou mesmo a guerrilha, lançam mão de métodos⁵⁸).

Proposição VI: A existência nômade implica necessariamente os elementos numéricos de uma máquina de guerra.

Dezenas, centenas, milhares, miríades: todos os exércitos registrarão esses agrupamentos decimais, a ponto de, a cada vez que os **[Início da página 63]** encontrarmos, podermos prejulgar de uma organização militar. Não será graças à maneira pela qual o exército desterritorializa seus soldados? O exército é composto de unidades, companhias e divisões. Os Números podem mudar de função, de combinação, entrar em estratégias inteiramente diferentes, mas sempre existe essa relação do Número com uma máquina de guerra. Não é uma questão de quantidade, mas de organização ou de composição. O Estado não cria exércitos sem aplicar este princípio de organização numérica; porém, ele tão somente retoma esse princípio, ao mesmo tempo que se apodera da máquina de guerra, pois uma idéia tão curiosa - a organização numérica dos homens - pertence, de início, aos nômades. São os hicsos, nômades conquistadores, que a trazem ao Egito; e quando Moisés a aplica a seu povo em êxodo, é por conselho de seu sogro nômade, Jetro, o queneu, e de modo a constituir uma máquina de guerra, tal como o *Livro dos Números* lhe descreve os elementos. O *nomos* é primeiramente numérico, aritmético. Quando se opõe um aritmetismo indiano-árabe ao geometrismo grego, vê-se bem que o primeiro implica um *nomos* oponível ao *logos*: não que os nômades "criem" a aritmética ou a álgebra, mas porque a aritmética e a álgebra surgem num mundo com forte teor nômade.

Conhecemos até o momento três grandes tipos de organização dos homens; *de linhagem, territorial e numérica*. A organização de linhagem é a que permite definir as sociedades ditas primitivas. As linhagens clânicas são essencialmente segmentos em ato, que se fundem ou se cindem, variáveis segundo o ancestral considerado, segundo as tarefas e as circunstâncias. E decerto o número tem um papel importante na determinação da linhagem, ou na criação de novas linhagens. A terra também, visto que uma segmentaridade tribal vem duplicar a segmentaridade clânica. Mas a terra é antes de tudo a matéria onde se inscreve a dinâmica das linhagens, e o número, um meio de inscrição: as linhagens escrevem sobre a terra e com o número, constituindo uma espécie de "geodésia". Tudo muda nas sociedades com Estado: diz-se

⁵⁸ Virilio definiu muito bem o *fleet in being* e suas seqüências históricas: "O *fleet in being* é a presença permanente em mar de uma frota invisível, que pode golpear o adversário em qualquer lugar e a qualquer momento (...), é uma nova idéia da violência que já não nasce do confronto direto, porém de propriedades desiguais dos corpos, da avaliação das quantidades de movimentos que lhes são permitidas num elemento escolhido, da verificação permanente de sua eficiência dinâmica. (...) Não se trata mais da travessia de um continente, de um oceano, de ir de uma cidade a outra, de uma margem a outra, o *fleet in being* inventa a noção de um deslocamento que não teria destinação no espaço e no tempo. (...) O submarino estratégico não tem necessidade de ir a lugar algum, ele contenta-se, ao ocupar o mar, em permanecer invisível (...), realização da viagem circular absoluta, ininterrupta, visto não comportar nem partida nem chegada. (...) Se, como pretendia Lênin, a estratégia é a escolha dos pontos de aplicação das forças, somos obrigados a considerar que esses pontos, hoje, já não são pontos de apoio geoestratégicos, uma vez que a partir de um ponto qualquer pode-se doravante atingir um outro ponto, onde quer que este se encontre. (...) A *localização geográfica* parece ter perdido definitivamente seu valor estratégico, e, inversamente, esse mesmo valor é atribuído à *deslocalização do vetor*, de um vetor em movimento permanente" (*Vitesse et politique*, pp. 46-49, 132-133). Os textos de Virilio apresentam, a respeito de todos esses aspectos, uma grande importância e novidade. O único ponto que para nós representa uma dificuldade é a assimilação por Virilio de três grupos de velocidade que nos parecem muito diferentes: 1º) as velocidades de tendência nômade, ou, então, a tendência revolucionária (motim, guerrilha); 2º) as velocidades reguladas, convertidas, apropriadas pelo aparelho de Estado (a "vistoria"); 3º) as velocidades liberadas por uma organização mundial de guerra total, ou então de superarmamento planetário (do *fleet in being* à estratégia nuclear). Virilio tende a assimilar esses grupos em razão de suas interações, e denuncia, em geral, um caráter "fascista" da velocidade. Contudo, são suas próprias análises, igualmente, que tornam possíveis essas distinções.

freqüentemente que o princípio territorial torna-se dominante. Do mesmo modo, seria possível falar em desterritorialização, visto que a terra torna-se objeto, em vez de ser o elemento material ativo que se combina com a linhagem. A propriedade é, precisamente, a relação desterritorializada do homem com a terra: seja porque a propriedade constitui o bem do Estado, que se superpõe à posse subsistente de uma comunidade de linhagem, seja porque ela própria se torna o **[Início da página 64]** bem de homens privados, que constituem a nova comunidade. Nos dois casos (e segundo os dois pólos do Estado), há como que uma sobre-codificação da terra, que substitui a geodésia. Certamente, as linhagens continuam tendo uma grande importância, e os números desenvolvem a sua própria. Mas o que passa ao primeiro plano é uma organização "territorial", no sentido em que todos os segmentos, de linhagem, de terra e de número, são tomados *num espaço astronômico ou numa extensão geométrica* que os sobre-codifica. Por certo não é da mesma maneira que isto sucede no Estado imperial arcaico e nos Estados modernos. É que o Estado arcaico envolve um *spatium* de vértice, espaço diferenciado, em profundidade e por níveis, ao passo que os Estados modernos (a partir da cidade grega) desenvolvem uma *extensio* homogênea, com centro imanente, partes divisíveis homologas, relações simétricas e reversíveis. E não somente os dois modelos, astronômico e geométrico, se misturam intimamente; mesmo quando são supostos puros, cada um deles implica uma subordinação das linhagens e dos números a essa potência métrica, tal como aparece seja no *spatium imperial*, seja na *extensio política*⁵⁹. A aritmética, o número, sempre tiveram um papel decisivo no aparelho de Estado: já era o caso na burocracia imperial, com as três operações conjugadas do recenseamento, do censo e da eleição. E com mais forte razão, as formas modernas do Estado não se desenvolveram sem utilizar todos os cálculos que surgiam na fronteira entre a ciência matemática e a técnica social (todo um cálculo social como base da economia política, da demografia, da organização do trabalho, etc.). Este elemento aritmético do Estado encontrou seu poder específico no tratamento de qualquer matéria: matérias-primas, matérias secundas dos objetos trabalhados, ou a última matéria, constituída pela população humana. O número sempre serviu, assim, para dominar a matéria, para controlar suas variações e seus movimentos, isto é, para submetê-los ao quadro espaço-temporal **[Início da página 65]** do Estado - seja *spatium* imperial, seja *extensio* moderna⁶⁰. O Estado tem um princípio territorial ou de desterritorialização, o qual liga o número a grandezas métricas (tendo em conta métricas cada vez mais complexas que operam a sobre-codificação). Não acreditamos que o Número tenha podido encontrar aí as condições de uma independência ou de uma autonomia, ainda que aí tenha encontrado todos os fatores de seu desenvolvimento.

O *Número numerante*, isto é, a organização aritmética autônoma, não implica um grau de abstração superior nem quantidades muito grandes. Remete somente a condições de possibilidade que são o nomadismo, e a condições de efetuação que são a máquina de guerra. É nos exércitos de Estado que se colocará o problema de um tratamento das grandes quantidades, em relação com outras matérias, mas a máquina de guerra opera com pequenas quantidades, que ela trata por meio de números numerantes. Com efeito, esses números aparecem tão logo se distribui alguma coisa no espaço, em vez de repartir o espaço ou de distribuí-lo. O número torna-se sujeito. A independência do número em relação ao espaço não vem da abstração, mas da natureza concreta do espaço liso, que é ocupado sem ser ele mesmo medido. O número já não é um meio para contar nem para medir, mas para deslocar: é em si mesmo aquilo que se

⁵⁹ J.-P. Vernant, sobretudo, analisou a relação da cidade grega com uma extensão geométrica homogênea (*Mythe et pensée chez les Grecs*, I, IIIª parte). O problema é necessariamente mais complicado no que diz respeito aos impérios arcaicos, ou às formações posteriores à cidade clássica. Neste caso, o espaço é muito diferente. Nem por isso há menos subordinação do número a um espaço, como Vernant sugere a propósito da cidade platônica ideal. As concepções pitagóricas ou neoplatônicas do número envolvem espaços astronômicos imperiais de um tipo diferente da extensão homogênea, mas mantêm uma subordinação do número: é por isso que os Números podem ser *ideais*, porém não "numerantes" propriamente ditos.

⁶⁰ Dumézil insiste no papel do elemento aritmético nas formas mais antigas da soberania política. Ele tende até a fazer dele um terceiro pólo da soberania; d. *Servius et Ia Fortune*, Gallimard, e *Le troisieme souverain*, Maisonneuve. Todavia, esse elemento aritmético tem antes por função organizar uma matéria, e, a esse título, submete a matéria a um ou a outro dos dois pólos principais

desloca no espaço liso. Sem dúvida, o espaço liso tem sua geometria; mas, como vimos, é uma geometria menor, operatória, do traço. Precisamente, o número é tanto mais independente do espaço quanto o espaço é independente de uma métrica. A geometria como ciência régia tem pouca importância na máquina de guerra (ela só tem importância nos exércitos de Estado, e para as fortificações sedentárias, mas conduz os generais a severas derrotas⁶¹). O número torna-se princípio cada vez que ocupa um espaço liso, e aí se desenrola como sujeito, em vez de medir um espaço estriado. O número é o ocupante móvel, o móvel no espaço liso, por oposição à geometria do imóvel no espaço estriado. A unidade numérica nômade **[Início da página 66]** é o fogo ambulante, não a tenda, ainda demasiado imobiliária: "O fogo leva a melhor sobre a iurta". O número numerante já não está subordinado a determinações métricas ou a dimensões geométricas, está apenas numa relação dinâmica com direções geográficas: é um número direcional, e não dimensional ou métrico. A organização nômade é indissoluvelmente aritmética e direcional; por toda parte quantidade, dezenas, centenas, e por toda parte direção, direita, esquerda: o chefe numérico é também um chefe da direita ou da esquerda⁶². O número numerante é rítmico, não harmônico. Não é de cadência ou de medida: só nos exércitos de Estado, e para a disciplina e o desfile, marcha-se em cadência; mas a organização numérica autônoma encontra seu sentido em outra parte, cada vez que é preciso estabelecer uma *ordem de deslocamento* na estepe, no deserto - ali onde as linhagens florestais e as figuras de Estado perdem sua pertinência. "Ele progredia segundo o ritmo, quebrado que imitava os ecos naturais do deserto, enganando quem estivesse alerta aos ruídos regulares do humano. Como todos os Fremen, fora educado na arte dessa marcha. Havia sido condicionado a tal ponto que já não tinha necessidade de pensar nisso, e seus pés pareciam mover-se por si só segundo ritmos não mensuráveis"⁶³. Com a máquina de guerra e na existência nômade, o número deixa de ser numerado para tornar-se Cifra, e é a esse título que ele constitui o "espírito de corpo", inventa o segredo e as conseqüências do segredo (estratégia, espionagem, astúcia, emboscada, diplomacia, etc.).

Número numerante, móvel, autônomo, direcional, rítmico, cifrado: a máquina de guerra é como a conseqüência necessária da organização nômade (Moisés fará a experiência disso com todas as suas conseqüências). Critica-se hoje essa organização numérica de maneira apressada demais, nela denunciando-se uma sociedade militar ou mesmo concentracionária, onde os homens já não passam de "números" desterritorializados. Mas isto é falso. Horror por horror, a organização **[Início da página 67]** numérica dos homens certamente não é mais cruel do que a das linhagens ou dos Estados. Tratar os homens como números não é forçosamente pior do que tratá-los como árvores que se talha, ou figuras geométricas .que se recorta e modela. Bem mais, o uso do número como dado, como elemento estatístico, é próprio do número numerado de Estado, não do número numerante. E o mundo concentracionário opera tanto por linhagens e territórios, quanto por numeração. A questão não é, portanto, do bom e do ruim, mas da especificidade. A especificidade da organização numérica vem do modo de existência nômade e da função-máquina de guerra. O número numerante se opõe ao mesmo tempo aos códigos de linhagem e à sobre-codificação de Estado. A composição aritmética vai, de um lado, selecionar, extrair das linhagens os elementos que entrarão no nomadismo e na máquina de guerra; de outro lado, vai dirigi-las contra o aparelho de Estado, vai opor uma máquina e uma existência ao aparelho de Estado, traçar uma desterritorialização que atravessa a um só tempo as territorialidades de linhagem, e o território ou a desterritorialidade de Estado.

⁶¹ Clausewitz insiste no papel secundário da geometria, na tática e na estratégia: *De la guerre*, Ed. de Minuit, pp. 225-226 ("L'élément géométrique").

⁶² Cf. um dos textos antigos mais profundos que relacionam o número e a direção na máquina de guerra, *Les mémoires historiques de Sema-Ts'ien*, Ed. Leroux, capo CX (sobre a organização nômade dos Hiong-nu).

⁶³ Franck Herbert, *Les enfants de dune*, Laffont, p. 223. Reporte-se aos caracteres propostos por Julia Kristeva para definir o número numerante: "disposição", "repartição plural e contingente", "infinito-ponto", "aproximação rigorosa", etc. (*Semeiotike*, pp. 293-297).

O número numerante, nômade ou de guerra, tem uma primeira característica: ele é sempre complexo, isto é, articulado. Complexo de números a cada vez. Por isso mesmo não implica de modo algum grandes quantidades homogêneas, como os números de Estado ou o número numerado, mas produz seu efeito de imensidão graças à sua articulação fina, isto é, sua distribuição de heterogeneidade num espaço livre. Mesmo os exércitos de Estado, no momento em que tratam de grandes números, não abandonam este princípio (apesar do predomínio da "base" 10). A legião romana é um número articulado de números, de tal maneira que os segmentos tornam-se móveis, e as figuras geométricas, moventes, de transformação. E o número complexo ou articulado não compõe apenas homens, mas necessariamente armas, animais e veículos. A unidade aritmética de base é, portanto, uma unidade de agenciamento: por exemplo, homem-cavalo-arco, $1 \times 1 \times 1$, segundo a fórmula que fez o triunfo dos citas; e a fórmula se complica quando certas "armas" agenciam ou articulam diversos homens e animais, como a biga de dois cavalos e de dois homens, um para conduzir e o outro para lançar, $2 \times 1 \times 2 = 1$; ou então, o célebre escudo de dois punhos, da reforma hoplita, que solda cadeias humanas. Por menor que seja a "unidade", ela é articulada. O número numerante sempre está sobre várias bases ao mesmo tempo. Mas é necessário **[Início da página 68]** ter em conta também relações aritméticas externas, porém contidas num número, que exprimem a proporção dos combatentes entre os membros de uma linhagem ou de uma tribo, o papel das reservas e dos estoques, da manutenção de homens, coisas e animais. A *logística* é a arte dessas relações externas, que pertencem à máquina de guerra não menos do que as relações internas da *estratégia*, isto é, as composições de unidades combatentes entre si. Ambas constituem a ciência da articulação dos números de guerra. Todo agenciamento comporta esse aspecto estratégico e esse aspecto logístico.

Mas o número numerante tem uma segunda característica mais secreta. Por toda parte, a máquina de guerra apresenta um curioso processo de replicação ou de duplicação aritmética, como se ela operasse sobre duas séries não simétricas e desiguais. *De um lado*, com efeito, as linhagens ou tribos são organizadas e remanejadas numericamente; a composição numérica se superpõe às linhagens para fazer prevalecer o novo princípio. Mas, *de outro lado*, ao mesmo tempo, alguns homens são extraídos de cada linhagem para formar um corpo numérico especial, como se a nova composição numérica do corpolinhagem não pudesse ter êxito sem constituir um corpo próprio, ele mesmo numérico. Acreditamos que este não é um fenômeno acidental, mas um constituinte essencial da máquina de guerra, uma operação que condiciona a autonomia do número: é preciso que o número do corpo tenha por correlato um corpo do número, é preciso que o número se duplique segundo duas operações complementares. O corpo social não é numerado sem que o número forme um corpo especial. Quando Gêngis Khan faz sua grande composição de estepe, ele organiza numericamente as linhagens, e os combatentes de cada linhagem, submetidos a cifras e a chefes (dezenas e decuriões, centenas e centuriões, milhares e quiliarcas). Mas também extrai de cada linhagem que é aritmetizada um pequeno número de homens que vão constituir sua guarda pessoal, isto é, uma formação dinâmica de estado-maior, de comissários, mensageiros e diplomatas ("antrustiões"⁶⁴). Um não vai sem o outro: dupla desterritorialização, em que a segunda é a de uma potência maior. Quando Moisés faz sua grande composição de deserto, onde necessariamente está exposto à influência nômade mais que à de Jeová, **[Início da página 69]** ele recenseia e organiza numericamente cada tribo; mas também edita uma lei segundo a qual os primogênitos de cada tribo, naquele momento, pertencem de direito a Jeová; e como esses primogênitos evidentemente são ainda pequenos demais, seu papel no Número será transferido a uma tribo especial, a dos levitas, que fornecerá o corpo do Número ou a guarda especial da arca; e como os levitas são menos numerosos que os novos primogênitos no conjunto das tribos, esses primogênitos excedentes deverão ser comprados de volta pelas tribos, sob forma de imposto vertido (o que nos reconduz a um aspecto fundamental da logística). A máquina de guerra não poderia funcionar sem esta dupla

⁶⁴ Vladimirstov, *Le régime social des Mongols*, Maisonneuve. O termo de que se serve Vladimirstov, "antrustiões", é tomado de empréstimo ao regime saxão, onde o rei compõe sua *companhia*, "trust", com francos.

série: é preciso ao mesmo tempo que a composição numérica substitua a organização de linhagem, mas também que conjure a organização territorial de Estado. É segundo esta dupla série que se define o poder na máquina de guerra: já não depende dos segmentos e dos centros, da ressonância eventual dos centros e da sobrecodificação dos segmentos, mas dessas relações internas ao Número, independentes da quantidade. Daí decorrem também as tensões ou as lutas de poder: entre as tribos e os levitas de Moisés, entre os "noyans" e os "antrustões" de Gêngis. Não se trata simplesmente de um protesto das linhagens, que gostariam de recuperar sua antiga autonomia, nem tampouco a prefiguração de uma luta em torno de um aparelho de Estado: é a tensão própria de uma máquina de guerra, de seu poder especial, e da limitação particular do poder do "chefe".

A composição numérica, ou o número numerante, implica portanto várias operações: aritmetização de conjuntos de partida (as linhagens); reunião dos subconjuntos extraídos (constituição de dezenas, centenas, etc.); formação por substituição de um outro conjunto em correspondência com o conjunto reunido (o corpo especial). Ora, é esta última operação que implica a maior variedade e originalidade da existência nômade, a ponto de reencontrarmos o problema até nos exércitos de Estado, quando este se apropria da máquina de guerra. Com efeito, se a aritmetização do corpo social tem por correlato a formação de um corpo especial distinto, ele mesmo aritmético, pode-se compor esse corpo especial de várias maneiras: 1) com uma linhagem ou uma tribo privilegiadas, cujo predomínio adquire desde logo um novo sentido (caso de Moisés, com os levitas); 2) com representantes de cada linhagem, que, a partir daí, servem também de reféns (os primogênitos: seria antes o caso asiático ou Gêngis); 3) com um elemento inteiramente diferente, exterior à sociedade de base, escravos, estrangeiros **[Início da página 70]** ou de uma outra religião (era já o caso do regime saxão, onde o rei compunha seu corpo especial com escravos francos; mas é sobretudo o caso do Islã, a ponto de inspirar uma categoria sociológica específica de "escravidão militar": os mamelucos do Egito, escravos originários da estepe ou do Cáucaso, comprados muito jovens para o sultão, ou então os janízaros otomanos, saídos das comunidades cristãs⁶⁵).

Não é essa a origem de um tema importante, "nômades raptadores de crianças"? Vê-se bem, sobretudo no último caso, como o corpo especial é instituído como elemento determinante de poder na máquina de guerra. É que a máquina de guerra e a existência nômade têm necessidade de conjurar duas coisas ao mesmo tempo: um retorno da aristocracia de linhagem, mas também uma formação de funcionários imperiais. O que confunde tudo é que o próprio Estado freqüentemente foi obrigado a utilizar escravos como altos funcionários: veremos que não é pelas mesmas razões, e que as duas correntes se reuniram nos exércitos, mas a partir de duas fontes distintas; pois o poder dos escravos, dos estrangeiros, dos raptados, numa máquina de guerra de origem nômade, é muito diferente das aristocracias de linhagem, mas também dos funcionários e burocratas de Estado. São "comissários", emissários, diplomatas, espiões, estrategas e logísticos, por vezes ferreiros. Sua existência não se explica pelo "capricho do sultão". É, ao contrário, o capricho possível do chefe de guerra que se explica pela existência e a necessidade objetivas desse corpo numérico especial, dessa Cifra que só vale graças a um *nomos*. Há ao mesmo tempo uma desterritorialização e um devir próprios da máquina de guerra enquanto tal: o corpo especial, e particularmente o escravo-infiel-estrangeiro, é aquele que se *torna* soldado e crente, mesmo permanecendo desterritorializado em relação às linhagens e em relação ao Estado. Deve ter nascido infiel para tornar-se crente, deve ter nascido escravo para tornar-se soldado. Para tanto, são necessárias escolas ou instituições especiais: é uma invenção própria da máquina de guerra, que os Estados não deixarão de utilizar, de adaptar a seus fins, a ponto de torná-la irreconhecível, ou então de restituí-la sob uma forma burocrática de estado-maior, ou sob uma forma **[Início da página 71]** tecnocrática de corpos muito especiais, ou nos

⁶⁵ Um caso particularmente interessante seria o de um corpo especial de ferreiros entre os tuaregues, os *Enaden* (os "Outros"); esses *Enaden* seriam na origem ou bem escravos sudaneses, ou então colonos judeus do Saara, ou ainda descendentes de guerreiros de São Luís. Cf. René Pottier, "Les artisans sahariens du métal chez les Touareg", in *Métaux et civilisations*, 1945-1946.

"espíritos de corpo" que servem o Estado, mas também lhe resistem, ou entre os comissários que duplicam o Estado, mas igualmente o servem.

É verdade que os nômades não têm história, só têm uma geografia. E a derrota dos nômades foi tal, tão completa, que a história identifica-se com o triunfo dos Estados. Assistiu-se, então, a uma crítica generalizada que negava aos nômades toda inovação, tecnológica ou metalúrgica, política, metafísica. Burgueses ou soviéticos (Grousset ou Vladimirtsov), os historiadores consideram os nômades como uma pobre humanidade que nada compreende, nem as técnicas às quais permaneceria indiferente, nem a agricultura, nem as cidades e os Estados que ela destrói ou conquista. Dificilmente se entende, contudo, como os nômades teriam triunfado na guerra se não tivessem tido uma forte metalurgia: a idéia de que o nômade recebe suas armas técnicas, e seus conselhos políticos, de trânsfugas de um Estado imperial, é, apesar de tudo, inverossímil. Dificilmente se entende como os nômades teriam tentado destruir as cidades e os Estados, não fosse em nome de uma organização nômade e de uma máquina de guerra que não se definem pela ignorância, mas por suas características positivas, seu espaço específico, sua composição própria que rompia com as linhagens e conjurava a forma-Estado. A história não parou de negar os nômades. Tentou-se aplicar à máquina de guerra uma categoria propriamente militar (a de "democracia militar"), e ao nomadismo uma categoria propriamente sedentária (a de "feudalidade"). Porém, essas duas hipóteses pressupõem um princípio territorial: seja que um Estado imperial se apodera da máquina de guerra, distribuindo terras de função a guerreiros (*cleroi* e falsos feudos), seja que a propriedade tornada privada estabelece ela mesma relações de dependência entre proprietários que constituem o exército (verdadeiros feudos e vassalagem⁶⁶). Nos dois casos, o número é subordinado a uma organização fiscal "imobiliária", **[Início da página 72]** tanto para constituir terras outorgáveis ou cedidas como para fixar as rendas devidas pelos próprios beneficiários. Sem dúvida, a organização nômade e a máquina de guerra coincidem nesses problemas, ao mesmo tempo no nível da terra e do sistema fiscal, onde os guerreiros nômades são, diga-se o que se quiser, grandes inovadores. Mas, justamente, eles inventam uma territorialidade e um sistema fiscal "mobiliários", que dão testemunho da autonomia de um princípio numérico: pode haver confusão ou combinação entre os sistemas, mas o próprio do sistema nômade permanece: subordinar a terra aos números que nela se deslocam e se desenrolam, e o imposto às relações internas a esses números (por exemplo, já em Moisés, o imposto intervém na relação entre os corpos numéricos e o corpo especial do número). Em suma, a democracia militar e o feudalismo, longe de explicarem a composição numérica nômade, dão, antes, testemunho daquilo que dela pode restar em regimes sedentários.

Proposição VII: A existência nômade tem por "afectos" as armas de uma máquina de guerra.

Sempre se pode distinguir as armas e as ferramentas segundo seu uso (destruir os homens ou produzir bens). Mas se essa distinção extrínseca explica certas adaptações secundárias de um objeto técnico, ela não impede uma convertibilidade geral entre os dois grupos, a ponto de parecer muito difícil propor uma diferença intrínseca entre armas e ferramentas. Os tipos de percussão, tal como Leroi-Gourhan os definiu, encontram-se de ambos os lados. "É provável que, durante várias eras sucessivas, os instrumentos agrícolas e as armas de guerra tenham permanecido idênticos."⁶⁷ Pôde-se falar de um "ecossistema", que não se situa apenas na origem, e onde as ferramentas de trabalho e as armas de guerra trocam suas determinações:

⁶⁶ A feudalidade é um sistema militar tanto quanto a democracia dita militar; mas os dois sistemas supõem com efeito um exército integrado a um aparelho de Estado qualquer (assim, para a feudalidade, a reforma fundiária carolíngia). Vladimirtsov desenvolve uma interpretação feudal dos nômades de estepe, ao passo que Gryaznov (*Sibérie du Sud*, Nagel) inclina-se para a democracia militar. Mas um dos argumentos principais de Vladimirtsov é que a organização dos nômades se feudaliza precisamente ao se decompor ou se integrar nos impérios que conquista; e observa que os mongóis, no início, *não organizam* em feudos, verdadeiros ou falsos, as terras sedentárias de que se apossam.

⁶⁷ J.F. Fuller, *L'influence de l'armement sur l'histoire*, Parar, p. 23.

parece que o mesmo *phylum maquínico* atravessa umas e outras. Contudo, temos a impressão de que há efetivamente diferenças interiores, mesmo que não sejam intrínsecas, isto é, lógicas ou conceituais, e mesmo que sejam apenas aproximativas. Numa primeira aproximação, as armas têm uma relação privilegiada com a projeção. Tudo o que lança ou é lançado é em princípio uma arma, e o propulsor é seu momento essencial. A arma **[Início da página 73]** é balística; a própria noção de "problema" se reporta à máquina de guerra. Quanto mais mecanismos *de* projeção uma ferramenta comporta, mais ela mesma age como arma, potencial ou simplesmente metafórica. Ademais, as ferramentas não param de compensar os mecanismos projetivos que comportam, ou os adaptam a outros fins. É verdade que as armas de arremesso, estritamente falando, projetadas ou projetantes, não passam de uma espécie entre outras; mas mesmo as armas de mão exigem da mão e do braço um outro uso que as ferramentas, um uso projetivo de que testemunham as artes marciais. A ferramenta, ao contrário, seria muito mais introceptiva, introjetiva: ela prepara uma matéria à distância para trazê-la a um estado *de* equilíbrio ou adequá-la a uma forma *de* interioridade. Nos dois casos, existe a ação à distância, mas num caso é centrífuga, e no outro, centrípeta. Diríamos, do mesmo modo, que a ferramenta se encontra diante *de* resistências, a vencer ou a utilizar, ao passo que a arma se encontra diante de revides, a evitar ou a inventar (o revide é, aliás, o fator inventivo e precipitante da máquina *de* guerra, desde que não se reduza apenas a um sobrelance quantitativo, nem a uma parada defensiva).

Em segundo lugar, as armas e as ferramentas não têm "tendencialmente" (aproximativamente) a mesma relação com o movimento, com a velocidade. É ainda um aparte essencial de Paul Virilio ter insistido nessa complementariedade arma-velocidade: a arma inventa a velocidade, ou a descoberta da velocidade inventa a arma (daí o caráter projetivo das armas). A máquina *de* guerra libera um vetor específico de velocidade, a ponto de necessitar de um nome especial, que não é apenas poder de destruição, mas "dromocracia" (= *nomos*). Entre outras vantagens, essa idéia enuncia um novo modo de distinção entre a caça e a guerra, pois não somente é certo que a guerra não deriva da caça, mas a própria caça não promove armas: ou bem ela evolui na esfera de indistinção e de convertibilidade armas-ferramentas, ou então utiliza em seu proveito armas já diferenciadas, já constituídas. Como diz Virilio, a guerra não aparece de modo algum quando o homem aplica ao homem a relação *de* caçador que tinha com o animal, mas, ao contrário, quando capta a força do animal *caçado* para entrar com o homem numa relação inteiramente diferente, que é a da guerra (inimigo e não mais presa). Não surpreende, pois, que a máquina de guerra seja a invenção dos nômades pecuaristas: a pecuária e o adestramento não se confundem nem com a caça primitiva, nem com a domesticação sedentária, mas são precisamente a descoberta de um sistema projetor e projétil. **[Início da página 74]** Ao invés de operar por uma violência a cada golpe, ou então de constituir uma violência" de uma vez por todas", a máquina de guerra, com a pecuária e o adestramento, instaura toda uma economia da violência, isto é, um meio de torná-la duradoura e até ilimitada. "A efusão de sangue, o abate imediato são contrários ao uso ilimitado da violência, isto é, de sua economia. (...) *A economia da violência não é a do caçador no pecuarista, mas a do animal caçado.* No cavalgamento conserva-se a energia cinética, a velocidade do cavalo e não mais as proteínas, (o motor e não mais a carne). (...) Ao passo que, na caça, o caçador visava parar o movimento da animalidade selvagem por um abatimento sistemático, o pecuarista [aplica-se em] conservá-lo, e, graças ao adestramento, o cavalgante se associa a esse movimento, orientando-o e provocando sua aceleração." O motor tecnológico desenvolverá essa tendência, mas "o cavalgamento é o primeiro projetor do guerreiro, seu primeiro sistema de armas"⁶⁸. Donde o devir-animal na má-

⁶⁸ Virilio, "Métempsychose du passager", *Traverses* n° 8. Todavia, Virilio assinala uma passagem indireta da caça à guerra: quando a mulher serve de animal "de condução ou de carga", o que permitiria aos caçadores já entrar numa relação de "duelo homossexual" que vai além da caça. Mas parece que o próprio Virilio nos convida a distinguir a *velocidade*, como projetor e projétil, e o *deslocamento*, como transporte e carga. A máquina de guerra define-se do primeiro ponto de vista, ao passo que o segundo remete à esfera comum. O cavalo, por exemplo, não pertence à máquina de guerra enquanto servir apenas para transportar homens que apeiam para combater. A máquina de guerra define-se pela ação, não pelo transporte, mesmo que o transporte reaja sobre a ação.

quina de guerra. Significaria dizer que a máquina de guerra não existe antes do cavalgamento e da cavalaria? Não é esta a questão. A questão é que a máquina de guerra implica o desprendimento de um vetor Velocidade, tornado variável livre ou independente, o que não se produz na caça, onde a velocidade remete antes ao animal caçado. Pode muito bem acontecer que esse veto r de corrida seja liberado numa infantaria sem recorrer ao cavalgamento; bem mais, pode acontecer que haja cavalgamento, mas como meio de transporte ou mesmo de carga, sem intervir no vetor livre. Todavia, de qualquer maneira, o guerreiro toma de empréstimo ao animal a idéia de um motor, mais que o modelo de uma presa. Ele não generaliza a idéia de presa aplicando-a ao inimigo, ele abstrai a idéia de motor aplicando-a a si mesmo.

Duas objeções surgem imediatamente. Conforme a primeira, a máquina de guerra comporta tanto peso e gravidade quanto velocidade **[Início da página 75]** (a distinção do pesado e do leve, a dissimetria da defesa e do ataque, a oposição do repouso e da tensão). Mas seria fácil mostrar como os fenômenos de "temporização", ou mesmo de imobilidade e de catatonia, tão importantes nas guerras, remetem em certos casos a um componente de pura velocidade. Nos outros casos, remetem às condições sob as quais os aparelhos de Estado se apoderam da máquina de guerra, em especial ordenando um espaço estriado onde forças adversas possam equilibrar-se. Acontece de a velocidade abstrair-se na propriedade de um projétil, bala ou obus, que condena à imobilidade a própria arma e o soldado (por exemplo, a imobilidade na guerra de 1914). Mas um equilíbrio de forças é um fenômeno de resistência, ao passo que o r implica uma precipitação ou uma mudança de velocidade que rompem o equilíbrio: é o tanque que reagrupará o conjunto das operações sobre o vetor-velocidade, e voltará a dar um espaço liso ao movimento, desenterrando os homens e as armas⁶⁹.

A objeção inversa é mais complexa: é que a velocidade parece de fato fazer parte da ferramenta não menos que da arma, e não é absolutamente algo específico da máquina de guerra. A história do motor não é apenas militar. Mas talvez tenha-se por demais tendência a considerar as quantidades de movimento, em vez de buscar modelos qualitativos. Os dois modelos motores ideais seriam o do trabalho e o da *ação livre*. O trabalho é uma causa motriz que se choca contra resistências, opera sobre o exterior, se consome ou se dispense no seu efeito, e que deve ser renovado de um instante a outro. A *ação livre* também é uma causa motora, mas que não tem resistência a vencer, só opera sobre o próprio corpo móvel, não se consome no seu efeito e se prolonga entre dois instantes. Seja qual for sua medida ou grau, a velocidade é relativa no primeiro caso, absoluta no segundo (idéia de um **[Início da página 76]** *perpetuum mobile*). O que conta no trabalho é o ponto de aplicação de uma força resultante exercida pela fonte de ação sobre um corpo considerado como "uno" (gravidade), e o deslocamento relativo desse ponto de aplicação. Na *ação livre*, o que conta é a maneira pela qual os elementos do corpo escapam à gravitação a fim de ocupar de modo absoluto um espaço não pontuado. As armas e seu manejo parecem reportar-se a um modelo de *ação livre*, da mesma maneira que as ferramentas parecem remeter a um modelo de trabalho. O deslocamento linear, de um ponto a outro, constitui o movimento relativo da ferramenta, mas a ocupação turbilhona de um espaço constitui o movimento absoluto da arma. Como se a arma fosse movente, auto-movente, ao passo que a ferramenta é movida. Essa relação das ferramentas com o trabalho não é de modo algum evidente enquanto o trabalho não receber a definição motriz ou real que acabamos de lhe dar. Não é a ferramenta que define o trabalho, mas o inverso. A ferramenta supõe o trabalho.

⁶⁹ J.F. Fuller (*L'influence de l'armement sur l'histoire*, pp. 155 ss.) mostra como a guerra de 1914 foi de início concebida como uma guerra ofensiva e de movimento, fundada na artilharia. Mas esta voltou-se contra si mesma, e impôs a imobilidade. Era impossível re-mobilizar a guerra multiplicando os canhões, visto que os buracos de obus tornavam o terreno tanto mais impraticável. A solução, da qual os ingleses e, em particular, o general Fuller participaram de maneira determinante, foi o tanque: "nau terrestre", o tanque reconstituía em terra uma espécie de espaço marítimo ou liso, e "introduzia a tática naval na guerra terrestre". Via de regra, o revide nunca vai do mesmo ao mesmo: é o tanque que r da artilharia, é o helicóptero de míssil que revida ao tanque, etc. Donde um fator de inovação na máquina de guerra, muito diferente da inovação na máquina de trabalho.

Não obstante, também as armas implicam com toda evidência uma renovação da causa, um dispêndio ou mesmo um desaparecimento no efeito, um afrontamento a resistências externas, um deslocamento da força, etc. Seria vão emprestar às armas um poder mágico oposto ao constrangimento das ferramentas: armas e ferramentas estão submetidas às mesmas leis que definem precisamente a esfera comum. Mas o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um *agenciamento* que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão..., etc.

É por intermédio dos agenciamentos que o *phylum* seleciona, qualifica e mesmo inventa os elementos técnicos, de modo que não se pode falar de armas ou ferramentas antes de ter definido os agenciamentos constituintes que eles supõem e nos quais entram. É nesse sentido que dizemos que as armas e as ferramentas não se distinguem apenas de maneira extrínseca, e contudo não têm características distintivas intrínsecas. Têm características internas (e não intrínsecas) que remetem aos agenciamentos respectivos nos quais são tomados. O que efetua um modelo de ação livre não são, portanto, as armas em si mesmas e no seu ser físico, mas o agenciamento "máquina de guerra" **[Início da página 77]** como causa formal das armas. Por outro lado, o que efetua o modelo de trabalho não são as ferramentas, mas o agenciamento "máquina de trabalho" como causa formal das ferramentas. Quando dizemos que a arma é inseparável de um vetor-velocidade, ao passo que a ferramenta permanece ligada a condições de gravidade, só pretendemos indicar uma diferença entre dois tipos de agenciamento, mesmo que a ferramenta, no agenciamento que lhe é próprio, seja abstratamente mais "rápida", e a arma abstratamente mais "grave". A ferramenta está ligada essencialmente a uma gênese, a um deslocamento e a um dispêndio da força, que encontram suas leis no trabalho, ao passo que a arma concerne somente ao exercício ou à manifestação da força no espaço e no tempo, em conformidade com a ação livre. A arma não surge do céu, e supõe evidentemente produção, deslocamento, dispêndio e resistência. Mas esse aspecto remete à esfera COMum da arma e da ferramenta, e não concerne ainda à especificidade da arma, que só aparece quando a força é considerada por si mesma, quando já é reportada unicamente ao número, ao movimento, ao espaço e ao tempo, ou *quando a velocidade se acrescenta ao deslocamento*⁷⁰. Concretamente, uma arma, enquanto tal, não está referida ao modelo Trabalho, mas ao modelo Ação livre, supondo-se que as condições do trabalho estão preenchidas alhures. Em suma, do ponto de vista da força, a ferramenta está ligada a um sistema gravidade-deslocamento, peso-altura. A arma, a um sistema *velocidade-perpetuum mobile* (nesse sentido, pode-se dizer que a velocidade é em si mesma um "sistema de armas").

O primado muito geral do agenciamento maquínico e coletivo sobre o elemento técnico vale em toda parte, tanto para as ferramentas como para as armas. As armas e as ferramentas são conseqüências, nada além de conseqüências. Notou-se com freqüência que uma arma não era nada sem a organização de combate da qual fazia parte. Por exemplo, as armas "hoplíticas" só existem graças à falange como mutação da máquina de guerra: a única arma nova naquele momento, o escudo de dois punhos, é criado por esse agenciamento; quanto às demais armas, elas preexistiam, mas tomadas em outras combinações, **[Início da página 78]** onde não possuíam a mesma função, a mesma natureza⁷¹. Por toda parte é o agenciamento que constitui o sistema de armas. A lança e a espada só existiram desde a idade do bronze graças a um agenciamento homem-cavalo, que prolonga o punho e o venábulo, e que desqualifica as

⁷⁰ Sobre essa distinção geral dos dois modelos, "trabalho-ação livre", "força que se consome-força que se conserva", "efeito real-efeito formal", etc., cf. a exposição de Manial Guérault, *Dynamique et métaphysique leibniziennes*, Les BeBes Lettres, pp. 55, 119 ss., 222-224.

⁷¹ Maree Detienne, "La phalange, problèmes et controverses", in *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Mouton: "A técnica é de algum modo interior ao social e ao mental", p. 134.

primeiras armas de infantaria, martelo e machado. O estribo impõe, por sua vez, uma nova figura do agenciamento homem-cavalo, conduzindo a um novo tipo de lança e novas armas; e ainda esse conjunto homem-cavalo-estribo varia, e não tem os mesmos efeitos, conforme é tomado em condições gerais do nomadismo, ou retomado mais tarde nas condições sedentárias do feudalismo. Ora, a situação é exatamente a mesma para a ferramenta: também nesse caso tudo depende de uma organização do trabalho, e de agenciamentos variáveis entre homem, animal e coisa. Por exemplo, a charrua só existe como ferramenta específica num conjunto onde predominam os "campos abertos alongados", onde o cavalo tende a substituir o boi como animal de tração, onde a terra começa a sofrer um afolhamento trienal, e onde a economia torna-se comuna!. A charrua por certo pode existir antes disso, mas à margem de outros agenciamentos que não destacam sua especificidade, que deixam inexplorado seu caráter diferencial frente ao arado⁷².

Os agenciamentos são passionais, são composições de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existem sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui. Détiene mostrou como a falange grega era inseparável de toda uma inversão de valores, e de uma mutação passional que subverte as relações do desejo com a máquina de guerra. É um dos casos onde o **[Início da página 79]** homem descende do cavalo, e onde a relação homem-animal é substituída por uma relação entre homens num agenciamento de infantaria que prepara o advento do soldado-camponês, do soldado-cidadão: todo o Eras da guerra muda, um Eros homossexual de grupo tende a substituir o Eros zoossexuado do cavaleiro. E, sem dúvida, cada vez que um Estado se apropria da máquina de guerra, tende a aproximar a educação do cidadão, a formação do trabalhador, o aprendizado do soldado. Mas, se é verdade que todo agenciamento é de desejo, a questão é saber se os agenciamentos de guerra e de trabalho, considerados em si mesmos, não mobilizam primordialmente paixões de ordem diferente. As paixões são efetuações de desejo que diferem segundo o agenciamento: não é a mesma justiça, nem a mesma crueldade, nem a mesma piedade, etc. O regime de trabalho é inseparável de uma organização e de um desenvolvimento da Forma, aos quais corresponde uma formação do sujeito. É o regime passional do sentimento como "forma do trabalhador". O sentimento implica uma avaliação da matéria e de suas resistências, um sentido da forma e de seus desenvolvimentos, uma economia da força e de seus deslocamentos, toda uma gravidade. Mas o regime da máquina de guerra é antes a dos *affectos*, que só remetem ao móvel em si mesmo, a velocidades e a composições de velocidade entre elementos. O *affecto* é a descarga rápida da emoção, o revide, ao passo que o sentimento é uma emoção sempre deslocada, retardada, resistente. Os *affectos* são projéteis, tanto quanto as armas, ao passo que os sentimentos são introceptivos como as ferramentas. Há uma relação afectiva com a arma, da qual dão testemunho não apenas as mitologias, mas a canção de gesta, o romance de cavalaria e *cortês*. As armas são *affectos*, e os *affectos*, armas. Desse ponto de vista, a imobilidade a mais absoluta, a pura catatonía, fazem parte *do* vetor-velocidade, apóiam-se nesse vetor que reúne a petrificação *do* gesto à precipitação *do* movimento. O cavaleiro *dorme* sobre sua montaria, e parte como uma flecha. Foi Kleist quem melhor compôs essas bruscas catatonias, desfalecimentos, suspenses, com as mais altas velocidades de uma máquina de guerra: então, ele nos faz assistir a um devir-arma do elemento técnico e, ao mesmo tempo, a um devir-*affecto* do elemento passional (equação de Pentésiléia). As artes marciais sempre subordinaram as armas à velocidade, primeiramente à velocidade mental (absoluta); mas, através disso, eram também as artes do suspense e da imobilidade. O *affecto* percorre esses extremos. *Por* isso as artes marciais não invocam um *código*, como uma questão de Estado, mas *caminhos*, que são outras tantas **[Início da página 80]** vias do *affecto*;

⁷² Sobre o estribo, sobre a charrua, cf. Lynn White Junior, *Technologie médiévale et transformations sociales*, Mournon, cap. I e II. Do mesmo modo, no caso da cultura seca de arroz na Ásia, pôde-se mostrar como o bastão fassador, a enxada e a charrua dependem respectivamente de agenciamentos coletivos que variam com a densidade da população e o tempo da alqueiva. O que permite a Braudel concluir: "A ferramenta, nessa explicação, é consequência, não mais causa" (*Civilisation matérielle et capitalisme*, p. 128).

nesses caminhos, aprende-se a "desservir-se" das armas tanto quanto servir-se delas, como se a potência e a cultura do afecto fossem o verdadeiro objetivo do agenciamento, a arma sendo apenas meio provisório. Aprender a desfazer, e a desfazer-se, é próprio da máquina de guerra: o "não-fazer" do guerreiro, desfazer o sujeito. Um movimento de descodificação atravessa a máquina de guerra, ao passo que a sobrecodificação solda a ferramenta a uma organização do trabalho e do Estado (não se desaprende a ferramenta, só é possível compensar-lhe a ausência). É verdade que as artes marciais não param de invocar o centro de gravidade e as regras de seu deslocamento. É que as vias não são todavia últimas. Por mais longe que penetrem, elas ainda são do domínio do Ser, e a única coisa que fazem é traduzir no espaço comum os movimentos absolutos de uma outra natureza - aqueles que se efetuam no Vazio, não no nada, mas no liso do vazio onde não há mais objetivo: ataques, revides e quedas "de peito ao vento"⁷³...

Ainda do ponto de vista do agenciamento, há uma relação essencial entre as ferramentas e os signos. É que o modelo trabalho, que define a ferramenta, pertence ao aparelho de Estado. Com frequência se disse que o homem das sociedades primitivas não trabalhava propriamente, mesmo se suas atividades eram muito coercitivas e regradas; e tampouco o homem de guerra enquanto tal (os "trabalhos" de Hércules supõem a submissão a um rei). O elemento técnico torna-se ferramenta quando se abstrai do território e se assenta sobre a terra enquanto objeto; mas é ao mesmo tempo que o signo deixa de inscrever-se sobre o corpo, e se escreve sobre uma matéria objetiva imóvel. Para que haja trabalho, é preciso uma captura da atividade pelo aparelho de Estado, uma semiotização da atividade pela escrita. Onde a afinidade de agenciamento signos-ferramentas, signos de escrita-organização de trabalho. É inteiramente outro o caso da arma, que se encontra numa relação essencial com as jóias. Já não sabemos muito bem o que são as jóias, a tal ponto sofreram adaptações secundárias. Porém, algo desperta em nossa alma quando nos dizem que a ourivesaria foi a arte "bárbara", ou a arte nômade por excelência, e quando vemos essas obras-primas de arte menor. Essas fíbulas, essas **[Início da página 81]** placas de ouro e de prata, essas jóias concernem a pequenos objetos móveis, não só fáceis de transportar, mas que só pertencem ao objeto à medida que este se move. Essas placas constituem traços de expressão de pura velocidade, sobre objetos eles mesmos móveis e moventes. Elas não passam por uma relação forma-matéria, mas motivo-suporte, onde a terra já é tão-somente um solo, e até já nem sequer há solo algum, o suporte sendo tão móvel quanto o motivo. Elas dão às cores a velocidade da luz, avermelhando o ouro, e fazendo da prata uma luz branca. Pertencem ao arreo do cavalo, à bainha da espada, à vestimenta do guerreiro, ao punho da arma: elas decoram até aquilo que não servirá mais do que uma única vez, a ponta de uma flecha. Quaisquer que sejam o esforço e o labor que implicam, são ação livre relacionada ao puro móvel, e não-trabalho, com suas condições de gravidade, de resistência e de dispêndio. O ferreiro ambulante acresce a ourivesaria à arma e vice-versa. O ouro e o dinheiro adquirirão muitas outras funções, mas não podem ser compreendidos sem esse aporte nômade da máquina de guerra, onde não são matérias, porém traços de expressão que convêm às armas (toda a mitologia da guerra não apenas subsiste no dinheiro, mas aí é fator ativo). As jóias são os afectos que correspondem às armas, arrastados pelo mesmo vetor-velocidade.

A ourivesaria, a joalheria, a ornamentação, mesmo a decoração não formam uma escrita, ainda que tenham uma potência de abstração que em nada lhe fica a dever. Ocorre que essa potência está diferentemente agenciada. No que respeita à escrita, os nômades não têm necessidade alguma de criarem uma, e a emprestam dos vizinhos imperiais sedentários, que lhes fornecem até uma transcrição fonética de suas línguas⁷⁴. "A ourivesaria é a arte bárbara por excelência, as

⁷³ Os tratados de artes marciais recordam que as Vias, ainda submetidas à gravidade, devem ultrapassar-se no vazio. O *Théâtre des marionnettes*, de Kleist, que é sem dúvida um dos textos mais espontaneamente orientais da literatura ocidental, apresenta um movimento semelhante: o deslocamento linear do centro de gravidade é ainda "mecânico", e remete a algo mais "misterioso", que concerne à alma e ignora a gravidade.

⁷⁴ Cf. Paul Pelliot, "Les systemes d'écriture en usage chez les anciens Mongols", *Asia Major* 1925: os mongóis utilizavam a escrita uigur, com o alfabeto siríaco (os tibetanos farão uma teoria fonética da escrita uigur); as duas versões que nos

filigranas e os revestimentos dourados ou prateados. (...) A arte cita, ligada a uma economia nômade e guerreira que a um só tempo utiliza e rejeita o comércio reservado aos estrangeiros, orienta-se para esse aspecto luxuoso e decorativo. Os bárbaros não terão necessidade alguma de possuir ou criar um código preciso, por exemplo uma picto-ideografia elementar, e ainda menos uma escrita silábica, que, aliás, concorreria com as que utilizavam **[Início da página 82]** seus vizinhos mais avançados. Por volta do século IV e III a. C., a arte cita do Mar Negro tende assim para uma esquematização gráfica das formas, que dela faz um ornamento linear mais do que uma protoescrita.⁷⁵ Certamente, pode-se escrever sobre jóias, placas de metal ou mesmo sobre armas; mas é no sentido em que se aplica a essas matérias uma escrita preexistente. Mais perturbador é o caso da *escrita rúnica*, porque, na origem, ela parece exclusivamente ligada às jóias, fíbula, elementos de ourivesaria, pequenos objetos mobiliários. Mas, precisamente, no seu primeiro período, o rúnico só tem um baixo valor de comunicação, e uma função pública muito reduzida. Seu caráter secreto fez com que, freqüentemente, tenha sido interpretado como uma escrita mágica. Trata-se, antes, de uma semiótica afectiva, que comportaria sobretudo: 1) assinaturas como marcas de pertinência ou de fabricação; 2) curtas mensagens de guerra ou de amor. Formaria um "texto ornamental" mais do que escritural, "uma invenção pouco útil, meio abortada", um substituto da escrita. Só adquire valor de escrita num segundo período, quando aparecem as inscrições monumentais, com a reforma dinamarquesa no século IX d. C., em relação com o Estado e o trabalho⁷⁶.

Pode-se objetar que as ferramentas, as armas, os signos, as jóias encontram-se de fato por toda parte, numa esfera comum. Mas não é este o problema, assim como não se trata de buscar uma origem em cada caso. Trata-se de estabelecer agenciamentos, isto é, determinar os *traços diferenciais* sob os quais um elemento pertence formalmente mais a tal agenciamento do que a tal outro. Diríamos, do mesmo modo, que a arquitetura e a cozinha estão em afinidade com o aparelho de Estado, ao passo que a música e a droga têm traços diferenciais que as situam do lado de uma máquina de guerra nômade⁷⁷. **Portanto, a distinção [Início da página 83] entre armas e ferramentas se funda num método diferencial**, de cinco pontos de vista pelo menos: o sentido (projeção-introcepção), o vetar (velocidade-gravidade), o modelo (ação livre-trabalho), a expressão (jóias-signos), a tonalidade passional ou desejanse (affecto-sentimento). Sem dúvida, o aparelho de Estado tende a uniformizar os regimes, disciplinando seus exércitos, fazendo do trabalho uma unidade de base, isto é, impondo seus próprios traços. Mas não está descartado que as armas e as ferramentas estejam ainda em outras relações de aliança, se são tomadas em novos agenciamentos de metamorfose. Ocorre ao homem de guerra formar alianças camponesas ou operárias, mas, sobretudo, ocorre ao trabalhador, operário ou camponês, reinventar uma máquina de guerra. Os camponeses deram uma importante contribuição à história da artilharia durante as guerras hussitas, quando Zisca arma com canhões portáteis as fortalezas móveis feitas de carros de boi. Uma afinidade operário-soldado, arma-ferramenta, sentimento-affecto, marca o bom momento das revoluções e das guerras populares, mesmo fugidio. Há um gosto esquizofrênico pela ferramenta, que a faz passar do trabalho à ação livre, um gosto esquizofrênico pela arma, que a transforma num meio de paz, de obter a paz. A um só tempo um revide e uma resistência. Tudo é ambíguo. Mas não acreditamos que as análises de Jünger sejam desqualificadas por esta ambigüidade, quando erige o retrato

chegaram de "a História secreta dos mongóis" são, uma, uma tradução chinesa, a outra, uma transcrição fonética em caracteres chineses.

⁷⁵ Georges Charriere, *L'art barbare scythe*, Ed. du Cercle d'art, p. 185.

⁷⁶ Cf. Lucien Musset, *Introduction à la runologie*, Aubier

⁷⁷ Há certamente uma cozinha e uma arquitetura na máquina de guerra nômade, porém com um "traço" que as distingue de sua forma sedentária. A arquitetura nômade, por exemplo, o iglu esquimó, o palácio de madeira huno, é um derivado da tenda; sua influência sobre a arte sedentária vem das cúpulas e semicúpulas e, sobretudo, da instauração de um *espaço que começa muito baixo*, como na tenda. Quanto à cozinha nômade, é uma cozinha que consiste literalmente em des-jejuar (a tradição pascal é nômade). E é por esse traço que ela pode pertencer a uma máquina de guerra: por exemplo, os janízaros têm uma marmitta como centro de reunião, graus de cozinheiros, e seu gorro é atravessado por uma colher de madeira

do "Rebelde", como figura trans-histórica, arrastando o Operário de um lado, o Soldado de outro, sobre uma linha de fuga comum, onde se diz a um só tempo "Procuro uma arma" e "Busco uma ferramenta": traçar a linha, ou, o que dá no mesmo, atravessar a linha, passar a linha, visto que ela só é traçada quando se ultrapassa a linha de separação⁷⁸. Sem dúvida, não existe nada mais antiquado que o homem de guerra: há muito tempo que ele se transformou num personagem inteiramente diferente, o militar. O próprio operário sofreu tantas desventuras... Contudo, homens de guerra renascem, com muitas ambigüidades; são todos aqueles que sabem da inutilidade da violência, mas que estão na adjacência de uma máquina de guerra a ser recriada, de revide **[Início da página 84]** ativo e revolucionário. Também renascem operários, que não acreditam no trabalho, mas que estão na adjacência de uma máquina de trabalho a ser recriada, de resistência ativa e de liberação tecnológica. Eles não ressuscitam velhos mitos ou figuras arcaicas, são a nova figura de um agenciamento trans-histórico (nem histórico, nem eterno, mas intempestivo): o guerreiro nômade e o operário ambulante. Uma sombria caricatura já os antecipa, o mercenário ou o instrutor militar móvel, e o tecnocrata ou analista transumante, CIA e IBM. Mas uma figura transhistórica deve defender-se tanto dos velhos mitos como das desfigurações preestabelecidas, antecipadoras. "Para reconquistar um mito, não é preciso retroceder, ele ressurgue quando o tempo treme até as bases sob o império do extremo perigo." Artes marciais e técnicas de ponta só valem à medida que possibilitam reunir massas operárias e guerreiras de um tipo novo. Linha de fuga comum da arma e da ferramenta: uma pura possibilidade, uma mutação. Formam-se técnicos subterrâneos, aéreos, submarinos, que pertencem mais ou menos à ordem mundial, mas que inventam e amontoam involuntariamente cargas de saber e de ação virtuais, utilizáveis por outros, minuciosas, contudo fáceis de adquirir, para novos agenciamentos. Entre a guerrilha e o aparelho militar, entre o trabalho e a ação livre, os empréstimos sempre se fizeram nos dois sentidos, para uma luta tanto mais variada.

Problema III: Como os nômades inventam ou encontram suas armas?

Proposição VIII: A metalurgia constitui por si mesma um fluxo que concorre necessariamente para o nomadismo.

Os povos da estepe são menos conhecidos em seu regime político, econômico e social do que nas inovações guerreiras que trazem, do ponto de vista das armas ofensivas e defensivas, do ponto de vista da composição ou da estratégia, do ponto de vista dos elementos tecnológicos (sela, estribo, ferragem, arreio...). A história sempre contesta, mas não chega a apagar os rastros nômades. O que os nômades inventam é o agenciamento homem-animal-arma, homem-cavalo-arco. Através desse agenciamento de velocidade, as idades do metal são marcadas por inovações. O machado de bronze de encaixe dos hicsos, a espada de ferro dos hititas puderam ser comparadas a pequenas **[Início da página 85]** bombas atômicas. Pôde-se fazer uma periodização bastante precisa das armas da estepe, mostrando as alternâncias de armamento pesado e leve (tipo cita e tipo sármata), e suas formas mistas. O sabre em aço fundido, com frequência curvo e truncado, arma de talho e oblíqua, envolve um espaço dinâmico diferente do da espada em ferro forjado, estoque e de frente: os citas o levam à Índia e à Pérsia, de onde os árabes o recolherão. Admite-se que os nômades perdem seu papel inovador com o surgimento das armas de fogo, sobretudo o canhão ("a pólvora de canhão venceu a rapidez deles"). Mas não necessariamente porque não souberam utilizá-los: não só exércitos como o turco, cujas tradições nômades permanecem vivas, desenvolverão um enorme poder de fogo, um novo espaço; mas, de maneira ainda mais característica, a artilharia leve se integrava muito bem nas formações móveis de carros, nos navios piratas, etc. Se o canhão marca um limite dos nômades, é antes porque implica um investimento econômico que só um aparelho de Estado pode fazer

⁷⁸ É no *Traité du rebelle* (Bourgeois) que Jünger se opõe o mais nitidamente ao nacional-socialismo, e desenvolve certas indicações contidas em *Der Arbeiter*: Uma concepção da "linha" como fuga ativa, e que passa entre as duas figuras do antigo Soldado e do Operário moderno, arrastando a ambos para um outro destino, num outro agenciamento (nada subsiste desse aspecto nas reflexões de Heidegger sobre a noção de Linha, no entanto dedicadas a Jünger).

(mesmo as cidades comerciais não serão suficientes). Resta o fato de que, para as armas brancas, e até mesmo para o canhão, reencontramos constantemente um nômade no horizonte de tal ou qual *linhagem tecnológica*⁷⁹.

Evidentemente, cada caso é controvertido: por exemplo, as grandes discussões sobre o estribo⁸⁰. É que, em geral, vem a ser difícil distinguir o que corresponde aos nômades enquanto tais, o que eles recebem de um império com o qual se comunicam, que eles conquistam ou no qual se integram. Entre um exército imperial e uma máquina de guerra nômade há tantas franjas, intermediários ou combinações, que, freqüentemente, as coisas provêm sobretudo da primeira. O exemplo do sabre é típico e, contrariamente ao estribo, sem incerteza: se é verdade que os citas são os propagadores do sabre, e o trazem aos hindus, aos persas, aos árabes, também foram eles suas primeiras vítimas, **[Início da página 86]** os primeiros a ser expostos a ele; seu inventor é o império chinês dos Ts'in e dos Han, mestre exclusivo do aço fundido ou ao cadinho⁸¹. Razão a mais para assinalar, nesse exemplo, as dificuldades que encontram os arqueólogos e os historiadores modernos. Um certo ódio ou desprezo aos nômades não poupa nem sequer os arqueólogos. No caso do sabre, onde os fatos já falam suficientemente em favor de uma origem imperial, o melhor comentador acha bom acrescentar que de qualquer maneira os citas não podiam tê-lo inventado, visto que eram pobres nômades, e que o aço ao cadinho vinha necessariamente de um meio sedentário. Mas por que considerar, segundo a muito antiga versão chinesa oficial, que desertores do exército imperial teriam revelado o segredo aos citas? E o que quer dizer "revelar o segredo", se os citas não eram capazes de utilizá-lo e nada entendiam? Os desertores são um bom pretexto. Não se fabrica uma bomba atômica com um segredo, tampouco se fabrica um sabre se não se é capaz de reproduzi-lo e de integrá-lo sob outras condições, de fazê-lo passar a outros agenciamentos. A propagação, a difusão, fazem plenamente parte da linha de inovação; elas marcam uma virada. E mais: por que dizer que o aço ao cadinho é a propriedade necessária de sedentários ou de imperiais, quando ele é fundamentalmente uma invenção de metalúrgicos? Supõe-se que esses metalúrgicos são necessariamente controlados por um aparelho de Estado; mas também gozam, forçosamente, de uma certa autonomia tecnológica, e de uma clandestinidade social em virtude da qual, mesmo controlados, não pertencem ao Estado, sem por isso serem nômades. Não há desertores que traem o segredo, mas metalúrgicos que o comunicam, e tornam possível sua adaptação e propagação: um tipo de "traição" inteiramente diferente. Afinal de contas, o que torna as discussões tão difíceis (tanto para o caso controverso do estribo como para o caso seguro do sabre) não são apenas os preconceitos sobre os nômades, é a ausência de um conceito suficientemente elaborado de *linhagem tecnológica* (o que define uma *linhagem ou continuum tecnológico*, e sua extensão variável desde tal ou qual ponto de vista?).

De nada serviria dizer que a metalurgia é uma ciência porque descobre leis constantes, por exemplo a temperatura de fusão de um metal em qualquer tempo, em qualquer lugar. Pois a metalurgia é, **[Início da página 87]** sobretudo, indissociável de diversas linhas de variação: variação dos meteoritos e dos metais brutos; variação dos minerais e das proporções de metal; variação das ligas, naturais ou não; variação das operações efetuadas num metal; variação das qualidades que tornam possível tal ou qual operação, ou que decorrem de tal ou qual operação. (Por exemplo, doze variedades de cobre discriminadas e recenseadas na Suméria, segundo os

⁷⁹ Lynn White, que, contudo, não é favorável ao poder de inovação dos nômades, estabelece por vezes linhagens tecnológicas amplas cuja origem é surpreendente: técnicas de ar quente e de turbinas, que viriam da Malásia (*Technologie médiévale et transformations sociales*, Mouton, pp. 112-113: "Desse modo, pode-se descobrir uma cadeia de estímulos técnicos a partir de algumas grandes figuras da ciência e da técnica do início dos tempos modernos, passando pelo fim da Idade Média, até as selvas da Malásia. Uma segunda invenção malásia, o pistão, sem dúvida exerceu uma influência importante no estudo da pressão do ar e de suas aplicações").

⁸⁰ Sobre a questão particularmente complicada do estribo, cf. Lynn White, cap. I.

⁸¹ Cf. o belo artigo de Mazaheri, "O sabre contra a espada", *Annales*, 1958. As objeções que propomos abaixo não mudam em nada a importância desse texto.

lugares de origem, os graus de refino⁸²). Todas essas variáveis podem ser agrupadas sob duas grandes rubricas: *as singularidades ou hecceidades espaço-temporais*, de diferentes ordens, e as operações *que* a elas se conectam como processos de deformação ou de transformação; *as qualidades afectivas ou traços de expressão* de diferentes níveis, que correspondem a essas singularidades e operações (dureza, peso, cor, etc.). Retomemos ao exemplo do sabre, ou de preferência do aço ao cadinho: ele implica a atualização de uma primeira singularidade, a fusão do ferro em alta temperatura; depois, uma segunda singularidade, que remete às descarburizações sucessivas; alguns traços de expressão correspondem a essas singularidades, não apenas a dureza, o cortante, o polido, mas igualmente as ondas ou desenhos traçados pela cristalização, resultantes da estrutura interna do aço fundido. A espada de ferro remete a singularidades inteiramente distintas, já que é forjada e não fundida, moldada, temperada e não resfriada ao ar, produzida peça por peça e não fabricada em série; seus traços de expressão são necessariamente muito diferentes, visto que ela trespassa em vez de talhar, ataca de frente e não de viés; e mesmo os desenhos expressivos são obtidos aí de uma maneira completamente diferente, por incrustação⁸³. É possível falar de um *phylum* *maquínico*, ou de uma linhagem tecnológica, a cada vez *que* se depara com um **[Início da página 88]** *conjunto de singularidades, prolongáveis por operações, que convergem e as fazem convergir para um ou vários traços de expressão assinaláveis*. Se as singularidades ou operações divergem, em materiais diferentes ou no mesmo, é preciso distinguir dois *phylums* diferentes: por exemplo, justamente para a espada de ferro, proveniente do punhal, e o sabre de aço, proveniente da faca. Cada *phylum* tem suas singularidades e operações, suas qualidades e traços, que determinam a relação do desejo com o elemento técnico (os afectos "do" sabre não são os mesmos que os da espada).

Mas sempre é possível instalar-se no nível de singularidades prolongáveis de um *phylum* a outro, e reunir ambos. No limite, não há senão uma única e mesma linhagem filogenética, um único e mesmo *phylum* *maquínico*, idealmente contínuo: o fluxo de matéria-movimento, fluxo de matéria em variação contínua, portador de singularidades e traços de expressão. Esse fluxo operatório e expressivo é tanto natural como artificial: é como a unidade do homem com a Natureza. Mas, ao mesmo tempo, não se realiza aqui e agora sem dividir-se, diferenciar-se. Denominaremos *agenciamento* todo conjunto de singularidades e de traços extraídos do fluxo - selecionados, organizados, estratificados - de maneira a convergir (consistência) artificialmente e naturalmente: um agenciamento, nesse sentido, é uma verdadeira invenção. Os agenciamentos podem agrupar-se em conjuntos muito vastos que constituem "culturas", ou até "idades"; nem por isso deixam de diferenciar o *phylum* ou o fluxo, dividindo-o em outros tantos *phylums* diversos, de tal ordem, em tal nível, e introduzem as descontinuidades seletivas na continuidade ideal da matéria-movimento. Os agenciamentos recortam o *phylum* em linhagens diferenciadas distintas e, ao mesmo tempo, o *phylum* *maquínico* os atravessa todos, abandona um deles para continuar num outro, ou faz com que coexistam. Tal singularidade enterrada nos flancos de um *phylum*, por exemplo a química do carvão, será trazida à superfície por tal agenciamento que a seleciona, a organiza, a inventa, e graças ao qual, então, todo o *phylum*, ou parte dele, passa em tal lugar e em tal momento. Em qualquer caso será preciso distinguir muitas linhas diferentes: umas, filogenéticas, passam a longa distância por agenciamentos de idades e culturas diversas (da zarabatana ao canhão? do moinho de orações ao de hélice? do caldeirão ao motor?); outras, ontogenéticas, são internas a um agenciamento, e ligam seus diversos elementos, ou então fazem passar um elemento, freqüentemente com um tempo de

⁸² Henri Limet, *Le travail du métal au pays de Sumer au temps de la III^e dynastie d'Ur*, Les Belles Lettres, pp. 33-40.

⁸³ Mazaheri mostra bem, nesse sentido, como o sabre e a espada remetem a duas linhagens tecnológicas distintas. Especialmente a *adamascagem*, que não provém em absoluto de Damasco, mas do *termo* grego ou persa que significa diamante, designa o tratamento do aço fundido que o torna tão duro quanto o diamante, e os desenhos que se produzem nesse aço *por* cristalização cementita ("o verdadeiro damasco se fazia nos centros que nunca tinham sofrido a dominação romana"). *Porém*, de outro lado, a *damasquinagem*, proveniente de Damasco, designa apenas incrustações sobre metal (ou sobre tecido), que são como desenhos voluntários que imitam a adamascagem com meios inteiramente diferentes.

atraso, **[Início da página 89]** a um outro agenciamento de natureza diferente, mas de mesma cultura ou de mesma idade (por exemplo, a ferradura que se propaga nos agenciamentos agrícolas). É preciso, pois, levar em conta a ação seletiva dos agenciamentos sobre o *phylum*, e a reação evolutiva do *phylum*, sendo este o fio subterrâneo que passa de um agenciamento a outro, ou sai de um agenciamento, arrasta-o e o abre. *Impulso vital?* Leroi-Gourhan foi o mais longe num vitalismo tecnológico que modela a evolução técnica pela evolução biológica em geral: uma *Tendência universal*, encarregada de todas as singularidades e traços de expressão, atravessa meios internos e técnicos que a refratam ou a diferenciam, segundo singularidades e traços retidos, selecionados, reunidos, tornados convergentes, inventados por cada um⁸⁴. Há, com efeito, um *phylum* maquínico em variação que cria os agenciamentos técnicos, ao passo que os agenciamentos inventam os *phylums* variáveis. Uma linhagem tecnológica muda muito, segundo seja traçada no *phylum* ou inscrita nos agenciamentos; mas os dois são inseparáveis.

Portanto, como definir essa matéria-movimento, essa matéria-energia, essa matéria-fluxo, essa matéria em variação, que entra nos agenciamentos, e que deles sai? É uma matéria desestratificada, desterritorializada. Parece-nos que Husserl fez o pensamento *dar* um passo decisivo quando descobriu uma região de essências *materiais e vagas*, isto é, vagabundas, anexa tas e no entanto rigorosas, distinguindo-as das essências fixas, métricas e formais. Vimos que essas essências vagas se distinguem tanto das coisas formadas como das essências formais. Constituem conjuntos vagos. Desprendem uma corporeidade (materialidade) que não se confunde nem com a essencialidade formal inteligível, nem com a coisidade sensível, formada e percebida. Essa corporeidade tem duas características: de um lado é inseparável de passagens ao limite como mudanças de estado, de processos de deformação ou de transformação operando num espaço-tempo ele mesmo anexato, agindo à maneira de acontecimentos (ablação, adjunção, projeção...); de outro lado, é inseparável de qualidades expressivas ou intensivas, suscetíveis de mais e de menos, produzidas como afectos variáveis (resistência, dureza, peso, cor...). Há, portanto, um acoplamento **[Início da página 90]** ambulante *acontecimentos-afectos* que constitui a essência corpórea vaga, e que se distingue do liame sedentário "essência fixa-propriedades que dela decorrem na coisa", "essência formal-coisa formada". Sem dúvida Husserl tinha tendência a fazer da essência vaga uma espécie de intermediário entre a essência e o sensível, entre a coisa e o conceito, um pouco como o esquema kantiano. O redondo não seria uma essência vaga ou esquemática, intermediária entre as coisas arredondadas sensíveis e a essência conceitual do círculo? Com efeito, o redondo só existe como afecto-limiar (nem plano nem pontudo) e como processo-limite (arredondar), através das coisas sensíveis e dos agentes técnicos, mó, torre, roda, rodinha, alvado... Mas, então, ele só é "intermediário" se o intermediário for autônomo, *ele mesmo* estendendo-se primeiro entre as coisas e entre os pensamentos, para instaurar uma relação totalmente nova entre os pensamentos e as coisas, uma *vaga* identidade entre ambos.

Certas distinções propostas por Simondon podem ser aproximadas das de Husserl, pois ele denuncia a insuficiência tecnológica do modelo matéria-forma, dado que este supõe uma forma fixa e uma matéria considerada como homogênea. É a idéia de lei que garante uma coerência a esse modelo, já que são as leis que submetem a matéria a tal ou qual forma, e que, inversamente, realizam na matéria tal propriedade essencial deduzida da forma. Mas Simondon mostra que o modelo *hilemórfico* deixa de lado muitas coisas, ativas e afectivas. De um lado, à matéria formada ou formável é preciso acrescentar toda uma materialidade energética em movimento, portadora de *singularidades ou hecceidades*, que já são como formas implícitas, topológicas mais que geométricas, e que se combinam com processos de deformação: por exemplo, as ondulações e torsões variáveis das fibras de madeira, sobre as quais se ritma a operação de fendimento a cunha. De outro lado, às propriedades essenciais que na matéria

⁸⁴ Leroi-Gourhan, *Milieu et techniques*, Albin Michel, pp. 356 ss. Gilbert Sunondon retomou, acerca de séries curtas, a questão das "origens absolutas de uma linhagem técnica", ou da criação de uma "essência técnica": *Du mode d'existence des objets techniques*, Aubier, pp. 41 ss.

decorrem da essência formal é preciso acrescentar *afectos variáveis intensivos*, e que ora resultam da operação, ora ao contrário a tornam possível: por exemplo, uma madeira mais ou menos porosa, mais ou menos elástica e resistente. De qualquer modo, trata-se de seguir a madeira, e de seguir na madeira, conectando operações e uma materialidade, em vez de impor uma forma a uma matéria: mais que a uma matéria submetida a leis, vai-se na direção de uma materialidade que possui um *nomos*. Mais que a uma forma capaz de impor propriedades à matéria, vai-se na direção de traços materiais de expressão que constituem afectos. **[Início da página 91]** Certamente, sempre é possível "traduzir" num modelo o que escapa a esse modelo: assim, é possível referir a potência de variação da materialidade a leis que adaptam uma forma fixa e uma matéria constante. Mas não será sem alguma distorsão, que consiste em arrancar as variáveis do seu estado de variação contínua, para delas extrair pontos fixos e relações constantes. Faz-se então oscilar as variáveis, muda-se até a natureza das equações, que deixam de ser imanentes à matéria-movimento (inequações, adequações). A questão não é saber se uma tal tradução é conceitualmente legítima, pois ela o é, mas apenas saber qual intuição nela se perde. Em suma, o que Simondon censura ao modelo hilemórfico é considerar a forma e a matéria como dois termos definidos cada um de seu lado, como as extremidades de duas semicadeias onde já não se entende como podem conectar-se, a exemplo de uma simples relação de moldagem, sob a qual já não se apreende a modulação contínua perpetuamente variável⁸⁵. A crítica do esquema hilemórfico funda-se na "existência, entre forma e matéria, de uma zona de dimensão média e intermediária", energética, molecular - todo um espaço próprio que desdobra sua materialidade através da matéria, todo um número próprio que estende seus traços através da forma...

Voltamos sempre a essa definição: o *phylum maquínico* é a materialidade, natural ou artificial, e os dois ao mesmo tempo, a matéria em movimento, em fluxo, em variação, como portadora de singularidades e traços de expressão. Daí decorrem conseqüências evidentes: essa matéria-fluxo só pode ser *seguida*. Sem dúvida, essa operação que consiste em seguir pode ser realizada num mesmo lugar: um artesão que aplaina segue a madeira, e as fibras da madeira, sem mudar de lugar. Mas esta maneira de seguir não passa de uma seqüência particular de um processo mais geral, pois o artesão, na verdade, é forçado a seguir também de uma outra maneira, isto é, a ir buscar a madeira lá onde ela está, e não qualquer uma, mas a madeira que tem as fibras adequadas. Ou, então, fazê-la chegar: é apenas porque o comerciante se encarrega de uma parte do trajeto em sentido inverso que o artesão pode poupar-se de fazê-lo pessoalmente. Mas o artesão só é completo se for também **[Início da página 92]** prospector; e a organização que separa o prospector, o comerciante e o artesão já mutila o artesão para dele fazer um "trabalhador". O artesão será, pois, definido como aquele que está determinado a seguir um fluxo de matéria, um *phylum maquínico*. É *o itinerante, o ambulante*. Seguir o fluxo de matéria é itinerar, é ambular. É a intuição em ato. Certamente, há itinerâncias segundas onde se prospecta e se segue, já não um fluxo de matéria, mas, por exemplo, um mercado. Todavia, é sempre um fluxo que se segue, ainda que esse fluxo não seja mais o da matéria. E, sobretudo, há itinerâncias secundárias: neste caso, são as que decorrem de uma outra "condição", mesmo se dela decorrem necessariamente. Por exemplo, um *transumante*, seja agricultor, seja pecuarista, muda de terra segundo o empobrecimento desta ou segundo as estações; mas ele só segue um fluxo terrestre secundariamente, já que, primeiramente, opera uma rotação destinada desde o início a fazê-lo retomar ao ponto que deixou, quando a floresta estiver reconstituída, a terra descansada, a estação modificada. O transumante não segue um fluxo, traça um circuito, e, de um fluxo, ele segue apenas aquilo que passa dentro do circuito, mesmo que este seja cada vez mais amplo. O transumante só é itinerante, portanto, por via de conseqüência, ou só se torna tal quando todo seu circuito de terras ou de pastagens está esgotado, e quando a rotação está a tal ponto ampliada que os fluxos escapam ao circuito. O próprio comerciante é um

⁸⁵ Sobre a relação molde-modulação, e a maneira pela qual a moldagem oculta ou contrai uma operação de modulação essencial à matéria-movimento, cf. Simondon, pp. 28-50 ("modular é moldar de maneira contínua e perpetuamente variável", p. 42). Simondon mostra bem que o esquema hilemórfico não deve seu poder à operação tecnológica, mas ao modelo social do *trabalho* que subordina a si essa operação (pp. 47-50).

transumante, pois os fluxos mercantis estão subordinados à rotação de um ponto de partida e de um ponto de chegada (ir buscar-fazer vir, importar-exportar, comprar-vender). Sejam quais forem as implicações recíprocas, há grandes diferenças entre um fluxo e um circuito. O *migrante*, nós o vimos, é ainda outra coisa. E o *nômade* não se define inicialmente como *transumante* nem como *migrante* ainda que o seja por via de consequência. A determinação primária do nômade, com efeito, é que ele ocupa e mantém um espaço liso: é sob este aspecto que é determinado como nômade (essência). Só será por sua vez transumante, itinerante, em virtude das exigências impostas pelos espaços lisos. Em suma, sejam quais forem as misturas de fato entre nomadismo, itinerância e transumância, o conceito primário não é o mesmo nos três casos (espaço liso, matéria-fluxo, rotação). Ora, é somente a partir do conceito distinto que se pode julgar a mistura, quando ela se produz, e a forma sob a qual se produz, e a ordem na qual se produz.

Mas, no que precede, desviamo-nos da questão: por que o *phylum maquínico*, o fluxo de matéria, seria essencialmente metálico ou metalúrgico? **[Início da página 93]** Também aí, apenas o conceito distinto é capaz de dar uma resposta, mostrando que há uma relação especial primária entre a itinerância e a metalurgia (desterritorialização). Contudo, os exemplos que invocávamos, segundo Husserl e Simondon, concerniam à madeira ou à argila tanto quanto aos metais; e, bem mais, não haveria fluxos de erva, de água, de rebanhos, que formam outros tanto *phylums* ou matérias em movimento? É mais fácil responder agora a essas questões, pois tudo se passa como se o metal e a metalurgia impusessem e elevassem à consciência algo que nas outras matérias e operações se encontra tão-somente oculto ou enterrado. É que, nos outros casos, cada operação é realizada entre dois limiares, dos quais um constitui a matéria preparada para a operação, o outro a forma a encarnar (por exemplo, a argila e o molde). Isto é o que dá ao modelo hilemórfico um valor geral, visto que a forma encarnada que assinala o final de uma operação pode servir de matéria para uma nova operação, mas numa ordem fixa que marca a sucessão dos limiares, ao passo que, na metalurgia, as operações não param de situar-se de um lado e de outro dos limiares, de sorte que uma materialidade energética transborda a matéria preparada, e uma deformação ou transformação qualitativa transborda a forma⁸⁶. Assim, a têmpera se encadeia com a forjadura para além da aquisição de forma, ou, então, quando há moldagem, o metalúrgico, de algum modo, opera no interior do molde. Ou, então, o aço fundido e moldado vai sofrer uma série de decarburagens sucessivas. E por último, a metalurgia tem a possibilidade de refundir e de reutilizar uma matéria à qual dá uma *forma-lingote*: a história do metal é inseparável dessa forma muito particular, que não se confunde com um estoque nem com uma mercadoria; o valor monetário decorre daí. Mais geralmente, a idéia metalúrgica do "reductor" exprime a dupla liberação de uma materialidade com relação à matéria preparada, de uma transformação **[Início da página 94]** com relação à forma a encarnar. Jamais a matéria e a forma pareceram mais duras que na metalurgia; e, contudo, é a forma de um desenvolvimento contínuo que tende a substituir a sucessão das formas, é a matéria de uma variação contínua que tende a substituir a variabilidade das matérias. Se a metalurgia está numa relação essencial com a música, não é apenas em virtude dos ruídos da forja, mas da tendência que atravessa as duas artes, de fazer valer, para além das formas separadas, um desenvolvimento contínuo da forma, para além das matérias variáveis, uma variação contínua da matéria: um cromatismo ampliado arrasta a um só tempo a música e a metalurgia; o ferreiro músico é o *primeiro* "transformador"⁸⁷. Em suma, o que o metal e a

⁸⁶ Simondon não tem atração especial pelos problemas de metalurgia. Com efeito, sua análise não é histórica, e prefere recorrer a casos de eletrônica. Mas, historicamente, não há eletrônica que não passe pela metalurgia. Donde a homenagem que lhe rende Simondon: "A metalurgia não se deixa pensar inteiramente por meio do esquema hilemórfico. A aquisição de forma não se realiza de maneira visível num único instante, mas em várias operações sucessivas; não se pode distinguir estritamente a aquisição de forma da transformação qualitativa; a forjadura e a têmpera de um aço são uma anterior, a outra posterior ao que se poderia chamar aquisição de forma propriamente dita: forjadura e têmpera são, no entanto, constituições de objetos" (*L'individu*, p. 59).

⁸⁷ Não basta apenas levar em conta mitos, mas a história positiva: por exemplo, o papel dos "instrumentos de cobre" na evolução da forma musical; ou, então, a constituição de uma "síntese metálica" na música eletrônica (Richard Pinhas).

metalurgia trazem à luz é uma vida própria da matéria, um estado vital da matéria enquanto tal, um vitalismo material que, sem dúvida, existe por toda parte, mas comumente escondido ou recoberto, tornado irreconhecível, dissociado pelo modelo hilemórfico. A metalurgia é a consciência ou o pensamento da matéria-fluxo, e o metal é o correlato dessa consciência. Como o exprime o pan-metalismo, há coextensividade do metal a toda matéria, e de toda matéria à metalurgia. Mesmo as águas, as ervas e as madeiras, os animais, estão povoados de sais ou de elementos minerais. Tudo não é metal, mas há metal por toda parte. O metal é o condutor de toda matéria. O *phylum* maquinico é metalúrgico, ou, ao menos, tem uma cabeça metálica, seu dispositivo de rastreamento, itinerante. E o pensamento nasce menos com a pedra do que com o metal: a metalurgia é a ciência menor em pessoa, a ciência "vaga" ou a fenomenologia da matéria. A prodigiosa idéia de uma *Vida não orgânica* - precisamente aquela que para Worringer era a idéia bárbara por excelência⁸⁸ - é a invenção, a intuição da metalurgia. O metal não é nem uma coisa nem um organismo, mas um *corpo* sem órgãos. A "linha **[Início da página 95]** setentrional, ou gótica", é, primeiramente, a linha mineira e metálica que delimita esse corpo. A relação da metalurgia com a alquimia não repousa, como acreditava Jung, no valor simbólico do metal e sua correspondência com uma alma orgânica, mas na potência imanente de corporeidade em toda matéria, e sobre o espírito de corpo que o acompanha.

O itinerante primeiro e primário é o artesão. Mas o artesão não é o caçador, o agricultor nem o pecuarista. Tampouco é o joeireiro, nem o oleiro, que só secundariamente se dedicam a uma atividade artesanal. É aquele que segue a matéria-fluxo como produtividade pura: portanto, sob forma mineral, e não vegetal ou animal. Não é o homem da terra, nem do solo, mas o homem do subsolo. O metal é a pura produtividade da matéria, de modo que quem segue o metal é o produtor de objetos por excelência. Como o mostrou Gordon Childe, o metalúrgico é o primeiro artesão especializado, e desse ponto de vista forma um *corpo* (sociedades secretas, guildas, confrarias). O artesão-metalúrgico é o itinerante, porque ele segue a matéria-fluxo do subsolo. Certamente, o metalúrgico está em relação com "os outros", os do solo, da terra ou do céu. Ele está em relação com os agricultores das comunidades sedentárias, e com os funcionários celestes do império que sobrecodificam as comunidades: com efeito, tem necessidade deles para viver, sua própria subsistência depende de um estoque agrícola imperial⁸⁹. No seu trabalho, porém, está em relação com os florestanos, e depende deles parcialmente: deve instalar seus ateliês próximo à floresta, para ter o carvão necessário. No seu espaço, está em relação com os nômades, visto que o subsolo une o solo do espaço liso à terra do espaço estriado: não há minas nos vales aluviais dos agricultores imperializados; é preciso atravessar desertos, cruzar montanhas, e, no controle das minas, sempre estão implicados povos nômades; *toda mina é uma linha de fuga*, e que comunica com espaços lisos - hoje, haveria equivalentes nos problemas do petróleo.

A arqueologia e a história mantêm-se estranhamente discretas sobre essa questão do controle das minas. Acontece de impérios com **[Início da página 96]** forte organização metalúrgica não possuírem minas; o Oriente Médio não tem estanho, tão necessário à fabricação do bronze. Muito metal chega sob forma de lingotes, e de muito longe (como o estanho da Espanha ou até da Cornualha). Uma situação tão complexa não implica apenas uma forte burocracia imperial e circuitos comerciais longínquos e desenvolvidos. Implica toda uma política movente, em que

⁸⁸ W. Worringer define a arte gótica pela linha geométrica "primitiva", mas tornada viva. Ocorre que essa vida não é orgânica, como o será no mundo clássico; essa linha "não contém qualquer expressão orgânica e, contudo, é inteiramente viva. (...) Como ela não possui tonalidade orgânica alguma, sua expressão vital deve ser distinta da vida orgânica. (...) Há nessa geometria tornada viva, que anuncia a álgebra viva da arquitetura gótica, um patético do movimento que obriga nossas sensações a um esforço que não lhes é natural" (*L'art gothique*, Gallimard, pp. 69-70).

⁸⁹ É um dos pontos essenciais da tese de Childe, *L'Europe préhistorique* (Payot): o metalúrgico é o primeiro artesão especializado, cuja subsistência é tornada possível graças à formação de um excedente agrícola. A relação do ferreiro com a agricultura não se deve unicamente às ferramentas que fabrica, mas à alimentação que retira ou recebe. O mito dogon, tal como Griaule lhe analisou as variantes, poderia marcar essa relação em que o ferreiro recebe ou rouba os grãos, e os oculta na sua "massa".

Estados afrontam um fora, em que povos muito diferentes se afrontam ou, então, se põem de acordo para o controle das minas, e sob tal ou qual aspecto (extração, carvão de madeira, ateliês, transporte). Não basta dizer que há guerras e expedições mineiras; nem invocar "uma síntese eurasiática dos ateliês nômades desde os arredores da China até os Finistérios ocidentais", e constatar que desde a pré-história "as populações nômades estão em contato com os principais centros metalúrgicos do mundo antigo"⁹⁰. Seria preciso conhecer melhor as relações dos nômades com esses centros, com os ferreiros que eles mesmos empregam, ou freqüentam, com povos e grupos propriamente metalúrgicos que são seus vizinhos. Qual é a situação no Cáucaso e no Altai? Na Espanha e na África do Norte? As minas são uma fonte de fluxo, de mistura e de fuga, que quase não têm equivalente na história. Mesmo quando são bem controladas por um império que as possui (caso do império chinês, caso do império romano), há um movimento muito importante de exploração clandestina, e alianças de mineiros seja com as incursões nômades e bárbaras, seja com as revoltas camponesas. O estudo dos mitos, e até as considerações etnográficas sobre o estatuto dos ferreiros, nos desviam dessas questões políticas. É que a mitologia e a etnologia não possuem um bom método a esse respeito. Pergunta-se com demasiada freqüência como *os outros* "reagem" diante dos ferreiros: cai-se então em todas as banalidades concernentes à ambivalência do *sentimento*, diz-se que o ferreiro é ao mesmo tempo honrado, temido e desprezado, mais desprezado entre os nômades, mais honrado entre os sedentários⁹¹. Mas, desta forma, perde-se as razões dessa situação, a especificidade do próprio ferreiro, a relação não simétrica que ele mesmo entretém com **[Início da página 97]** os nômades e com os sedentários, o *tipo* de *afectos* que ele inventa (o afecto metálico). Antes de buscar os sentimentos dos outros pelo ferreiro, é preciso primeiramente avaliar o ferreiro ele mesmo como um Outro, e como tendo, a esse título, relações afectivas diferentes com os sedentários, com os nômades.

Não há ferreiros nômades e ferreiros sedentários. O ferreiro é ambulante, itinerante. Particularmente importante a esse respeito é a maneira pela qual o ferreiro habita: seu espaço não é nem o espaço estriado do sedentário, nem o espaço liso do nômade. O ferreiro pode ter uma tenda, pode ter uma casa, ele as habita à maneira de uma "jazida", como o próprio metal, à maneira de uma gruta ou de um buraco, cabana meio subterrânea, ou completamente. São trogloditas, não por natureza, mas por arte e necessidade⁹². Um texto esplêndido de Elie Faure evoca a

⁹⁰ Maurice Lombard, *Les métaux dans l'ancien monde du V^e au XI^e siècle*, Mouton, pp. 75,255.

⁹¹ A situação social do ferreiro foi objeto de análises detalhadas, sobretudo no caso da África: cf. o estudo clássico de W. Cline, "Mining and Metallurgy in Negro Africa" (*General Series in Anthropology*, 1937); e Pierre Clément, "Le forgeron en Afrique noire" (*Revue de géographie humaine et d'ethnologie*, 1948). Mas esses estudos são pouco conclusivos; pois tanto os princípios invocados são bem distintos, "reação depreciativa", "aprovadora", "apreensiva", quanto os resultados são vagos e se misturam, como testemunham as descrições de P. Clément.

⁹² Cf. Jules Bloch, *Les Tziganes*, PUF, pp. 47-54. J. Bloch mostra precisamente que a distinção sedentários-nômades torna-se secundária com relação à habitação troglodita.



[Início da página 98] azáfama dos povos itinerantes da Índia, esburacando o espaço e fazendo nascer formas fantásticas que correspondem a esses rombos, as formas vitais da vida não orgânica. "À beira do mar, no limiar de uma montanha, encontravam uma muralha de granito. Então, entravam todos no granito, viviam, amavam, trabalhavam, morriam, nasciam na obscuridade, e três ou quatro séculos depois saíam novamente, a léguas de distância, tendo atravessado a montanha. Atrás deles, deixavam a rocha vazada, as galerias cavadas em todos os sentidos, paredes esculpidas, cinzeladas, pilares naturais ou factícios escavados, dez mil figuras horríveis ou encantadoras. (...) O homem aqui consente, sem combate, à sua força e a seu nada. Não exige da forma a afirmação de um ideal determinado. Ele a extrai bruta do informe, tal como o informe quer. Utiliza as cavidades de sombra e os acidentes do rochedo."⁹³ Índia metalúrgica. Trespasar as montanhas em vez de galgá-las, escavar a terra em vez de estriá-la, esburacar o espaço em vez de mantê-lo liso, fazer da terra um queijo suíço. Imagem do filme *A greve*, desenrolando um espaço esburacado onde se ergue todo um povo inquietante, cada um saindo de seu buraco como num campo minado por toda parte. O signo de Caim é o signo corporal e afectivo do subsolo, atravessando a um só tempo a terra estriada do espaço sedentário e o solo nômade do espaço liso, sem deter-se em nenhum, o signo vagabundo da itinerância, o duplo roubo ou a dupla traição do metalúrgico enquanto se afasta da agricultura e da pecuária. Será preciso reservar o nome de cainitas ou quenitas para esses povos metalúrgicos que assediam o fundo da História? A Europa pré-histórica está atravessada pelos povos-que-usavam-machados de combate, vindos das estepes, como um ramo metálico separado dos nômades, e pelos povos do Campaniforme, os povos-que-usavam-vasos em forma de cálice, provenientes da Andaluzia, ramo separado da agricultura megalítica⁹⁴. Povos estranhos, dolicocefalos e braquicefalos que se misturam, enxameando toda a Europa. São eles que controlam as minas, esburacando o espaço europeu em todos os lados, constituindo nosso espaço europeu?

O ferreiro não é nômade entre os nômades e sedentário entre os sedentários, ou semi-nômade entre os nômades, semi-sedentário entre **[Início da página 99]** os sedentários. Sua relação com os outros decorre de sua itinerância interna, de sua essência vaga, e não o inverso. É na sua especificidade, é por ser itinerante, é por inventar um espaço esburacado que ele se

⁹³ Elie Faure, *Histoire de l'art, l'art médiéval*, Le Livre de poche, p. 38.

⁹⁴ Sobre esses povos e seus mistérios, d. as análises de Gordon Childe, *L'Europe préhistorique* (cap. VII, "Missionnaires, marchands et combattants de l'Europe tempérée") e *L'aube de la civilisation européenne*, Payot.

comunica necessariamente com os sedentários e com os nômades (e ainda com outros, com os florestanos transumantes). É em si mesmo, antes de tudo, que é duplo: um híbrido, uma liga, uma formação gemelar. Como diz Griaule, o ferreiro dogon não é um "impuro", mas um "misturado", e é *por ser* misturado que ele é *endogâmico*, que não se casa com os puros que têm uma geração simplificada, ao passo que ele próprio reconstitui uma geração gemelar⁹⁵. Gordon Childe mostra que o metalúrgico se desdobra necessariamente, existe duas vezes, uma como personagem capturado e protegido pelo aparelho do império oriental, uma outra vez como personagem muito mais móvel e livre no mundo egeu. *Ora, não se pode separar um segmento do outro*, referindo cada um dos segmentos apenas a seu contexto particular. O metalúrgico de império, o operário, supõe um metalúrgico-prospector, mesmo muito longínquo, e o prospector remete a um comerciante, que trará o metal ao primeiro. Bem mais, o metal é trabalhado em cada segmento, e a forma-lingote atravessa todos eles: mais do que segmentos separados, é preciso imaginar uma cadeia de ateliês móveis que constituem, de buraco em buraco, uma linha de variação, uma galeria. A relação que o metalúrgico entretém com os nômades e com os sedentários passa, pois, também pela relação que ele entretém com outros metalúrgicos⁹⁶. É esse metalúrgico híbrido, fabricante de armas e ferramentas, que se comunica ao mesmo tempo com os sedentários e com os nômades. O espaço esburacado comunica-se *por* si mesmo com o espaço liso e com o espaço estriado. Com efeito, o *phylum* maquinico ou a linha metálica passam por todos os agenciamentos; nada é mais desterritorializado que a matéria-movimento. Porém, essa comunicação de modo algum se produz da mesma maneira, e as duas comunicações não são simétricas. Worringer dizia, no domínio estético, que a linha abstrata possuía duas expressões muito diferentes, uma no gótico bárbaro, a outra no **[Início da página 100]** clássico orgânico. Diríamos que o *phylum* tem simultaneamente dois modos de ligação diferentes: é sempre *conexo* ao espaço nômade, ao passo que *se conjuga* com o espaço sedentário. Do lado dos agenciamentos nômades e das máquinas de guerra, é uma espécie de rizoma, com seus saltos, desvios, passagens subterrâneas, caules, desembocaduras, traços, buracos, etc. Mas, no outro lado, os agenciamentos sedentários e os aparelhos de Estado operam uma captura do *phylum*, tomam os traços de expressão numa forma ou num código, fazem ressoar os buracos conjuntamente, colmatam as linhas de fuga, subordinam a operação tecnológica ao modelo do trabalho, impõem às conexões todo um regime de conjunções arborescentes.

Axioma III: A máquina de guerra nômade é como a forma de expressão, e a metalurgia itinerante seria a forma de conteúdo correlativa.

	CONTEÚDO	EXPRESSÃO
<i>Substância</i>	Espaço esburacado (<i>phylum</i> maquinico ou matéria-fluxo)	Espaço liso
<i>Forma</i>	Metalurgia itinerante	Máquina de guerra nômade

Proposição IX: A guerra não tem necessariamente por objeto a batalha, e, sobretudo, a máquina de guerra não tem necessariamente por objeto a guerra, ainda que a guerra e a batalha possam dela decorrer necessariamente (sob certas

⁹⁵ M. Griaule e G. Dieterlen, *Le renard pâle*, Institut d'ethnologie, p. 376.

⁹⁶ O livro de Forbes, *Metallurgy in Antiquity*, Ed. Brill, analisa as diferentes idades da metalurgia, mas também os tipos de metalúrgico na idade do minério: o "mineiro", prospector e extrator, o "fundidor", o "ferreiro" (*blacksmith*), o "metaleiro" (*whitesmith*). A especialização se complica ainda mais com a idade do ferro, e as divisões nômade-itinerante-sedentário variam simultaneamente.

condições).

Encontramos sucessivamente três problemas: a batalha é o "objeto" da guerra? Mas também: a guerra é o "objeto" da máquina de guerra? Finalmente, em que medida a máquina de guerra é "objeto" do aparelho de Estado? A ambigüidade dos dois primeiros problemas vem certamente do termo *objeto*, mas implica sua dependência em relação ao terceiro. Contudo, é progressivamente que se deve considerar esses problemas, mesmo que sejamos forçados a multiplicar os casos. A primeira questão, a da batalha, conduz, com efeito, à distinção **[Início da página 101]** imediata de dois casos, aquele onde a batalha é procurada, aquele onde ela é essencialmente evitada pela máquina de guerra. Esses dois casos não coincidem de modo algum com ofensivo e defensivo. Mas a guerra propriamente dita (segundo uma concepção que culmina com Foch) parece realmente ter por objeto a batalha, ao passo que a guerrilha se propõe explicitamente à *não-batalha*. Todavia, o desenvolvimento da guerra em guerra de movimento, e em guerra total, coloca também em questão a noção de batalha, tanto do ponto de vista da ofensiva como da defensiva: a não-batalha parece poder exprimir a velocidade de um ataque-relâmpago, ou então a contra-velocidade de um revide imediato⁹⁷. Inversamente, por outro lado, o desenvolvimento da guerrilha implica um momento e formas sob as quais a batalha deve ser buscada de forma efetiva, em relação com "pontos de apoio" externos e internos. É verdade que guerrilha e guerra não param de lançar mão de métodos uma da outra, tanto num sentido como no outro (por exemplo, com freqüência insistiu-se que a guerrilha em terra se inspirava na guerra marítima). Portanto, pode-se dizer apenas que a batalha e a não-batalha são o duplo objeto da guerra, segundo um critério que não coincide com o ofensivo e o defensivo, nem sequer com a guerra de guerra e a guerra de guerrilha.

Por isso que, deixando de lado a questão, perguntamos se a própria guerra é o objeto da máquina de guerra. Isso não é em absoluto evidente. Dado que a guerra (com ou sem batalha) propõe-se o aniquilamento ou a capitulação de forças inimigas, a máquina de guerra **[Início da página 102]** não tem necessariamente por objeto a guerra (por exemplo, a *razzia*, mais do que uma forma particular de guerra, seria um outro objeto). Porém, mais geralmente, vimos que a máquina de guerra era a invenção nômade, porque era, na sua essência, o elemento constituinte do espaço liso, da ocupação desse espaço, do deslocamento nesse espaço, e da composição correspondente dos homens; é esse seu único e verdadeiro objeto positivo (*nomos*). Fazer crescer o deserto, a estepe, não despovoá-los, pelo contrário. Se a guerra decorre necessariamente da máquina de guerra, é porque esta se choca contra os Estados e as cidades, bem como contra as forças (de estriagem) que se opõem ao objeto positivo; por conseguinte, a máquina de guerra tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los. É aí que ela se torna guerra: aniquilar as forças do Estado, destruir a forma-Estado. A aventura Átila, ou Gêngis Khan, mostra bem essa sucessão do objeto positivo e do objeto negativo. Para falar como Aristóteles, dir-se-ia que a guerra não é nem a condição nem o objeto da máquina de guerra, mas a acompanha ou a completa necessariamente; para falar como Derrida, dir-se-ia que a guerra é o "suplemento" da máquina de guerra. Pode até ocorrer que essa suplementaridade seja apreendida numa revelação progressiva angustiada. Essa seria, por exemplo, a aventura de Moisés: saindo do Estado egípcio, lançando-se no deserto, começa formando uma máquina de guerra, sob inspiração de um antigo passado dos

⁹⁷ Um dos textos mais importantes sobre a guerrilha continua sendo o de T. E. Lawrence (*Les sept piliers*, Payot, capo XXXIII, e "La science de la guérilla", *Encyclopedia Britannica*) que se apresenta como um "anti-Foch", e elabora a noção de não-batalha. Mas a não-batalha tem uma história que não depende apenas da guerrilha: 1º) a distinção tradicional entre "batalha" e "manobra" na teoria da guerra (d. Raymond Aron, *Penser la guerre, Clausewitz*, Gallimard, t. I, pp. 122-131); 2º) a maneira pela qual a guerra de movimento recoloca em questão o papel e a importância da batalha (já o marechal de Saxe, e a questão controversa da batalha nas guerras napoleônicas); 3º) por fim, mais recentemente, a crítica da batalha em nome do armamento nuclear, este exercendo um papel dissuasivo, e as forças convencionais desempenhando só um papel de "teste" ou de "manobra" (cf. a concepção gaullista da não-batalha, e Guy Brossollet, *Essai sur la non-bataille*). O retorno recente à noção de batalha não se explica unicamente por fatores técnicos como o desenvolvimento de armas nucleares táticas, mas implica considerações políticas das quais depende precisamente o papel atribuído à batalha (ou à não-batalha) na guerra.

hebreus nômades, e a conselho do sogro, de origem nômade. É a máquina dos Justos, que já é máquina de guerra, mas que ainda não tem a guerra por objeto. Ora, Moisés percebe, pouco a pouco, e por etapas, que a guerra é o suplemento necessário dessa máquina, porque ela encontra ou deve atravessar cidades e Estados, porque, primeiro, deve enviar para lá espiões (*observação armada*), depois, talvez chegar aos extremos (*guerra de aniquilamento*). O povo judeu conhece então a dúvida e teme não ser suficientemente forte; mas Moisés também duvida, recua diante da revelação de um tal suplemento. Josué é que será encarregado da guerra, não Moisés. Para falar, enfim, como Kant, diremos que a relação da guerra com a máquina de guerra é necessária, mas "sintética" (é preciso Javé para fazer a síntese).

A questão da guerra, por sua vez, é relegada e subordinada às relações máquina de guerra-aparelho de Estado. Não são os Estados que primeiro fazem a guerra: certamente, esta não é um fenômeno que se encontraria na Natureza de forma universal, enquanto violência **[Início da página 103]** qualquer. Mas a guerra não é o objeto dos Estados, seria antes o contrário. Os Estados mais arcaicos sequer parecem ter alguma máquina de guerra, e veremos que sua dominação repousa sobre outras instâncias (que comportam, em contrapartida, polícia e carceragem). Pode-se supor que entre as razões misteriosas do brusco aniquilamento de Estados arcaicos, porém poderosos, está precisamente a intervenção de uma máquina de guerra extrínseca ou nômade, que lhes revida e os destrói. Mas o Estado compreende rápido. Uma das maiores questões do ponto de vista da história universal será: como o Estado vai *apropriar-se* da máquina de guerra, isto é, constituir uma para si, conforme sua medida, sua dominação e seus fins? E com quais riscos? (Chama-se instituição militar, ou exército, não em absoluto a máquina de guerra ela mesma, mas essa forma sob a qual ela é apropriada pelo Estado.) Para apreender o caráter paradoxal de um tal empreendimento, é preciso recapitular o conjunto da hipótese: 1) a máquina de guerra é a invenção nômade que sequer tem a guerra por objeto primeiro, mas como objetivo segundo, suplementário ou sintético, no sentido em que está obrigada a destruir a forma-Estado e a forma-cidade com as quais entra em choque; 2) quando o Estado se apropria da máquina de guerra, esta muda evidentemente de natureza e de função, visto que é dirigida então contra os nômades e todos os destruidores de Estado, ou então exprime relações entre Estados, quando um Estado pretende apenas destruir um outro ou impor-lhe seus fins; 3) porém, justamente quando a máquina de guerra é assim apropriada pelo Estado, é que ela tende a tomar a guerra por objeto direto e primeiro, por objeto "analítico" (e que a guerra tende a tomar a batalha por objeto). Em suma, é ao mesmo tempo que o aparelho de Estado se apropria de uma máquina de guerra, que a máquina de guerra toma a guerra por objeto e que a guerra fica subordinada aos fins do Estado.

Essa questão da apropriação é historicamente tão variada que é preciso distinguir vários tipos de problemas. O primeiro diz respeito à possibilidade da operação: é justamente porque a guerra era só o objeto suplementário ou sintético da máquina de guerra nômade que esta encontra a hesitação que lhe será fatal, e o aparelho de Estado, em compensação, poderá apossar-se da guerra e, portanto, voltar a máquina de guerra contra os nômades. A hesitação do nômade foi freqüentemente apresentada de maneira lendária: o que fazer das terras conquistadas e atravessadas? Devolvê-las ao deserto, à estepe, à grande pastagem? ou então deixar subsistir um aparelho de Estado **[Início da página 104]** capaz de explorá-las diretamente, sob pena de tornar-se num prazo maior ou menor uma simples nova dinastia desse aparelho? O prazo é maior ou menor porque, por exemplo, os gengiskhânidas puderam resistir por muito tempo integrando-se parcialmente aos impérios conquistados, mas também mantendo todo um espaço liso das estepes, que submetia os centros imperiais. Esse foi seu gênio, *Pax mongolica*. Não obstante, a integração dos nômades aos impérios conquistados foi um dos fatores mais poderosos da apropriação da máquina de guerra pelo aparelho de Estado; o inevitável perigo diante do qual os nômades sucumbiram. Mas também existe o outro perigo, o que ameaça o Estado quando este se apropria da máquina de guerra (todos os Estados sentiram o peso desse perigo, e os riscos que lhes fazia correr essa apropriação). Tamerlão seria o exemplo extremo, e não o sucessor, mas o exato oposto de Gêngis Khan: é Tamerlão que constrói uma fantástica

máquina de guerra voltada contra os nômades, mas que, por isso mesmo, deve erigir um aparelho de Estado tanto mais pesado e improdutivo quanto apenas existe como a forma vazia de apropriação dessa máquina⁹⁸. Voltar a máquina de guerra contra os nômades pode fazer o Estado correr um risco tão grande quanto aquele proveniente dos nômades dirigindo a máquina de guerra contra os Estados.

Um segundo tipo de problemas diz respeito às formas concretas sob as quais se faz a apropriação da máquina de guerra: mercenários ou territoriais? Exército profissional ou exército de conscrição? Corpos especiais ou recrutamento nacional? Essas fórmulas não apenas não se equivalem, mas, entre elas, todas as combinações são possíveis. A distinção mais pertinente, ou a mais geral, seria talvez a seguinte: há tão-somente "enquistamento" da máquina de guerra, ou então "apropriação" propriamente dita? Com efeito, a captura da máquina de guerra pelo aparelho de Estado foi realizada segundo duas vias, enquistar uma sociedade de guerreiros (provenientes de fora ou saídos de dentro), ou então, ao contrário, constituí-la segundo regras que correspondem à sociedade civil como um todo. Também nesse caso, passagem e transição de uma fórmula a outra... O terceiro tipo de problemas concerne, enfim, aos meios da apropriação. Desse ponto de vista, seria preciso considerar os diversos dados que dizem respeito aos aspectos fundamentais do aparelho de Estado: *a territorialidade*, **[Início da página 105]** *o trabalho ou as obras públicas*, *o sistema fiscal*. A constituição de uma instituição militar ou de um exército implica necessariamente uma territorialização da máquina de guerra, isto é, das concessões de terras, "coloniais" ou internas, que podem tomar formas muito variadas. Mas, em consequência, regimes fiscais determinam a natureza dos serviços e dos impostos que os beneficiários guerreiros devem, e, sobretudo, o gênero de imposto civil ao qual toda sociedade ou fração dela estão submetidas, inversamente, para a manutenção do exército. Ao mesmo tempo, o empreendimento estatal dos trabalhos públicos deve reorganizar-se em função de um "arranjo do território" no qual o exército desempenha um papel determinante, não só com as fortalezas e praças de guerra, mas com as comunicações estratégicas, a estrutura logística, a infra-estrutura industrial, etc. (papel e função do Engenheiro nessa forma de apropriação⁹⁹).

Que nos seja permitido confrontar o conjunto dessa hipótese com a fórmula de Clausewitz: "A guerra é a continuação das relações políticas por outros meios". Sabe-se que essa fórmula é, ela própria, extraída de um conjunto teórico e prático, histórico e trans-histórico, cujos elementos estão ligados entre si: 1) Há um puro conceito da guerra como guerra absoluta, incondicionada, Idéia não dada na experiência (abater ou "derrubar" o inimigo, que supostamente não tem qualquer outra determinação, sem consideração política, econômica ou social); 2) O que, sim, está dado são as guerras reais, na medida em que estão submetidas aos fins dos Estados, que são mais ou menos bons "condutores" em relação à guerra absoluta, e que de toda maneira condicionam sua realização na experiência; 3) as guerras reais oscilam entre dois pólos, ambos submetidos à política de Estado: guerra de aniquilamento, que pode chegar à guerra total (segundo os objetivos sobre os quais incide o aniquilamento) e tende a aproximar-se do conceito incondicionado por ascensão aos extremos; guerra limitada, que nem por isso é "menos" guerra, mas que opera uma descida mais **[Início da página 106]** próxima às condições limitativas, e pode chegar a uma simples "observação armada"¹⁰⁰.

Em primeiro lugar, essa distinção entre uma guerra absoluta como Idéia e as guerras reais

⁹⁸ Sobre as diferenças fundamentais Tamerlão-Gêngis Khan, cf. René Grousset, *L'empire des steppes*, Payot, principalmente pp. 495-496.

⁹⁹ Cf. *Armées et fiscalité dans le monde antique*, Ed. du CNRS.: esse colóquio estuda sobretudo o aspecto fiscal, mas também os dois outros. A questão da atribuição de terras aos soldados ou às famílias de soldados encontra-se em todos os Estados, e desempenha um papel essencial. Sob uma forma particular, estará na origem dos feudos e do regime feudal. Porém, já está na origem dos "falsos-feudos" por toda parte no mundo, e especialmente do Cleros e da Cleruquia na civilização grega (cf. Claire Préaux, *L'économie royale des Lagides*, Bruxelles, pp. 463 ss.)

¹⁰⁰ Clausewitz, *De la guerre*, sobretudo livro VIII. Cf. o comentário dessas três teses por Raymond Aron, *Penser la guerre, Clausewitz*, t. I (em especial "Pourquoi les guerres de la deuxième espèce?", pp. 139 ss.)

parece-nos de uma grande importância, desde que se possa dispor de um outro critério que não o de Clausewitz. A Idéia pura não seria a de uma eliminação abstrata do adversário, porém a de uma máquina de guerra *que não tem justamente a guerra por objeto*, e que só entretém com a guerra uma relação sintética, potencial ou suplementária. Por isso, a máquina de guerra nômade não nos parece, como em Clausewitz, um caso de guerra real entre outros, mas, ao contrário, o conteúdo adequado à Idéia, a invenção da Idéia, Com seus objetos próprios, espaço e composição do *nomos*. Contudo, é efetivamente uma Idéia, e é preciso conservar o conceito de Idéia pura, embora essa máquina de guerra tenha sido realizada pelos nômades. Porém, são antes os nômades que continuam sendo uma abstração, uma Idéia, algo real e não atual, por várias razões: em primeiro lugar, porque, como vimos, os elementos do nomadismo se misturam de fato com elementos de migração, de itinerância e de transumância, que não perturbam a pureza do conceito, mas introduzem objetos sempre mistos, ou combinações de espaço e de composição, que reagem já sobre a máquina de guerra. Em segundo lugar, mesmo na pureza de seu conceito, a máquina de guerra nômade efetua necessariamente sua relação sintética com a guerra como suplemento, descoberto e desenvolvido contra a forma-Estado que se trata de destruir. Porém, justamente, ela não efetua esse objeto suplementário ou essa relação sintética sem que o Estado, de seu lado, aí encontre a ocasião para apropriar-se da máquina de guerra, e o meio de converter a guerra no objeto direto dessa máquina revirada (por isso, a integração do nômade ao Estado é um vetor que atravessa o nomadismo desde o início, desde o primeiro ato da guerra contra o Estado).

A questão, pois, é menos a da realização da guerra que a da apropriação da máquina de guerra. É ao mesmo tempo que o aparelho de Estado *se apropria* da máquina de guerra, subordina-a a fins "políticos", e lhe dá por *objeto* direto a guerra. Uma mesma tendência histórica conduz os Estados a evoluir de um triplo ponto de vista: passar [\[Início da página 107\]](#) das figuras de enquistamento a formas de apropriação propriamente ditas, passar da guerra limitada à guerra dita total, e transformar a relação entre o fim e o objeto. Ora, os fatores que fazem da guerra de Estado uma guerra total estão estreitamente ligados ao capitalismo: trata-se do investimento do capital constante em material, indústria e economia de guerra, e do investimento do capital variável em população física e moral (que faz a guerra e ao mesmo tempo a padece¹⁰¹). Com efeito, a guerra total não só é uma guerra de aniquilamento, mas surge quando o aniquilamento toma por "centro" já não apenas o exército inimigo, nem o Estado inimigo, mas a população inteira e sua economia. Que esse duplo investimento só possa fazer-se nas condições prévias da guerra limitada mostra o caráter irresistível da tendência capitalista em desenvolver a guerra total¹⁰². Portanto, é verdade que a guerra total continua subordinada a fins políticos de Estado e realiza apenas o *máximo das condições* da apropriação da máquina de guerra pelo aparelho de Estado. Mas também é verdade que, quando o objeto da máquina de guerra apropriada torna-se guerra total, nesse nível de um conjunto de todas as condições, o objeto e o fim entram nessas novas relações que podem chegar até a contradição. Daí a hesitação de Clausewitz quando mostra, ora que a guerra total continua sendo uma guerra condicionada pelo fim político dos Estados, ora que ela tende a efetuar a Idéia da guerra incondicionada. Com efeito, o fim permanece essencialmente político e determinado como tal pelo Estado, mas o próprio objeto tornou-se ilimitado. Dir-se-ia que [\[Início da página 108\]](#) a apropriação revirou-se, ou, antes, que os Estados tendem a afrouxar, a reconstituir uma imensa máquina de guerra da qual já são

¹⁰¹ Ludendorff (*La guerre totale*, Flammarion) nota que a evolução dá cada vez mais importância ao "povo" e à "política interna" na guerra, ao passo que Clausewitz ainda privilegiava os exércitos e a política externa. Essa crítica é globalmente verdadeira, apesar de certos textos de Clausewitz. Ela está, aliás, em Lênin e nos marxistas (embora estes, evidentemente, tenham do povo e da política interna uma concepção inteiramente diferente da de Ludendorff). Alguns autores mostraram com profundidade que o proletariado era de origem militar e, em especial, marítima, tanto quanto industrial: por exemplo, Virilio, *Vitesse et politique*, pp. 50-51, 86-87.

¹⁰² Como mostra J.U. Nef, é durante o grande período de "guerra limitada" (1640-1740) que se produziram os fenômenos de concentração, de acumulação e de investimento que deviam determinar a "guerra total": d. *La guerre et le progres humain*, Ed. Alsatia. O código guerreiro napoleônico representa uma virada que vai precipitar os elementos da guerra total, mobilização, transporte, investimento, informação, etc.

apenas partes, oponíveis ou apostas. Essa máquina de guerra mundial, que de algum modo "torna a sair" dos Estados, apresenta duas figuras sucessivas: primeiramente, a do fascismo, que converte a guerra num movimento ilimitado cujo único fim é ele mesmo; mas o fascismo não passa de um esboço, e a figura pós-fascista é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência. A máquina de guerra torna a formar de novo um espaço liso que agora pretende controlar, cercar toda a terra. A própria guerra total é ultrapassada em direção a uma forma de paz ainda mais terrífica. A máquina de guerra se encarregou do fim, da ordem mundial, e os Estados não passam de objetos ou meios apropriados para essa nova máquina. É aí que a fórmula de Clausewitz se revira efetivamente, pois, para poder dizer que a política é a continuação da guerra por outros meios, não basta inverter as palavras como se se pudesse pronunciá-las num sentido ou no outro; é preciso seguir o movimento real ao cabo do qual os Estados, tendo-se apropriado de uma máquina de guerra, e fazendo-o para seus fins, devolvem uma máquina de guerra que se encarrega do fim, apropria-se dos Estados e assume cada vez mais funções políticas¹⁰³.

Sem dúvida, a situação atual é desesperadora. Vimos a máquina de guerra mundial constituir-se com força cada vez maior, como num relato de ficção científica; nós a vimos estabelecer como objetivo uma paz talvez ainda mais terrífica que a morte fascista; nós a vimos manter ou suscitar as mais terríveis guerras locais como partes dela mesma; nós a vimos fixar um novo tipo de inimigo, que já não era um outro Estado, nem mesmo um outro regime, mas "o inimigo qualquer"; nós a vimos erigir seus elementos de contra-guerrilha, de modo que ela pode deixar-se surpreender uma vez, não duas... Entretanto, as próprias condições da máquina de guerra de Estado ou de Mundo, isto é, o capital constante (recursos e material) e o capital variável humano, não param de recriar possibilidades de revides inesperados, de iniciativas imprevistas que determinam máquinas mutantes, minoritárias, populares, revolucionárias. Testemunha disso é a definição do Inimigo **[Início da página 109]** qualquer... "multiforme, manipulador e onipresente (...), de ordem econômica, subversiva, política, moral, etc.", o inassinável Sabotador material ou Desertor humano sob formas as mais diversas¹⁰⁴. O primeiro elemento teórico que importa são os sentidos muito variados da máquina de guerra, e *justamente porque a máquina de guerra tem uma relação extremamente variável com a própria guerra*. A máquina de guerra não se define uniformemente, e comporta algo além de quantidades de força em crescimento. Tentamos definir dois pólos da máquina de guerra: *segundo um deles*, ela toma a guerra por objeto, e forma uma linha de destruição prolongável até os limites do universo. Ora, sob todos os aspectos que adquire aqui, guerra limitada, guerra total, organização mundial, ela não representa em absoluto a essência suposta da máquina de guerra, mas apenas, seja qual for seu poder, o conjunto das condições sob as quais os Estados se apropriam dessa máquina, com o risco de projetá-la por fim como o horizonte do mundo, ou a ordem dominante da qual os próprios Estados não passam de partes. O *outro pólo* nos parecia ser o da essência, quando a máquina de guerra, com "quantidades" infinitamente menores, tem por objeto não a guerra, mas o traçado de uma linha de fuga criadora, a composição de um espaço liso e o movimento dos homens nesse espaço. Segundo esse outro pólo, a máquina de guerra efetivamente encontra a guerra, porém como seu objeto sintético e suplementário, dirigido então contra o Estado, e contra a axiomática mundial exprimida pelos Estados.

Julgamos *ter* encontrado nos nômades uma tal invenção da máquina de guerra. Guiava-nos a preocupação histórica de mostrar que ela foi inventada como tal, mesmo se apresentava desde o início todo o equívoco que a fazia compor com o outro pólo, e já oscilar em direção a ele. Mas, conforme a essência, não são os nômades que possuem o segredo: um movimento artístico, científico, "ideológico", pode ser uma máquina de guerra potencial, precisamente na medida em

¹⁰³ Sobre essa "superação" do fascismo e da guerra total, e sobre o novo ponto de inversão da fórmula de Clausewitz, do toda a análise de Virilio, *L'insécurité du territoire*, sobretudo o cap. I.

¹⁰⁴ Guy Brossolet, *Essai sur la non-bataille*, pp. 15-16. A noção axiomática de "inimigo qualquer" já aparece muito elaborada nos textos oficiais ou oficiosos de defesa nacional, de direito internacional e de espaço judiciário ou policial.

que traça um plano de consistência, uma linha de fuga criadora, um espaço liso de deslocamento, em relação com um *phylum*. Não é o nômade que define esse conjunto de características, é esse conjunto que define o nômade, ao mesmo tempo em que define a essência da máquina de **[Início da página 110]** guerra. Se a guerrilha, a guerra de minoria, a guerra popular e revolucionária, são conformes à essência, é porque elas tomam a guerra como um objeto tanto mais necessário quanto é apenas "suplementário": *elas só podem fazer a guerra se criam outra coisa ao mesmo tempo*, ainda que sejam novas relações sociais não-orgânicas. Há uma grande diferença entre esses dois pólos, mesmo e sobretudo do ponto de vista da morte: a linha de fuga que cria, *ou então* que se transforma em linha de destruição; o plano de consistência que se constitui, mesmo pedaço por pedaço, *ou então* que se transforma em plano de organização e de dominação. Que haja comunicação entre as duas linhas ou os dois planos, que cada um se nutra do outro, empreste do outro, é algo que se percebe constantemente: a pior máquina de guerra mundial reconstitui um espaço liso, para cercar e clausurar a terra. Mas a terra faz valer seus próprios poderes de desterritorialização, suas linhas de fuga, seus espaços lisos que vivem e que cavam seu caminho para uma nova terra. A questão não é a das quantidades, mas a do caráter incomensurável das quantidades que se afrontam nos dois tipos de máquina de guerra, segundo os dois pólos. Máquinas de guerra se constituem contra os aparelhos que se apropriam da máquina, e que fazem da guerra sua ocupação e seu objeto: elas exaltam conexões em face da grande conjunção dos aparelhos de captura ou de dominação.